

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

EMATER-MG nº 001/2015 - PÓS-SUSPENSÃO

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER-MG, no uso das suas atribuições, torna pública a realização de Concurso Público para provimento de vagas e a formação de cadastro de reserva para contratação pela Empresa, sob regime da CLT, mediante as condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Concurso Público destina ao preenchimento das vagas existentes nos empregos públicos: Assistente Administrativo II, Auxiliar Técnico – Suporte em Informática, Produtor de VT e Audiovisuais, Extensionista Agropecuário I, Extensionista Agropecuário II, Extensionista de Bem Estar Social II, Assistente Técnico I, Analista de Sistemas I, Auditor e Assessor Jurídico, bem como à formação de cadastro de reserva de vagas que vierem a surgir ou que forem criadas dentro do prazo de validade deste certame.

1.2. O concurso será regido por este Edital e executado pela Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – FADECIT/Gestão Concurso, localizada à Rua das Tangerinas, nº 933, Bairro Vila Clóris, Belo Horizonte – MG, CEP 31744-108, Telefone: (31) 3319-8703, endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br e e-mail comunicacao@gestaoconcurso.com.br.

1.3. O concurso público será realizado em etapa única, por meio de Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório para todos os Empregos Públicos, que acontecerão na mesma data, sob a responsabilidade da FADECIT/Gestão Concurso.

1.4. A avaliação pré-admissional de saúde, de caráter eliminatório, obedecendo ao disposto na NR-07, do Ministério do Trabalho e Emprego será de responsabilidade da EMATER-MG.

1.5. A avaliação pré-admissional de saúde compreenderá de exames básicos, para todos os candidatos aprovados e classificados, dentro do número de vagas oferecidas, bem como de exames específicos, de acordo com o Emprego Público.

1.6. As Provas Objetivas serão realizadas, simultaneamente nas cidades: Belo Horizonte, Alfenas, Curvelo, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Patos de Minas, Pouso Alegre, Teófilo Otoni, Uberaba e Viçosa, de acordo com a disposição de local de prova por Emprego Público, conforme ANEXO II deste Edital. (Retificado 17/03/2016)

1.7. Os candidatos nomeados estarão subordinados ao Regime de Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, iniciando-se com contrato de experiência de 90 (noventa) dias.

1.8. O local de trabalho será de acordo com a opção de Emprego Público, macrorregião e cidade escolhida pelo candidato no ato da inscrição, de acordo com o ANEXO II deste Edital. (Retificado 17/03/2016)

1.8.1. Nos termos do parágrafo 1º, do Artigo 469, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a critério exclusivo da Empresa, poderá o empregado ser transferido do seu local de trabalho para atender real necessidade de serviço, sem obrigatoriedade de modificação salarial, de qualquer natureza.

1.9. A jornada de trabalho é de 40 (quarenta) horas semanais.

1.10. Os benefícios concedidos são aqueles aprovados pela Diretoria da EMATER-MG e podem sofrer alteração a qualquer momento, mediante normas da EMATER-MG ou Acordo Coletivo de Trabalho. Os benefícios atuais são os seguintes:

a) Plano de saúde, em regime de coparticipação;

b) Plano odontológico;

c) Previdência privada, em regime de coparticipação;

d) Seguro de vida em grupo, em regime de coparticipação;

e) Vale alimentação e/ou vale refeição, nos termos da legislação pertinente e no Acordo Coletivo vigente.

1.11. Serão convocados para comprovação dos pré-requisitos, à época de admissão, os candidatos aprovados, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação final.

1.12. Os pré-requisitos de cada cargo especificado no ANEXO I deverão ser comprovados por meio de documentos originais, segundo orientação da EMATER-MG à época da convocação para admissão.

1.13. Para os cargos que exigem experiência, a comprovação deverá ser feita por cópia autenticada da Carteira Profissional, acompanhada de declaração da empresa, com firma reconhecida, ou certidões emitidas por órgãos públicos, que contenham detalhamentos suficientes para confirmar as exigências pertinentes ao cargo a que se candidata. Nesses documentos deverá constar o período trabalhado.

2. DOS EMPREGOS PÚBLICOS E VAGAS

2.1. Os empregos públicos, objetos desse Concurso Público, o código dos empregos públicos, funções, salários, atribuições e requisitos básicos, bem como os locais de realização das provas e das vagas, constam dos ANEXOS I, II e III.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO EMPREGO PÚBLICO

3.1. Ser aprovado no concurso público e classificado nos termos deste Edital.

3.2. Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal.

3.3. Estar em gozo dos direitos políticos e civis.

3.4. Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino.

3.5. Estar quite com as obrigações eleitorais.

3.6. Possuir os requisitos básicos exigidos para o exercício do Emprego Público, conforme ANEXO I deste Edital.

3.7. Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da admissão.

3.8. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do Emprego Público. Não apresentar deficiência que o incapacite para o exercício das funções do Emprego Público para o qual se inscreveu, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais.

3.8.1. Para tanto, deve ter sido considerado apto nos exames admissionais realizados por profissionais da EMATER-MG ou por ela indicados.

3.9. Cumprir as determinações deste Edital.

3.10. Apresentar Carteira Nacional de Habilitação – CNH. Não será aceita a apresentação de protocolo. Os empregos públicos para os quais se exige essa apresentação e as respectivas categorias encontram-se descritas no ANEXO I.

3.11. O encaminhamento para os exames médicos, de caráter eliminatório, somente será efetuado se o candidato comprovar os requisitos do Emprego Público estabelecidos no ANEXO I deste Edital.

3.12. O candidato deverá declarar, na solicitação de inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o Emprego Público por ocasião da admissão.

3.13. Perderá o direito à investidura no Emprego Público/Função o candidato que, na data da admissão, não comprovar os requisitos elencados no ANEXO I.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1. Para os candidatos já inscritos

4.1.1 Estão inscritos no Concurso Público da EMATER-MG - 001/2015, todos os candidatos que:

a) realizaram a inscrição no período de 09 horas do dia 1º de março de 2016 às 22 horas do dia 06 de abril de 2016 (horário de Brasília), conforme subitem 5.5 do Edital de 2015, publicado em 30 dezembro de 2015; e

b) efetuaram o pagamento da taxa de inscrição até o dia 07 de abril de 2016, conforme subitem 5.5 alínea “g” do Edital de 2015, publicado em 30 dezembro de 2015;

c) constam como Deferidos na listagem de Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição, publicada em 16 de março de 2016, e tiveram seu recurso Deferido na listagem do Resultado dos Recursos contra a Solicitação de Isenção da Taxa, publicado em 04 de abril de 2016, conforme item 7 e seus subitens do Edital de 2015, publicado em 30 dezembro de 2015;

d) não solicitaram a Restituição da Taxa de Inscrição conforme item 6, quando da suspensão do Concurso, dentro do período estipulado no subitem 6.5 do Edital de 2015, publicado em 30 dezembro de 2015;

e) solicitaram a restituição da taxa de inscrição, mas não foram restituídos por não atenderem as exigências do Edital de 2015, publicado em 30 dezembro de 2015, conforme item 6 e seus subitens, e constam na listagem “Solicitações de Restituição de Taxa de Inscrição não realizadas por estarem em desacordo com o Edital”, publicada em 13 de junho 2016.

Observações para os já inscritos:

4.1.2. Todos os candidatos já inscritos deverão acessar o site www.gestaoconcurso.com.br, em sua “Área do Candidato” e atualizar os dados pessoais, inclusive a data de expedição do documento de identidade.

4.1.3. Todos os candidatos já inscritos para as vagas de deficientes e atendimento especial deverão se atentar para as regras descritas nos itens 6 e 7 deste Edital de Retificação.

4.2. Para os novos inscritos

4.2.1. Antes de efetuar o procedimento de inscrição e/ou o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e em seus Anexos e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

4.3. O candidato somente poderá concorrer para um Emprego Público, observando o local de trabalho do mesmo.

4.3.1. Para o candidato, isento ou não, que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada, sendo entendida como efetivada a inscrição paga ou isenta. Caso haja mais de uma inscrição paga em um mesmo dia, será considerada a última inscrição efetuada.

4.4. As vagas para os empregos públicos de Assistente Administrativo II, Extensionista Agropecuário I e II e Extensionista de Bem Estar Social II são oferecidas por macrorregião, devendo o candidato observar no ANEXO III os municípios que integram cada uma delas.

4.5. A inscrição será efetuada via INTERNET, mediante o preenchimento do “Requerimento Eletrônico de Inscrição”, no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br, das **10 horas do dia 04 de julho de 2018 às 13 horas do dia 10 de agosto de 2018** (horário de Brasília), devendo o candidato adotar os seguintes procedimentos:

a) ler atentamente a Retificação do Edital Pós-Suspensão;

b) preencher o “Requerimento Eletrônico de Inscrição ou Isenção”, indicando o Emprego Público, conforme ANEXO I deste Edital;

c) escolher o Emprego Público, observando o local de trabalho ou a macrorregião, conforme ANEXOS II e III, respectivamente;

d) escolher o Local de Prova, conforme ANEXO II deste Edital;

e) confirmar os dados cadastrados, transmitindo-os pela internet;

f) gerar e imprimir o boleto bancário para pagamento do valor da taxa de inscrição;

g) efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o dia 10 de agosto de 2018, (na forma do item 4 e subitens deste Edital de Retificação).

4.5.1. Para os candidatos que não dispuserem de acesso à internet, a FADECIT/Gestão Concurso, no período a que se refere o item 4.5, disponibilizará em sua sede, na Rua das Tangerinas, nº 933, Bairro Vila Clóris, Belo Horizonte – MG, CEP 31744-108, nos dias úteis, das 09h às 15h, posto de inscrição presencial com computador e impressora.

4.6. A FADECIT/Gestão Concurso e a EMATER-MG não se responsabilizam, quando os motivos de ordem técnica não lhes forem imputáveis, por inscrições não recebidas por falha de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falhas de impressão, problemas de ordem técnica nos computadores utilizados pelos candidatos, bem como por outros fatores alheios que impossibilitem a transferência dos dados e a impressão do boleto bancário.

4.7. Não será admitido, sob qualquer pretexto, pedido de inscrição provisória, condicional ou extemporânea, assim como inscrição por via postal, fax ou correio eletrônico ou outro meio que não os estabelecidos neste Edital de Retificação.

4.8. TAXAS DE INSCRIÇÃO

Código do Emprego Público/ Função	Valor Taxa de Inscrição
001 a 004 (Nível Médio)	R\$ 60,00 (Sessenta reais)
005 a 021 (Nível Superior)	R\$ 90,00 (Noventa reais)

4.8.1. O valor da inscrição deverá, obrigatoriamente, ser pago em qualquer Agência Bancária ou Casa Lotérica, por meio de boleto impresso pelo candidato, observados os horários de atendimento e das transações financeiras de cada instituição bancária, até a data de seu vencimento.

4.8.2. Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os candidatos que obtiverem a isenção do valor da inscrição, nos termos do item 5 deste Edital de Retificação.

4.8.3. Não será aceito pagamento do valor da taxa de inscrição por depósito em caixa eletrônico, transferência ou depósito em conta corrente, DOC, cheque, ordens de pagamento ou qualquer outra forma distinta da prevista no presente Edital.

4.8.4. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra, o candidato deverá antecipar o pagamento, considerando o 1º (primeiro) dia útil que antecede o feriado, desde que o pagamento seja feito no período de inscrição determinado no item 4.5 deste Edital.

4.8.5. O boleto bancário, disponível no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br, será emitido em nome do candidato e deverá ser impresso em impressora a laser ou jato de tinta para possibilitar a correta impressão e leitura dos dados e do código de barras. A impressão do boleto bancário ou a segunda via do mesmo em outro tipo de impressora é de exclusiva responsabilidade do candidato, eximindo-se a EMATER-MG e a FADECIT/Gestão Concurso de eventuais dificuldades da leitura do código de barras e consequente impossibilidade de efetivação da inscrição.

4.8.6. A segunda via do boleto bancário somente estará disponível na internet para impressão, durante o período de inscrição determinado no item 4.5 deste Edital, ficando indisponível a partir das 13 horas e 01 minuto do último dia de inscrição, **10 de agosto de 2018**.

4.9. O boleto devidamente quitado até a data limite do vencimento, **10 de agosto de 2018**, sem rasura, emendas e outros, será o comprovante provisório de inscrição do candidato no Concurso Público, não sendo considerado para tal o simples agendamento de pagamento.

4.10. A inscrição somente será processada e efetivada após a confirmação à FADECIT/Gestão Concurso, pela instituição bancária, em até 72 horas após o pagamento da taxa de inscrição concernente ao candidato, sendo automaticamente cancelado o “Requerimento Eletrônico de Inscrição” em que o pagamento não for comprovado.

4.11. O pagamento da taxa de inscrição, por si só, não confere ao candidato o direito de submeter-se às etapas deste Concurso Público, devendo ser observados os demais procedimentos previstos neste Edital.

4.12. Em nenhuma hipótese será aceita transferência de inscrições entre pessoas e alteração da inscrição do candidato na condição de ampla concorrência para a condição de candidato com deficiência.

4.13. Não será admitido, a nenhum candidato, solicitar alterações de Emprego Público, local da vaga e local da realização da prova a qual se inscreveu, sendo responsabilidade do candidato observar os Anexos II e III e preencher corretamente os campos no ato da inscrição.

4.14. O “Requerimento Eletrônico de Inscrição”, o valor pago referente à taxa de inscrição e a “Ficha Eletrônica de Isenção” são pessoais e intransferíveis.

4.15. A inscrição do candidato implicará conhecimento e irrestrita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

4.16. As informações constantes no “Requerimento Eletrônico de Inscrição” ou, se for o caso, na “Ficha Eletrônica de Isenção” são de inteira responsabilidade do candidato, eximindo-se a EMATER-MG e a FADECIT/ Gestão Concurso de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, endereço inexato ou incompleto ou código incorreto referente ao Emprego Público, bem como a informação de deficiência sem a observância do previsto no item 6 deste Edital.

4.17. Não se exigirá do candidato, no ato da inscrição, cópia de nenhum documento, sendo de sua exclusiva responsabilidade a veracidade dos dados informados no “Requerimento Eletrônico de Inscrição” ou, se for o caso, na “Ficha Eletrônica de Isenção”, sob as penas da lei.

4.18. A declaração falsa dos dados constantes no “Requerimento Eletrônico de Inscrição” ou, se for o caso, na “Ficha Eletrônica de Isenção”, que comprometam a lisura do certame, determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

5. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1 Considerando os princípios fundamentais estabelecidos na Constituição Federal/88, é garantido o acesso à isenção da taxa de inscrição deste Concurso Público a todos os candidatos que, em razão de limitações de ordem financeira, não possam pagá-la, sob pena de comprometimento do sustento próprio e da família, sendo comprovada essa situação mediante qualquer meio legalmente admitido, a que se refere o item 4.8 deste Edital:

5.1.1. Candidatos comprovadamente desempregados, de acordo com a Lei Estadual n.º 13.392, de 7 de dezembro de 1999; ou

5.1.2. Candidatos em condição de hipossuficiência econômica financeira, conforme cadastro do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

5.2. Para os candidatos já inscritos

5.2.1. Continuam como inscritos isentos no Concurso Público da EMATER-MG 001/2015, todos os candidatos que:

a) Solicitaram a Isenção da Taxa de Inscrição no período de 01 a 03 de março de 2016, respeitando e enviando todas as documentações exigidas no Edital de 2015, publicado em 30 de dezembro de 2015; e

b) constam como Deferidos na listagem de Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição publicado em 16 de março de 2016, e tiveram seu recurso Deferido na listagem do Resultado dos Recursos contra a Solicitação de Isenção da Taxa, publicado em 04 de abril de 2016, conforme item 7 e seus subitens do Edital de 2015, publicado em 30 de dezembro de 2015;

5.3. Para os novos inscritos

5.3.1. A isenção da Taxa de Inscrição deve ser requerida exclusivamente nos dias **04 de julho a 06 de julho de 2018**, observados os seguintes procedimentos:

a) acessar o endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br – link correspondente ao Concurso Público da EMATER-MG, e ler atentamente esta Retificação do Edital;

- b) preencher a Ficha Eletrônica de Isenção, que exigirá, dentre outras informações, o número do CPF, o número de um documento oficial de identificação com a respectiva indicação da entidade expedidora e a data de expedição do documento de identidade;
- c) escolher o Emprego Público, observando o local de trabalho do mesmo;
- d) escolher o Local de Prova, conforme ANEXO II deste Edital;
- e) conferir os dados informados na Ficha Eletrônica de Isenção, antes de confirmá-los e transmiti-los;
- f) confirmar e transmitir os dados informados na Ficha Eletrônica de Isenção;
- g) informar seu Número de Identificação Social (NIS) válido, atribuído pelo CadÚnico, quando for o caso, conforme subitem 5.1.2, em local apropriado na Ficha Eletrônica de Isenção de Taxa;

- h) imprimir a Ficha Eletrônica de Isenção e assinar;
- i) anexar à documentação necessária, conforme previsto nos itens 5.5 e 5.6 e seus subitens, deste Edital e;
- j) enviar à FADECIT/Gestão Concurso nas formas previstas nos itens 5.9 e 5.10 deste Edital nos dias 04 de julho a 06 de julho de 2018, a Ficha Eletrônica de Isenção acompanhada dos documentos comprobatórios, sob pena do indeferimento da solicitação de isenção do Pagamento da Taxa de Inscrição.

5.4. Para os candidatos que não dispuserem de acesso à internet, a FADECIT/Gestão Concurso disponibilizará em sua sede, na Rua das Tangerinas, nº 933, Bairro Vila Clóris, Belo Horizonte – MG, nos dias úteis, das 09h às 15h, posto de inscrição presencial com computador e impressora.

5.5. Para comprovar a situação prevista no item 5.1.1:

5.5.1 Para requerer a isenção da taxa de inscrição, o candidato desempregado deverá comprovar não ter vínculo empregatício vigente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e declarar não ter vínculo estatutário com o Poder Público municipal, estadual ou federal e não exercer atividade legalmente reconhecida como autônoma.

5.5.2. Para comprovar a situação prevista no item 5.1.1 deste Edital, o candidato deverá:

- a) Apresentar declaração de próprio punho, datada e assinada, nos termos do ANEXO V, de que está desempregado e não possui vínculo com entidades ou instituições municipais, estaduais ou federais e nem exerce atividade legalmente reconhecida como autônoma, e a Ficha Eletrônica de Isenção da Taxa de Inscrição, devidamente assinada;

E

b) Se não tiver nenhum registro de contrato de trabalho registrado em sua CTPS (nunca trabalhou), apresentar cópias autenticadas em cartório das páginas da CTPS listadas abaixo:

I. página com foto, qualificação civil e a primeira página da CTPS destinada ao registro de contratos de trabalho, em branco;

II. páginas contendo outras anotações pertinentes, quando houver.

OU

c) Se não tiver vínculo empregatício vigente registrado na CTPS (desempregado), apresentar cópias autenticadas em cartório das páginas da CTPS listadas abaixo:

I. páginas com foto, qualificação civil, a primeira página de contrato de trabalho e a última página com o contrato de trabalho do candidato, na qual deverá constar o registro de saída;

II. primeira página subsequente à da anotação do último contrato de trabalho ocorrido, em branco.

5.5.3. Caso o contrato de trabalho do candidato tenha sido registrado em Páginas de Anotações Gerais de sua CTPS, além da página constando o último contrato registrado e a página subsequente em branco, o candidato deverá apresentar também as páginas da CTPS em que usualmente são registrados os contratos de trabalho, nos termos das alíneas “c I” e “c II” do item 5.5.2 deste Edital.

5.5.4. O original da Ficha Eletrônica de Isenção, devidamente preenchida e assinada, juntamente com os documentos comprobatórios, conforme item 5.5.2 deverão ser entregues mediante cópia autenticada há no máximo 30 dias em serviço notarial e de registro (Cartório de Notas), ou mediante cópia simples com apresentação do original para conferência da autenticidade das cópias pela FADECIT/ Gestão Concurso.

5.6. Para comprovar a situação prevista no item 5.1.2, a condição de hipossuficiência econômica financeira é caracterizada pelo registro de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto Federal Nº. 6.135, de 26 de junho de 2007.

5.6.1. Para comprovar a situação prevista no item 5.6, o candidato deverá:

a) estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, ou receber Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social;

b) encaminhar Ficha Eletrônica de Isenção da Taxa de Inscrição, impressa devidamente datada e assinada;

c) encaminhar juntamente com cópia legível de um documento Oficial de Identificação.

5.6.2. O original da Ficha Eletrônica de Isenção, devidamente preenchida e assinada, juntamente com cópia legível de um documento oficial de identificação, conforme item 5.5.2, deverão ser entregues conforme itens 5.9 ou 5.10.

5.6.3. A FADECIT/Gestão Concurso consultará o órgão gestor do CadÚnico do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, que fornecerá a situação do Número de Identificação Social (NIS) e caracterizará ou não a isenção do candidato.

5.7. As informações prestadas na Ficha Eletrônica de Isenção são de inteira responsabilidade do candidato, que poderá ser excluído do Concurso Público da EMATER-MG – Edital nº 001/2015, caso seja constatado o fornecimento de dados falsos.

5.8. A Ficha Eletrônica de Isenção, se assinada por terceiro, deverá ser acompanhada por instrumento de procuração simples.

5.9. Os documentos deverão ser entregues em envelope tipo ofício, identificado e protocolado na FADECIT/Gestão Concurso na Rua das Tangerinas, nº 933, Bairro Vila Clóris, Belo Horizonte – MG, CEP 31744-108, das 09h às 15h nos dias úteis, dentro do prazo estipulado no subitem 5.3.1.

OU

5.10. Os documentos também podem ser enviados via SEDEX ou CARTA, ambos com AR (Aviso de Recebimento), postado nas Agências dos Correios, com custo por conta do candidato, endereçado à FADECIT/Gestão Concurso – na Rua das Tangerinas, nº 933, Bairro Vila Clóris, Belo Horizonte – MG, CEP 31744-108, com data de postagem até o último dia para requerer a isenção da taxa de inscrição, contendo externamente na face frontal do envelope os seguintes dados:

CONCURSO PÚBLICO EMATER-MG – EDITAL Nº 001/2015
REF. PEDIDO DE ISENÇÃO – PÓS-SUSPENSÃO
NOME COMPLETO DO CANDIDATO / Nº DE INSCRIÇÃO/ EMPREGO PÚBLICO CONCORRIDO

- 5.11. A comprovação da tempestividade da solicitação do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição será feita pela data de postagem nos Correios ou pela data de protocolo de entrega dos documentos na FADECIT/Gestão Concurso.
- 5.12. Cada candidato deverá encaminhar individualmente sua documentação, sendo vedado o envio de documentos de mais de um candidato no mesmo envelope.
- 5.13. Não serão analisados os documentos encaminhados em desconformidade com o previsto neste Edital e suas retificações.
- 5.14. O resultado da análise do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição será divulgado no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br, na data provável do dia 23 de julho de 2018, em ordem alfabética, constando apenas o deferimento ou o indeferimento.
- 5.15. O candidato que tiver o pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição deferido estará automaticamente inscrito no concurso, não sendo necessário acessar o link de inscrições e nem efetuar o pagamento.
- 5.16. O candidato que tiver o pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferido poderá finalizar sua inscrição acessando a “Área do Candidato” no link de impressão da 2ª (segunda) via do boleto bancário, imprimindo-o e efetuando o pagamento do valor da taxa de inscrição até a data de encerramento das inscrições, conforme disposto no item 4 e subitens.
- 5.17. O pedido de isenção de pagamento da taxa de inscrição que não atender a qualquer das exigências determinadas neste Edital será indeferido.
- 5.18. Não serão consideradas as fichas eletrônicas de isenção e a documentação encaminhada via fax, pela internet ou qualquer outra forma que não esteja prevista neste Edital, assim como aquelas apresentadas fora do prazo.
- 5.19. Os requerimentos de isenção do pagamento do valor da inscrição serão analisados pela FADECIT/Gestão Concurso.
- 5.20. A fundamentação sobre o indeferimento do pedido de isenção de pagamento da taxa de inscrição estará disponível, após a divulgação de que trata o item 5.14., no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br, até a data limite de encerramento das inscrições, para ser consultada pelo próprio candidato ou por seu procurador.
- 5.21. Caberá recurso quanto ao indeferimento do pedido de isenção de pagamento da taxa de inscrição, conforme previsto no item 14 e subitens deste Edital.
- 5.22. A declaração falsa de dados para fins de isenção de pagamento de taxa de inscrição determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 5.23. A FADECIT/Gestão Concurso divulgará no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br a listagem de deferimento ou indeferimento do recurso contra o resultado da análise do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição, na data provável do dia 07 de agosto de 2018.
- 5.24. Nos casos em que o recurso quanto ao requerimento de isenção de taxa for deferido, estará automaticamente inscrito no concurso, não sendo necessário acessar o link de inscrições e nem efetuar o pagamento.
- 5.25. Constatada a irregularidade na isenção, a inclusão do candidato como isento será automaticamente cancelada, considerados nulos todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis pelo teor das afirmativas, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6. CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

6.1. Disposições Gerais

- 6.1.1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do art. 37 da Constituição da República e na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, é assegurado o direito de inscrição para os empregos públicos/funções em Concurso Público cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência que possuem.
- 6.1.2. Das vagas destinadas ao Emprego Público e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade deste Concurso Público, 10% (dez por cento) serão reservadas a candidatos com deficiência, na forma prevista na Lei Estadual nº 11.867, de 28 de julho de 1995 e no Decreto Estadual nº 42.257, de 15 de janeiro de 2002.
- 6.1.3. Caso a aplicação do percentual de 10% (dez por cento) resulte em número fracionado, arredondar-se-á a fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos) para o número inteiro subsequente e a fração inferior a 0,5 (cinco décimos) para o número inteiro anterior.
- 6.1.4. As vagas reservadas aos candidatos com deficiência que não forem providas por falta de candidatos classificados no Concurso Público, ou aprovados na perícia médica, serão preenchidas pelos candidatos de ampla concorrência, com estrita observância da ordem classificatória.
- 6.1.5. Para fins de identificação de cada tipo de deficiência, adotar-se-á a definição contida no art. 4º do Decreto Federal nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamentou a Lei nº. 7.853, de 1989, com as alterações advindas do Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, bem como a Súmulas 377 e 552 do STJ.
- 6.1.6. As deficiências dos candidatos, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, devem permitir o desempenho adequado das atribuições especificadas para o Emprego Público.
- 6.1.7. O candidato com deficiência, ao se inscrever no concurso público, deverá observar a compatibilidade das atribuições e aptidões do Emprego Público/função ao qual pretende concorrer com a deficiência que possui.
- 6.1.8. Os candidatos com deficiência, resguardadas as condições previstas no Decreto Federal nº. 3.298/1999, particularmente em seu art. 40, participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para aprovação.
- 6.1.9. A 1ª (primeira) admissão de candidato com deficiência classificado deverá ocorrer quando da 5ª (quinta) vaga de cada Emprego Público/função contemplada neste Edital. As demais admissões ocorrerão na 15ª (décima quinta), 25ª (vigésima quinta), 35ª (trigésima quinta) vagas e assim por diante, durante o prazo de validade deste Concurso Público.

6.1.10. A divulgação do resultado final deste Concurso Público será feita em duas listas, contendo, a primeira, a classificação de todos os candidatos - ampla concorrência, inclusive com o nome dos candidatos com deficiência e, a segunda, somente a classificação dos candidatos que concorrerem às vagas destinadas às pessoas com deficiência.

6.1.11. O candidato que, após a avaliação médica, não for considerado deficiente nos termos do Decreto Federal nº 3.298/99, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296/04, bem como as Súmulas 377 e 552 do STJ permanecerá somente na lista de ampla concorrência de classificação do Emprego Público/função para o qual se inscreveu.

6.2. Para os candidatos já inscritos

6.2.1. Todos os candidatos já inscritos, que não solicitaram a Restituição da Taxa de Inscrição, que necessitem de alteração ou atualização para concorrer à vaga para Deficientes ou Atendimento Especial, deverão acessar o site do www.gestaoconcurso.com.br durante o período de inscrições e seguir conforme descrito:

- acessar “Área do Candidato”;
- acessar o quadro “Inscrições”;
- clicar em sua inscrição realizada, no Edital da EMATER;
- clicar no campo “Editar Inscrição”;
- proceder com a atualização de sua inscrição;
- enviar novamente a documentação conforme item 6.3, deste Edital de Retificação.

6.2.2 Conforme o Edital de 2015, publicado em 30 de dezembro de 2015, item 4.2.4, a validade era de 6 (seis) meses para os laudos médicos de comprovação da deficiência. Sendo assim, TODOS os candidatos já inscritos e os novos inscritos que desejarem concorrer às vagas de deficientes, devem seguir as instruções do item 6.3 deste Edital de Retificação.

6.2.3. Os candidatos que enviaram laudo médico no período de inscrições que aconteceram nos dias 1º de março de 2016 a 06 de abril de 2016, deverão proceder com um novo envio das documentações conforme item 6.2.1, 6.2.2 e 6.3 deste Edital de Retificação, para concorrer às vagas de deficientes.

6.2.4. Durante o novo período de inscrições o candidato já inscrito só poderá editar sua inscrição para candidato deficiente ou atendimento especial, uma única vez.

6.3. Procedimentos para inscrição de candidatos com deficiência

6.3.1. Todos os candidatos deverão acessar o site www.gestaoconcurso.com.br durante o período das inscrições, estipulado no item 4.5, preencher os requisitos para solicitação de vaga como deficiente ou atendimento especial e proceder conforme item 6 e seus subitens.

6.3.2. O candidato com deficiência, durante o preenchimento do Requerimento Eletrônico de Inscrição ou da Ficha Eletrônica de Isenção da Taxa de Inscrição, se for o caso, além de observar o descrito no item 4 e seus subitens, deverá proceder da seguinte forma:

- informar se é deficiente;
- informar o tipo de deficiência;
- especificar a deficiência com o número do CID;
- manifestar interesse em concorrer às vagas destinadas aos deficientes;
- informar se necessita de condições especiais para a realização das provas, conforme item 7 e Anexo VI;
- imprimir a Ficha Eletrônica de Inscrição ou de Isenção, datar e assinar no campo correspondente;
- enviar juntamente com a Ficha Eletrônica de Inscrição, o laudo de um médico especialista da área, original, expedido nos últimos 6 (seis) meses anteriores ao término das inscrições, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças – CID 10, bem como provável causa da deficiência.

6.4. Os candidatos com deficiência deverão enviar a “Ficha Eletrônica de Inscrição ou de Isenção” e o laudo médico, respeitando o item 6, dentre os dias 04 de julho a 10 de agosto de 2018 da seguinte forma:

a) Postado nas Agências dos Correios, via SEDEX ou CARTA, ambos com AR (Aviso de Recebimento), com custo por conta do candidato, e endereçado à FADECIT/Gestão Concurso, à Rua das Tangerinas, nº 933, Bairro Vila Clóris, Belo Horizonte/MG, CEP 31744-108. Nesse caso, para sua validade, prevalecerá a data da postagem.

ou

b) Protocolado na FADECIT/Gestão Concurso na Rua das Tangerinas, nº 933, Bairro Vila Clóris, Belo Horizonte/MG, CEP 31744-108, de 09 às 15 horas (excedo sábados, domingos e feriados).

6.4.1. O Requerimento e o Laudo Médico deverão ser entregues em envelope fechado, tamanho ofício, contendo na parte externa e frontal do envelope os seguintes dados:

CONCURSO PÚBLICO EMATER-MG – EDITAL Nº 001/2015
REF. LAUDO MÉDICO PÓS-SUSPENSÃO
NOME COMPLETO DO CANDIDATO/ Nº DE INSCRIÇÃO / EMPREGO PÚBLICO CONCORRIDO

6.4.2. O candidato com deficiência deverá enviar, a “Ficha Eletrônica de Inscrição” ou na “Ficha Eletrônica de Isenção”, no prazo estipulado no item 4.5, indicando a condição especial de que necessita para a realização da prova, quando houver, juntamente ao Anexo VI devidamente preenchido e assinado.

6.5. O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deverá encaminhar requerimento por escrito, datado e assinado, acompanhado de parecer emitido por médico especialista da área de sua deficiência, que justificará a necessidade do tempo adicional solicitado pelo candidato, nos termos do § 2º do art. 40, do Decreto Federal nº 3.298/1999, até o término do período das inscrições.

6.5.1. Aos deficientes visuais (cegos) que solicitarem prova especial em Braille ou Fiscal Ledor, serão oferecidas provas no sistema em Braille ou Fiscal Ledor.

6.5.2. Aos deficientes visuais (amblíopes), que solicitarem prova especial ampliada, serão oferecidas provas com tamanho de letra correspondente a corpo 24.

6.5.3. A falta da solicitação de tratamento diferenciado/ atendimento especial na “Ficha Eletrônica de Inscrição ou Isenção” implicará em sua não concessão, seja qual for o motivo alegado, e o candidato realizará a prova nas mesmas condições dos demais candidatos.

6.5.4. A compatibilidade entre as atribuições do Emprego Público e a deficiência apresentada pelo candidato será avaliada durante o período de experiência, na forma estabelecida no § 2º do art. 43 do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações.

6.5.5. O candidato com deficiência que, no decorrer do período de experiência, apresentar incompatibilidade da deficiência com as atribuições do Emprego Público terá o contrato de trabalho rescindido.

6.5.6. O candidato com deficiência que não enviar a “Ficha Eletrônica de Inscrição ou Isenção”, o laudo médico e não cumprir o determinado neste Edital de Retificação terá a sua inscrição processada como candidato de ampla concorrência e não poderá alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.

6.5.7. O candidato com deficiência que desejar concorrer apenas às vagas reservadas para ampla concorrência poderá fazê-lo por opção e responsabilidade pessoal, informando a referida opção no Requerimento Eletrônico de Inscrição ou na Ficha Eletrônica de Isenção, não podendo, a partir de então, concorrer às vagas, reservadas para pessoas com deficiência, conforme disposição legal.

6.5.8. O laudo médico citado no item 6.3.2 alínea “g”, deste Edital deverá expressar, obrigatoriamente, a categoria em que se enquadra a pessoa com deficiência, nos termos do art. 4º do Decreto Federal n. 3.298/1999 e suas alterações.

6.5.9. O laudo médico apresentado terá validade somente para este Concurso Público e não será devolvido.

6.5.10. O laudo será submetido à avaliação específica destinada a verificar a existência de deficiência declarada, observado o Decreto Federal nº 3.298 de 20/12/99, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296 de 02/12/04, bem como as Súmulas 377 e 557 do STJ e a compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do Emprego Público/ função para o qual se inscreveu.

6.5.11. O candidato que não enviar o laudo médico dentro do prazo definido no item 6.4 terá seu nome excluído da lista de aprovados para deficientes, permanecendo na lista geral de classificados do Emprego Público que se inscreveu.

6.5.12. Será assegurado ao candidato a realização de perícia por junta médica, quando se fizer necessária a comprovação da deficiência, podendo a junta médica solicitar avaliação de um especialista na área da respectiva deficiência. O resultado terá caráter eliminatório.

6.5.13. Todos os procedimentos de avaliação e perícia a que se referem os itens 6.5.10 a 6.5.12 ocorrerão sem qualquer ônus para o candidato, ficando a cargo da EMATER.

7. DOS PROCEDIMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL

7.1. Todos os candidatos que necessitarem de atendimento especial para a realização das provas deverá:

- a) indicar, na solicitação de inscrição disponibilizada no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br, durante o prazo das inscrições descrito no item 4.5, os recursos especiais necessários a tal atendimento;
- b) enviar laudo médico original ou cópia autenticada em cartório, emitido nos últimos doze meses, que justifique o atendimento especial solicitado;
- c) enviar a Ficha Eletrônica de Inscrição ou de Isenção devidamente datada e assinada;
- d) enviar o Anexo VI, preenchido e assinado.

7.2. Das lactantes

7.2.1. Ficam asseguradas as lactantes o direito de participarem do concurso, nos critérios e condições estabelecidos pelos artigos 227 da Constituição Federal, art. 4º da Lei Federal n.º 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e artigos 1º e 2º da Lei Federal n.º 10.048/2000.

7.2.2. A lactante deverá indicar esta condição na “Ficha Eletrônica de Inscrição ou Isenção” e proceder conforme item 7.1 deste Edital, para a adoção das providências necessárias.

7.2.3. A candidata lactante que não apresentar a solicitação no prazo estabelecido no subitem 4.5 deste Edital, seja qual for o motivo alegado, poderá não ter a solicitação atendida por questões de não adequação das instalações físicas do local de realização das provas.

7.2.4. Nos horários previstos para amamentação, a mãe poderá retirar-se, temporariamente, da sala/local em que estarão sendo realizadas as provas, para atendimento à criança, em sala especial a ser reservada pela FADECIT/Gestão Concurso.

7.2.5. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

7.2.6. Para a amamentação, a criança deverá permanecer no ambiente a ser determinado pela FADECIT/Gestão Concurso.

7.2.7. A criança deverá estar acompanhada de pessoa maior de 18 (dezoito) anos responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata). A permanência temporária do acompanhante, em local apropriado, será autorizada pela FADECIT/Gestão Concurso.

7.2.8. A candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada de uma fiscal da FADECIT/Gestão Concurso, que garantirá que sua conduta esteja de acordo com os termos e condições deste Edital. O adulto a que se refere o subitem 7.2.7. deste Edital não poderá acompanhar a amamentação ou ter contato com o candidato durante a realização da prova.

7.2.9. Em nenhuma hipótese, a criança poderá permanecer dentro da sala de aplicação de provas ou sozinha em outro ambiente.

7.2.10. A candidata lactante que não levar acompanhante, não realizará as provas.

7.2.11. A FADECIT/Gestão Concurso não disponibilizará acompanhante para guarda de criança.

7.3. Das outras condições

7.3.1. Conforme o Edital de 2015, publicado em 30 de dezembro de 2015, no item 5.19.2, a validade para os laudos médicos para comprovação de atendimento especial era exigido que fosse emitido nos últimos 12 (doze) meses anteriores ao término das inscrições. Sendo assim, todos os candidatos inscritos e os novos inscritos que desejarem solicitar atendimentos ou prova especial, devem seguir as instruções do item 7 deste Edital de Retificação.

7.3.2. Os candidatos que enviaram laudo médico para solicitação de Atendimento Especial no período de inscrições que aconteceram nos dias 1º de março de 2016 a 06 de abril de 2016, deverão proceder com um novo envio, conforme item 7 deste Edital de Retificação, para concorrer às vagas de deficientes e receberem o atendimento especial requerido.

7.3.3. O candidato que necessitar de atendimento ou prova especial (ledor, braile, prova ampliada, auxílio para transcrição, tempo adicional, intérprete de libras ou local de fácil acesso) deverá indicar, no “Requerimento de Prova e/ou Atendimento Especial” Anexo VI, disponibilizado no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br, durante o prazo das inscrições.

7.3.4. O candidato que, por qualquer razão, necessite de atendimento especial para a realização das provas, deverá encaminhar, nos dias 04 de julho a 10 de agosto de 2018, o requerimento de prova especial e/ou atendimento especial - Anexo VI devidamente preenchido e assinado, juntamente com a documentação a que se refere o subitem 7.1 deste Edital, em envelope fechado, contendo na parte externa:

CONCURSO PÚBLICO EMATER-MG – EDITAL Nº 001/2015
REF. ATENDIMENTO ESPECIAL – PÓS-SUSPENSÃO
NOME COMPLETO DO CANDIDATO/ Nº DE INSCRIÇÃO / EMPREGO PÚBLICO CONCORRIDO

Nas seguintes formas:

a) pessoalmente pelo candidato ou por terceiro, no endereço: Rua das Tangerinas, 933, Bairro Vila Clóris, Belo Horizonte, MG, no horário das 09h00 às 15h00 (exceto sábados, domingos e feriados).

OU

b) via SEDEX ou CARTA, ambos com AR (Aviso de Recebimento), postado nas Agências dos Correios com custo por conta do candidato, endereçado à FADECIT/Gestão Concurso: Rua das Tangerinas, 933, Bairro Vila Clóris, Belo Horizonte/MG, CEP 31.744-108.

7.3.5. Após o prazo descrito no subitem 7.3.4 o candidato que passe a necessitar de atendimento especial, deverá entrar em contato com a FADECIT/Gestão Concurso, com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis da realização das Provas pelo telefone (31) 3319-8703 de 09h00 às 15h00 ou ainda por e-mail comunicacao@gestaoconcurso.com.br.

7.3.6. O candidato que solicitar atendimento especial na forma estabelecida no 7.3.1. deste Edital deverá enviar laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), emitido nos últimos 12 (doze) meses, que justifique o atendimento especial solicitado.

7.3.6.1. O fornecimento do laudo médico, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato.

7.3.6.2. O laudo médico valerá somente para este concurso público e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias dessa documentação.

7.4. Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados no item 7 deste Edital, não terão a prova e/ou atendimento especial concedidos.

7.5. O resultado preliminar dos pedidos de atendimento especial será publicado no site da EMATER-MG e no site da FADECIT/Gestão Concurso, no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br, para consulta, na data provável de 21 de agosto de 2018.

7.6. Caberá recurso quanto ao indeferimento do pedido de atendimento especial, conforme previsto no item 14 deste Edital.

7.7. A solicitação de atendimento especial será atendida segundo os critérios de viabilidade e razoabilidade.

8. DA RESTITUIÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

8.1. Em nenhuma hipótese o valor da taxa de inscrição será devolvido ao candidato, salvo conforme definido na Lei Estadual nº13801 de 26/12/2000.

8.2. Não será admitida a restituição da importância paga com a inscrição, com exceção das seguintes hipóteses:

- a) alteração da data prevista para as provas;
- b) cancelamento ou suspensão do concurso;
- c) pagamento extemporâneo ou realizado em duplicidade pelo candidato.

8.2.1. Nas hipóteses previstas no item 8.2. deste Edital, o candidato deverá requerer a restituição da taxa de inscrição por meio do preenchimento, assinatura e entrega do formulário que será disponibilizado no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br e no site da EMATER-MG.

8.2.2. O formulário de restituição da taxa de inscrição estará disponível em até 5 (cinco) dias úteis após a publicação do Ato de cancelamento, suspensão do concurso ou **alteração da data da prova**, para os pedidos de restituição nos termos do item 8.2. alíneas “a” e “b” deste Edital.

8.2.3. No formulário de restituição, o candidato deverá informar os seguintes dados para obter a restituição da taxa de inscrição:

- a) nome completo, CPF, número da identidade e inscrição do candidato;
- b) dados do titular da conta, caso o candidato não tenha;
- c) nome e número do banco, número da agência com dígito, número da conta corrente bancária com dígito;
- d) endereço, números de telefones, com código de área, para eventual contato;
- e) não serão aceitos conta poupança, conta conjunta ou conta salário.

8.2.4. O formulário de restituição deverá ser entregue ou enviado, devidamente preenchido e assinado pelo candidato e acompanhado da cópia de seu documento de identidade (legível), em envelope fechado, por uma das seguintes formas:

a) pessoalmente pelo candidato, ou por terceiro no endereço da EMATER-MG: Avenida Raja Gabaglia, nº 1.626, Bairro Gutierrez, Belo Horizonte/MG, no horário das 8h às 12h e de 13h às 17h (exceto sábados, domingos e feriados), aos cuidados dos Recursos Humanos;

ou

b) via SEDEX ou CARTA, ambos com AR (Aviso de Recebimento), postado nas Agências dos Correios com custo por conta do candidato, endereçado à EMATER-MG: Avenida Raja Gabaglia, 1.626, Bairro Gutierrez, Belo Horizonte/MG, CEP 30.441-194, aos cuidados dos Recursos Humanos.

8.2.4.1 Para validade da solicitação de restituição, a entrega ou data de postagem do envio do formulário deve seguir os seguintes prazos:

a) em até 10 (dez) dias após o término do período de inscrições quando a motivação da solicitação for o pagamento extemporâneo ou realizado em duplicidade pelo candidato;

OU

- b) em até 30 (trinta) dias após o ato que ensejou o cancelamento, suspensão do concurso, ou **alteração da data da prova**.
- 8.2.5. No envelope, na parte frontal, deverá constar “Restituição da Taxa de Inscrição – EMATER-MG Edital nº 001/2015”, além do Nome Completo, número da inscrição, Emprego Público concorrido.
- 8.2.6. A restituição da taxa de inscrição será realizada e processada pela EMATER-MG até 20 (vinte) dias úteis seguintes ao término do prazo fixado no item 8.2.4.1. alínea “b” deste Edital de Retificação por meio de depósito bancário na conta indicada no respectivo formulário de restituição e respeitando os critérios estabelecidos no item 8.2.3 alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, deste Edital de Retificação.
- 8.3. O valor a ser restituído ao candidato será corrigido monetariamente pela variação do IGPM desde a data do pagamento da inscrição até a data da efetiva restituição.

9. CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

- 9.1. A confirmação da inscrição se dará através da publicação da listagem dos inscritos no endereço eletrônico da FADECIT/Gestão Concurso e através do Comprovante Definitivo de Inscrição (CDI), que estarão disponíveis para todos os candidatos no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br, a partir da data provável do dia 14 de setembro de 2018. Nesse documento constará o nome do candidato, o Emprego Público, a macrorregião e o local de trabalho para qual se inscreveu, o número de inscrição, a data, o horário e o local da realização das Provas Objetivas.
- 9.2. Não será enviado, via Correios, cartão de convocação para as provas. A data, o horário e o local da realização das Provas serão disponibilizados conforme o item 9.1.
- 9.3. A correção de eventuais erros de digitação ocorridos no nome, na data de nascimento, no número do documento de identidade utilizado na inscrição ou na sigla do órgão expedidor deverão, obrigatoriamente, ser atualizados pelo candidato:
- a) antes da realização das provas, por meio do endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br, na “Área do candidato” ou comunicar à FADECIT/Gestão Concurso por e-mail comunicacao@gestaoconcurso.com.br;
- b) no dia, no horário e no local de realização das provas, ao aplicador de provas, com a apresentação da Carteira de Identidade e fazendo constar no “Formulário de Alteração de Dados”.
- 9.4. O candidato que não conseguir localizar o seu Comprovante Definitivo de Inscrição no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br, deverá procurar a FADECIT/Gestão Concurso, na Rua das Tangerinas, nº 933, Bairro Vila Clóris, Belo Horizonte/MG, CEP 31.744-108, nos dias úteis, das 09h às 15h, munido do Boleto Bancário devidamente quitado, ou ainda através do e-mail comunicacao@gestaoconcurso.com.br, até o dia 19 de setembro de 2018.
- 9.5. O comprovante de inscrição e o cartão de convocação para as provas não terão validade como documento de identidade.
- 9.6. O candidato não poderá alegar desconhecimento acerca da data, horário e local de realização das provas, para fins de justificativa de sua ausência.

10. DAS PROVAS

- 10.1. As Provas Objetivas serão aplicadas simultaneamente na data provável de **23 de setembro de 2018**.
- 10.2. A duração das Provas será de 04 (quatro) horas, incluído o tempo para leitura das instruções, sendo responsabilidade do candidato observar o horário estabelecido. O tempo de duração abrange a assinatura da Folha de Resposta e a transcrição das respostas do Caderno de Questões para a Folha de Resposta da Prova Objetiva.
- 10.3. O Concurso Público constará de Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, conforme disciplinas e números de questões por disciplinas, especificados no Anexo IV.
- 10.4. As provas serão aplicadas simultaneamente nas cidades de Belo Horizonte, Alfenas, Curvelo, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Patos de Minas, Pouso Alegre, Teófilo Otoni, Uberaba e Viçosa e o candidato fará a prova na cidade de sua opção manifestada no ato de sua inscrição nos termos do Anexo II deste Edital.
- 10.5. Havendo indisponibilidade de locais suficientes ou adequados nas cidades de realização das provas, estas poderão ser realizadas em outras localidades a serem informadas posteriormente, dentro do prazo de confirmação das inscrições estipulados no item 9 deste Edital.
- 10.6. O endereço e o horário da realização das Provas Objetivas serão confirmados no Comprovante Definitivo de Inscrição.
- 10.7. O ingresso dos candidatos ao local de realização das provas só será permitido dentro do horário estabelecido pela FADECIT/Gestão Concurso, informado no CDI e divulgado na forma prevista no Edital.
- 10.8. Os candidatos deverão comparecer aos locais de prova 60 (sessenta) minutos antes do horário previsto para o fechamento dos portões, munidos apenas do original de documento de identidade oficial com foto, de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada de material transparente e, preferencialmente, do Comprovante Definitivo de Inscrição (CDI).
- 10.9. O candidato deverá conferir os seus dados pessoais impressos na Folha de Respostas, em especial seu nome, data de nascimento e número do documento de identidade, além de conferir se a capa do caderno de provas está de acordo com seu Emprego Público escolhido.
- 10.10. Não haverá substituição das Folhas de Respostas das Provas por erro do candidato.
- 10.11. O preenchimento da Folha de Respostas das provas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na capa do Caderno de Questões.
- 10.12. Será eliminado deste concurso público, o candidato que se apresentar após o fechamento dos portões.
- 10.13. No caso de perda, roubo ou na falta do documento de identificação com o qual se inscreveu neste Concurso Público, o candidato poderá apresentar outro documento de identificação equivalente, conforme item 10.14.
- 10.14. Somente serão considerados documentos de identidade oficial: Cédula Oficial de Identidade (RG), Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe (OAB, CREA, CRA, etc.), Carteira de Trabalho e Previdência Social, Carteira de Motorista com foto e Passaporte válido.
- 10.15. O documento de identificação deverá estar em perfeita condição a fim de permitir, com clareza, a identificação do candidato e deverá conter, obrigatoriamente, filiação, fotografia, data de nascimento e assinatura.
- 10.16. Não serão aceitos documentos de identidade ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, podendo o candidato ser submetido à identificação digital que compreende a coleta de assinatura e a impressão digital em formulário próprio e ser fotografado pela coordenação.

- 10.17. Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins, Protocolos, Boletim de Ocorrência, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira de Estudante, Cópias dos documentos citados no item 10.14. ainda que autenticados, ou quaisquer outros documentos não constantes deste Edital.
- 10.18. O candidato deverá apor sua assinatura na lista de presença de acordo com aquela constante no seu documento de identidade. Depois de identificado e acomodado na sala de prova, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou de leitura enquanto aguarda o horário de início da prova.
- 10.19. Após assinar a Lista de Presença, o candidato somente poderá deixar a sala mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.
- 10.20. Não será permitida, nos locais de realização das provas, a entrada e/ou permanência de pessoas não autorizadas pela FADECIT/Gestão Concurso.
- 10.21. A inviolabilidade das provas será comprovada no momento do rompimento do lacre dos pacotes de prova, mediante termo formal, na presença de, no mínimo dois candidatos dentro da sala nos locais de realização das provas.
- 10.22. O candidato somente poderá deixar a sala de provas após 60 (sessenta) minutos, contados a partir do horário de início.
- 10.23. O tempo de duração das provas abrange a assinatura da Folha de Respostas, a transcrição das respostas do Caderno de Questões da Prova Objetiva para a Folha de Respostas.
- 10.24. Não haverá prorrogação do tempo de duração das provas, respeitando-se as condições previstas neste Edital.
- 10.25. O candidato somente poderá levar o caderno de provas após 60 (sessenta) minutos, contados a partir do horário de início das provas.
- 10.26. Não será permitida, em hipótese alguma, a realização de provas fora do local determinado, bem como não haverá segunda chamada para realização das provas.
- 10.27. A EMATER-MG e a FADECIT/Gestão Concurso não assumirão qualquer responsabilidade quanto a transporte e ou alojamento de candidatos. É de exclusiva responsabilidade do candidato, tomar ciência do trajeto até o local de realização das provas, a fim de evitar eventuais atrasos, sendo aconselhável ao candidato visitar o local de realização das provas com antecedência.
- 10.28. Não haverá segunda chamada seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato. O não comparecimento às provas, por qualquer motivo, caracterizará a desistência do candidato e resultará em sua eliminação deste concurso público.
- 10.29. Os objetos eletrônicos serão acondicionados em sacos plásticos, lacrados e colocados no chão abaixo ou ao lado da carteira e retirados somente após o término das provas e entrega da folha de respostas.
- 10.30. Os objetos ou documentos perdidos durante a realização das provas, que porventura venham a ser entregues à FADECIT/Gestão Concurso, serão guardados pelo prazo de 90 (noventa) dias e encaminhados posteriormente à Seção de Achados e Perdidos dos Correios de Belo Horizonte.
- 10.31. Durante o período de realização das provas, não será permitido o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço e outros itens de chapelaria.
- 10.32. Será vedado ao candidato o porte de arma(s) no local de realização das provas, ainda que de porte de documento oficial de licença para o respectivo porte.
- 10.33. As instruções constantes nos Cadernos de Questões das Provas Objetivas e respectiva Folha de Respostas complementam este Edital e deverão ser rigorosamente observadas e seguidas pelo candidato.
- 10.34. Ao terminar as provas ou findo o horário limite para a realização das provas, o candidato deverá entregar ao Aplicador de Sala, a Folha de Respostas das Provas Objetiva, devidamente preenchida e assinada.
- 10.35. O candidato poderá ser submetido a detector de metais durante a realização das provas.
- 10.36. Durante o período de realização das provas, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitido o uso e qualquer tipo de consultas de livros, códigos, manuais, impressos, anotações, calculadoras ou qualquer outro instrumento de cálculo, dispositivo eletrônico transmissor/receptor, inclusive telefone celular.
- 10.36.1. Telefone celular, rádio comunicador e aparelhos eletrônicos dos candidatos, enquanto na sala de prova, deverão permanecer desligados, tendo sua bateria retirada, sendo acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova.
- 10.36.2. No caso dos telefones celulares, do tipo smartphone, em que não é possível a retirada da bateria, os mesmos deverão ser desligados sendo acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova. Caso tais aparelhos emitam qualquer som, o candidato será eliminado do Concurso.
- 10.37. O candidato que, durante a realização das provas, for colhido em flagrante comunicação com outro candidato ou com pessoas estranhas, oralmente, por escrito ou através de equipamentos eletrônicos, ou ainda, que venha a tumultuar a realização das provas será eliminado deste Concurso Público.
- 10.38. Poderá, ainda, ser eliminado o candidato que:
- apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais pré-determinados;
 - não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;
 - não apresentar o documento de identidade exigido no item 10.14;
 - ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do Fiscal, ou antes do tempo mínimo de permanência estabelecido no item 10.22.
 - tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes;
 - usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros;
 - portar, mesmo que desligados, durante o período de realização das provas, quaisquer equipamentos eletrônicos como relógio, calculadora, walkman, notebook, palm-top, ipod, tablete, transmissor/receptor, agenda eletrônica, gravador ou outros similares, ou instrumentos de comunicação interna ou externa, tais como telefone celular, beep, pager entre outros, ou deles fizer uso;
 - deixar de atender as normas contidas nos Cadernos de Questões das Provas Objetiva e respectiva Folha de Respostas e demais orientações/instruções expedidas pela FADECIT/Gestão Concurso;
 - recusar a submeter-se a detector de metais e identificação digital;
 - deixar de entregar as Folhas de Respostas das Provas Objetiva, findo o prazo limite para realização das provas e devidamente assinada.
 - fizer uso de notas, anotações, livros, impressos, manuscritos, códigos, manuais ou qualquer outro material literário ou visual;

- l) for surpreendido usando boné, gorro, chapéu, óculos de sol, quaisquer equipamentos eletrônicos mesmo que desligados como, calculadora, walkman, notebook, palm-top, ipod, tablet, agenda eletrônica, gravador ou outros similares, ou instrumentos de comunicação interna ou externa, tais como telefone celular, bip, pager entre outros, ou que deles fizer uso;
 - m) ausentar-se da sala de provas, portando a Folha de Respostas e/ou o Caderno de Questões fora do prazo determinado no subitem 10.22;
 - n) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer fase do concurso público;
 - o) fotografar, filmar ou, de alguma forma, registrar e divulgar imagens e informações acerca do local da prova, da prova e de seus participantes;
 - p) perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos durante a preparação ou realização das provas;
 - q) recusar-se a seguir as instruções dadas por membros da Comissão Organizadora, da Banca Examinadora, da equipe de aplicação e apoio às provas ou qualquer outra autoridade presente no local do certame.
- 10.39. Os candidatos com cabelos longos devem comparecer com os cabelos presos, deixando as orelhas à mostra.
- 10.40. Somente serão permitidos assinalamentos na Folha de Respostas da Prova Objetiva feitos com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, vedada qualquer colaboração ou participação de terceiros, respeitadas as condições solicitadas e concedidas a portadores de deficiência.
- 10.41. O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar sua Folha de Respostas das Provas Objetiva, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção.
- 10.42. Na correção da Folha de Respostas da Prova Objetiva NÃO serão computadas as questões não assinaladas, as marcadas a lápis, as que contiverem mais de uma resposta e as rasuradas. (mesmo que uma delas esteja correta).
- 10.43. Será considerada nula a Folha de Respostas das Provas Objetivas que estiver marcada ou escrita, respectivamente, a lápis, bem como contendo qualquer forma de identificação ou sinal distintivo (nome, pseudônimo, símbolo, data, local, desenhos ou formas) produzido pelo candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade.
- 10.44. Os gabaritos Preliminares das Provas Objetivas serão disponibilizados no site da FADECIT/ Gestão Concurso www.gestaoconcurso.com.br a partir do dia 24 de setembro de 2018.
- 10.45. As questões das Provas Objetivas serão divulgadas no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br a partir do dia 24 de setembro de 2018.
- 10.46. O candidato que, por qualquer motivo, não tiver seu nome constando na listagem de inscrições homologadas, mas que apresente o respectivo comprovante de pagamento, efetuado nos moldes previstos neste Edital, poderá participar do concurso público, devendo preencher e assinar, no dia da prova, formulário específico.
- 10.47. A inclusão de que trata o subitem 10.46 será realizada de forma condicional, sujeita a posterior verificação quanto à regularidade da referida inscrição.
- 10.47.1. Constatada a irregularidade da inscrição, a inclusão do candidato será automaticamente cancelada, considerados nulos todos os atos dela decorrentes sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 10.48. A FADECIT/Gestão Concurso recomenda que o candidato leve apenas o documento original de identidade e caneta azul ou preta, para a realização das provas, caso contrário, os demais pertences pessoais deverão ser deixados em local indicado pelos fiscais durante todo o período de permanência dos candidatos no local da prova.
- 10.49. A FADECIT/Gestão Concurso e a EMATER-MG não se responsabilizarão por perdas, extravios ou danos que eventualmente ocorrerem aos pertences dos candidatos.
- 10.50. Ao terminarem as Provas, os candidatos deverão se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros.
- 10.51. No dia da realização das provas, não serão fornecidas por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou critérios de avaliação/classificação.
- 10.52. O espelho da Folha de Respostas do candidato será divulgado no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br, dentro da "Área do Candidato" na mesma data da divulgação das notas, e apenas durante o prazo recursal.

11. DAS PROVAS OBJETIVAS

- 11.1. O Concurso Público constará de Provas Objetivas, com 04 opções de A a D, e uma única resposta correta. As Provas Objetivas têm caráter eliminatório e classificatório contendo:
- 11.1.1. Para os Empregos Públicos de Nível Médio: 50 (cinquenta) questões no total, sendo que cada questão valerá 01(um) ponto, perfazendo um total de 50(cinquenta) pontos.
 - 11.1.2. Para os Empregos Públicos de Nível Superior: 60 (sessenta) questões no total, sendo que cada questão valerá 01(um) ponto, perfazendo um total de 60 (sessenta) pontos.
- 11.2. As disciplinas, códigos das disciplinas e as quantidades de questões por disciplinas constam no Anexo IV.
- 11.3. Será eliminado o candidato que:
- a) Obtiver nota inferior a 50% dos pontos possíveis em cada disciplina (P1 a P5);
 - b) Obtiver nota inferior a 60% do total de pontos distribuídos na Prova Objetiva;
 - c) Zerar qualquer uma das Disciplinas.
- 11.4. A prova objetiva terá a duração de 04 horas.
- 11.5. O conteúdo programático das Provas Objetivas, bem como as sugestões bibliográficas, constam no ANEXO VII deste Edital de Retificação.
- 11.6. Caso seja anulada alguma questão da prova objetiva, esta será contada como acerto, para todos os candidatos da área.
- 11.7. Na hipótese da ocorrência de 60% (sessenta por cento) do total das questões das Provas Objetivas serem anuladas, haverá obrigatoriamente a realização de nova prova.
- 11.8. Os pontos totais por disciplina correspondem ao número de acertos em cada prova.
- 11.9. A FADECIT/Gestão Concurso será responsável pela elaboração, aplicação e correção das Provas Objetivas, que será por meio eletrônico.

12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROVAS

12.1. Será considerado aprovado no concurso público o candidato que obtiver a pontuação e a classificação mínimas exigidas para aprovação, quando:

- a) Obter nota igual ou superior a 50% dos pontos possíveis em cada disciplina (P1 a P5);
- b) Obter nota igual ou superior a 60% do total de pontos distribuídos na Prova Objetiva;
- c) Não zerar qualquer uma das Disciplinas.

12.2. O Resultado Final deste concurso público será aferido pelo total de pontos obtidos na Prova Objetiva.

12.3. Ocorrendo empate quanto ao número de pontos obtidos para fins de classificação, terá preferência o candidato que tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, na forma do disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal n.º 10.741 de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).

12.4. O candidato citado no subitem anterior deverá ter completado 60 (sessenta) anos até o último dia de inscrições.

12.5. Persistindo ainda o empate, o desempate será dado para quem obtiver o maior número de pontos nas disciplinas na seguinte sequência:

a) Para o Emprego Público de Assistente Administrativo II:

- (P1) Português;
- (P2) Matemática;
- (P3) Raciocínio Lógico;
- (P4) Informática.

b) Para o Emprego Público de Auxiliar Técnico/Suporte em Informática:

- (P5) Conhecimentos Específicos;
- (P1) Português;
- (P3) Raciocínio Lógico.

c) Para o Emprego Público de Produtor de VT e Audiovisuais:

- (P5) Conhecimentos Específicos;
- (P1) Português;
- (P4) Informática.

d) Para o Emprego Público de Extensionista Agropecuário I:

- (P5) Conhecimentos Específicos;
- (P1) Português;
- (P3) Raciocínio Lógico;
- (P4) Informática.

e) Para os Empregos Públicos de Extensionista Agropecuário II, Extensionista de Bem Estar Social II, Auditor; Assistente Técnico I (Funções: Designer Gráfico; Psicologia; Arquitetura e Urbanismo; Ciências Contábeis; Engenharia de Alimentos; Ciência e Tecnologia de Laticínios; Engenharia de Produção; Geografia; Administração de Empresas; Comunicação Social/Jornalismo), Assessor Jurídico: (Retificado em 19/02/2016)

- (P5) Conhecimentos Específicos;
- (P1) Português;
- (P3) Raciocínio Lógico;
- (P4) Informática.

f) Para o Emprego Público de Analista de Sistemas I:

- (P5) Conhecimentos Específicos;
- (P3) Raciocínio Lógico;
- (P1) Português. (Retificado em 19/02/2016)

12.6. Persistindo ainda o empate, o desempate será dado em favor do candidato que tiver mais idade, levando-se em consideração o ano, mês e dia do nascimento.

12.7. Ter exercido a função de jurado, por força do art. 440 do Código de Processo Penal;

12.8. E em última instância, por sorteio.

13. DO RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO

13.1. O resultado final será homologado e publicado no jornal Imprensa Oficial de Minas Gerais e em jornal de grande circulação. Será divulgado, também nos endereços eletrônicos da FADECIT/Gestão Concurso www.gestaoconcurso.com.br e da EMATER-MG www.emater.mg.gov.br/concurso.

13.1.1. A publicação de que trata o subitem 13.1 contemplará, separadamente, os candidatos aprovados por Emprego Público/local de trabalho ou Emprego Público/macrorregião, em ordem de classificação ou classificação geral por cargo.

13.1.2. O resultado final deste Concurso Público será divulgado em 04 (quatro) listagens, por Emprego Público, contendo, a primeira, a classificação de todos os candidatos - ampla concorrência, inclusive com o nome dos candidatos com deficiência; a segunda, somente a classificação dos candidatos que concorrem às vagas destinadas aos candidatos com deficiência; a terceira, a classificação por Emprego Público e macrorregião; e a quarta, por Emprego Público/local de trabalho.

13.2. Na publicação no jornal Imprensa Oficial de Minas Gerais constarão somente os candidatos aprovados nos termos do item 12 e seus subitens.

14. DOS RECURSOS

14.1. Caberá interposição de recurso fundamentado à Banca Examinadora da FADECIT/Gestão Concurso no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do primeiro dia subsequente à data de publicação do objeto do recurso, em todas as decisões proferidas e que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos, tais como nas seguintes situações:

- a) contra indeferimento do pedido de isenção do valor da taxa de inscrição;
- b) contra indeferimento da inscrição;
- c) contra indeferimento do pedido de Atendimento Especial;
- d) contra indeferimento da inscrição como candidato deficiente;
- e) contra questões das provas objetivas e gabaritos preliminares;

- f) contra a totalização dos pontos obtidos na prova objetiva, desde que se refira a erro de cálculo das notas;
- g) contra outras decisões proferidas durante o concurso que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos;
- 14.2. Para os recursos previstos nas alíneas “a” a “f” do subitem 14.1 deste Edital, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico da FADECIT/Gestão Concurso www.gestaoconcurso.com.br, acessar a área do candidato, menu “RECURSOS”, preencher o recurso no formulário eletrônico próprio disponibilizado, imprimir, assinar somente no campo próprio de identificação, enviar ou entregar, conforme consta no subitem 14.3, deste Edital.
- 14.3. O formulário de recursos, preenchido eletronicamente deverá ser impresso, devidamente assinado e encaminhado em envelope fechado contendo na parte externa:

CONCURSO PÚBLICO EMATER-MG – EDITAL Nº 001/2015
REF. RECURSO – PÓS-SUSPENSÃO
CONTRA ESPECIFICAR O OBJETO DO RECURSO
NOME COMPLETO DO CANDIDATO/ Nº DE INSCRIÇÃO / EMPREGO PÚBLICO CONCORRIDO

Das seguintes formas:

- a) pessoalmente pelo candidato ou por terceiro, no endereço: Rua das Tangerinas, 933, Bairro Vila Clóris, Belo Horizonte/MG, no horário das 09h00 às 15h00 (exceto sábados, domingos e feriados);

OU

- b) via SEDEX ou CARTA, ambos com AR (Aviso de Recebimento), postado nas Agências dos Correios com custo por conta do candidato, endereçado à FADECIT/Gestão Concurso no endereço: Rua das Tangerinas, 933, Bairro Vila Clóris, Belo Horizonte/MG, CEP 31.744-108, com data de postagem conforme o prazo estabelecido no subitem 14.1 deste Edital.

14.4. Os recursos encaminhados devem seguir as seguintes determinações:

- a) enviar em duas vias e assinadas somente no campo próprio de identificação, ou seja, na capa de identificação do formulário de recurso, conforme disponibilizado através da área do candidato;
- b) utilizar o formulário eletrônico descrito no subitem 14.2 deste Edital, para os recursos descritos no subitem 14.1;
- c) enviar dentro do prazo estipulado no subitem 14.1 e nos termos do subitem 14.3 deste Edital;
- d) não conter qualquer identificação do candidato no corpo do texto de argumentação lógica do recurso;
- e) ser elaborado com argumentação lógica, consistente e acrescidos de indicação da bibliografia pesquisada (no caso da letra “e” do subitem 14.1 deste Edital) pelo candidato para fundamentar seu questionamento;
- f) apresentar a fundamentação referente apenas à questão previamente selecionada para recurso.

14.5. Para situação mencionada no subitem 14.1, alínea “e” deste Edital, cada candidato poderá interpor apenas um recurso por questão, devidamente fundamentado.

14.6. Serão indeferidos os recursos que:

- a) não estiverem devidamente fundamentados;
- b) não apresentarem argumentações lógicas e consistentes;
- c) estiverem em desacordo com as especificações contidas neste Edital;
- d) forem entregues fora do prazo estabelecido e fora dos termos descritos no item 14;
- e) apresentarem no corpo da fundamentação outras questões que não a selecionada para recurso;
- f) apresentarem contra terceiros;
- g) apresentarem em coletivo;
- h) cujo teor desrespeite a Banca Examinadora;
- i) com argumentação idêntica à constante de outro(s) recurso(s);
- j) conter identificação no corpo do recurso;
- k) não estiverem assinados no campo próprio de identificação (capa);
- l) não estiverem de acordo com o estipulado no subitem 14.4 deste Edital.

14.7. Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares cujo teor seja objeto de recurso apontado nos subitens 14.1 deste Edital.

14.8. Os pontos relativos a questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos que fizeram a prova e não obtiveram pontuação nas referidas questões conforme o gabarito oficial, independentemente de interposição de recursos. Os candidatos que haviam recebido pontos nas questões anuladas, após os recursos, terão esses pontos mantidos sem receber pontuação a mais.

14.9. Alterado o gabarito oficial pela Banca Examinadora do Concurso, de ofício ou por força de provimento de recurso, as provas serão corrigidas de acordo com o novo gabarito.

14.10. No que se refere ao subitem 14.1, alínea “e” deste Edital, se a argumentação apresentada no recurso for procedente e levar à reavaliação anteriormente analisados, prevalecerá a nova análise, alterando a nota inicial obtida para uma nota superior ou inferior para efeito de classificação.

14.11. Na ocorrência do disposto nos subitens 14.8, 14.9 e 14.10 deste Edital, poderá haver alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá ocorrer à desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida.

14.12. Em hipótese alguma será aceita revisão de recurso.

14.13. A Banca Examinadora da FADECIT/Gestão Concurso constitui a única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais, salvo o disposto na alínea “g” do subitem 14.1. deste Edital.

14.14. A decisão relativa ao deferimento ou indeferimento dos recursos será divulgada nos endereços eletrônicos da FADECIT/Gestão Concurso www.gestaoconcurso.com.br e da EMATER-MG www.emater.mg.gov.br/concurso.

14.15. Após a divulgação oficial de que trata o item 14.14 deste Edital, a fundamentação objetiva da decisão da banca examinadora sobre o recurso ficará disponível para consulta individualizada do candidato no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br, na “Área do Candidato”, até o encerramento deste Concurso Público.

15. DA ADMISSÃO E EXERCÍCIO

15.1. A aprovação no Concurso Público regido por este Edital assegurará apenas a convocação dentro do número de vagas previsto no ANEXO II deste Edital.

15.2. A aprovação de candidatos classificados além do número de vagas previsto no quadro de vagas do ANEXO II deste Edital assegurará apenas a expectativa de direito à convocação, ficando a concretização deste ato condicionada ao surgimento de novas vagas, ao exclusivo interesse e conveniência da EMATER-MG, à estrita ordem de classificação, dentro do prazo de validade do presente Concurso.

15.3. As atividades dos Empregos Públicos ora em Concurso pressupõem disponibilidade para viagens constantes.

15.4. A condução de veículos da Empresa não gera direito à remuneração específica.

15.5. Para atender a determinações legais ou a conveniências administrativas, a EMATER-MG poderá alterar seu Plano de Cargos e Remuneração vigente. Todos os parâmetros considerados para as presentes instruções se referem aos termos dos regulamentos em vigor. Qualquer alteração porventura ocorrida no atual sistema, por ocasião da admissão ou readmissão do candidato, significará, por parte deste, a integral e irrestrita adesão ao novo Plano de Cargos e Remuneração.

15.6. A avaliação pré-admissional de saúde será realizada por profissionais indicados e contratados pela EMATER-MG, para esta finalidade.

15.6.1. Ao ser convocado para os procedimentos pré-admissionais, o portador de deficiência deverá comprová-la por meio de relatório médico especialista e será submetido, no exame médico admissional, à avaliação médica específica, procedida por junta médica da EMATER-MG, a qual compreenderá a aptidão laboral, considerada para Emprego Público/função, e o enquadramento no Decreto nº 3298/99, destinada a verificar a existência da deficiência declarada e a compatibilidade com o exercício das atribuições do Emprego Público/ função para o qual se inscreveu. A avaliação médica terá caráter eliminatório.

15.7. Perderá o direito à vaga o candidato que não comparecer ao local e data indicados em qualquer fase do processo seletivo ou admissional.

15.8. As despesas com transporte, alimentação e hospedagem, durante todas as etapas do processo de seleção, correrão por conta do candidato.

15.9. Será vedada a readmissão de ex-empregado, da EMATER-MG, dispensado(a) por justa causa.

15.10. O candidato que vier a ser convocado para ingresso na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER-MG assinará contrato de trabalho que se regerá pelos preceitos da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), sujeitando-se às Normas de Recursos Humanos e ao Plano de Cargos e Remuneração da EMATER-MG vigentes à época da admissão ou readmissão.

15.11. Ocorrendo eliminação ou desistência de candidato selecionado, poderá haver convocação de substituto, se for interesse da EMATER-MG, obedecendo-se, sempre e rigorosamente, a classificação dos candidatos, na seguinte ordem:

- a) por candidato de mesmo Emprego Público e código respectivo do Emprego Público e cidade de trabalho;
- b) para os Empregos Públicos de Assistente Administrativo II, Extensionista Agropecuário I e II, Extensionista de Bem Estar Social II, será por cargo e macrorregião;
- c) pela classificação geral dos candidatos de mesmo Emprego Público.

15.12. Quando surgir uma vaga prevista para um Emprego Público e uma cidade de trabalho e não houver candidatos aprovados, esta poderá ser oferecida a candidatos aprovados inscritos que figurem na lista de classificação geral dos candidatos de mesmo cargo, obedecendo à ordem de classificação e as seguintes determinações:

15.12.1. O candidato convidado a ocupar uma vaga em cidade ou macrorregião diferente daquela para a qual se inscreveu poderá recusar a vaga ofertada, sem prejuízo de sua classificação e de sua opção quando da inscrição, sendo convocado em seu lugar o próximo candidato da lista de classificação geral.

15.12.2. O candidato que recusar a vaga oferecida em cidade diferente daquela para a qual se inscreveu não receberá novo convite dessa natureza, sem prejuízo de sua classificação e de sua opção quando da inscrição, sendo convocado em seu lugar o próximo candidato da lista de classificação geral.

15.12.3. Após convite a todos os candidatos que figuram na lista de classificação geral, se houver ainda vaga disponível em cidade diferente, a lista será retomada em seu início, visando o preenchimento da vaga.

15.12.4. Os pedidos de transferência de candidatos que vierem a ser admitidos somente serão aceitos para análise, sob qualquer hipótese, decorridos 02 (dois) anos da data de admissão e desde que obedeça às normas e critérios internos da EMATER-MG, exceto por interesse da EMATER-MG.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A publicação do Edital referente a este Concurso Público será feita na forma de extrato no jornal Imprensa Oficial de Minas Gerais e em jornal de grande circulação, e na íntegra, no site da EMATER-MG www.emater.mg.gov.br/concurso e no site da FADECIT/Gestão Concurso www.gestaoconcurso.com.br.

16.2. O prazo de validade do concurso é de 2 (dois) anos, contados da data de publicação do ato de homologação, prorrogável uma vez por igual período, a critério da EMATER-MG.

16.3. As convocações de oferta de vaga serão encaminhadas formalmente, contendo aviso de recebimento, aos candidatos classificados. Nelas constarão o dia, horário e local de comparecimento, bem como a relação de documentos a serem apresentados, se for o caso.

16.4. O candidato que, por qualquer motivo, faltar a qualquer uma das provas e/ou avaliações previstas neste Edital ou comparecer com a documentação incompleta será, automaticamente, eliminado do cadastro de candidatos classificados neste Concurso Público.

16.5. O candidato deverá manter seu endereço e telefone atualizado:

a) até a data da homologação, no site da FADECIT/Gestão Concurso www.gestaoconcurso.com.br na "Área do Candidato".

b) posterior a data de homologação, por meio de correspondência postada na Agência dos Correios com AR (Aviso de Recebimento) endereçada à EMATER-MG, A/C. Departamento de Recursos Humanos - DEPRH, Av. Raja Gabaglia, 1626, 3º andar, Bairro Gutierrez, em Belo Horizonte - MG, CEP 30441-194.

16.6. Será de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização dos dados pessoais, conforme especificados nos subitens 9.3 e 16.5 deste Edital.

- 16.7. Caberá ao candidato convocado para prover vaga em localidade diversa de seu domicílio arcar com o ônus de sua mudança.
- 16.8. Toda informação referente a este Concurso Público, inclusive o cronograma das datas pertinentes as suas etapas, até a homologação do concurso, serão fornecidas pela FADECIT/Gestão Concurso pelo e-mail: comunicacao@gestaoconcurso.com.br ou pelo site www.gestaoconcurso.com.br.
- 16.9. Após a homologação do concurso as informações referentes a este Concurso e Convocação/Admissão deverão ser encaminhadas para a EMATER-MG pelo e-mail: deprh.gerencia@emater.mg.gov.br ou pelo site www.emater.mg.gov.br.
- 16.10. Não serão fornecidos exemplares de provas relativas a concursos anteriores.
- 16.11. A inscrição do candidato implicará no conhecimento das presentes instruções e o compromisso de aceitar as condições deste Concurso Público, tais como se acham estabelecidas no presente Edital e seus Anexos.
- 16.12. Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer informações complementares e ou erratas relativas a este concurso que vierem a ser publicadas pela EMATER-MG e pela FADECIT/Gestão Concurso na forma de extrato no jornal Imprensa Oficial de Minas Gerais e em jornal de grande circulação, e na íntegra, no site da EMATER-MG www.emater.mg.gov.br/concurso e no site da FADECIT/Gestão Concurso www.gestaoconcurso.com.br.
- 16.13. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar, pelo site da FADECIT/Gestão Concurso e no site da EMATER-MG, a publicação de todas as informações e atos referentes ao Concurso Público.
- 16.14. Não serão fornecidos quaisquer documentos comprobatórios de aprovação, classificação, atestados, certificados ou certidões relativas a notas de candidatos neste Concurso Público, valendo, para esse fim, as respectivas publicações. Não serão fornecidos: atestados, cópia de documentos, certificados ou certidões relativas a notas de candidatos reprovados.
- 16.15. A EMATER-MG e a FADECIT/Gestão Concurso não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos ou apostilas referentes a este Concurso Público.
- 16.16. Ficará responsável a EMATER-MG, após a homologação do certame, pela guarda do material relativo ao concurso público – notadamente as provas e eventuais recursos interpostos, pelo prazo mínimo de 06 anos, seguindo as normas do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, sem prejuízo do cumprimento de outros prazos aplicáveis à guarda da documentação remanescente, para fins de fiscalização dos atos de admissão pelos órgãos públicos responsáveis.
- 16.17. Será excluído do concurso o candidato que:
- fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
 - agir com incorreção ou descortesia, para com qualquer membro da equipe encarregada pelo Concurso, em qualquer fase de sua realização;
 - utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do processo seletivo;
 - não atender às determinações regulamentares deste Edital e da EMATER-MG.
- 16.18. Será anulado o resultado final do candidato que utilizou ou tentou utilizar meios fraudulentos para obter sua aprovação ou de terceiros, mesmo que os fatos venham a ser conhecidos posteriormente à realização do Concurso.
- 16.19. Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de quaisquer recursos, títulos, laudos médicos, pedidos de isenção e/ou de quaisquer outros documentos após as datas e nas formas estabelecidas neste Edital.
- 16.20. A FADECIT/Gestão Concurso não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada de documentos quando enviados via SEDEX ou AR (aviso de recebimento).
- 16.21. Não serão disponibilizados ao candidato cópias e/ou devolução de recursos, pedidos de isenção, laudos médicos e/ou de outros documentos entregues, ficando a documentação sob responsabilidade da FADECIT/Gestão Concurso.
- 16.22. Não serão permitidas ao candidato a inclusão, a complementação, a suplementação ou a substituição de documentos durante ou após os períodos recursais previstos neste Edital.
- 16.23. No caso de ocorrência de fato ou situação não prevista, que dificulte ou impossibilite a realização das provas no dia, local e horários estabelecidos, a EMATER-MG reserva-se no direito de adiar o evento, efetuando a comunicação dessa decisão nos meios de divulgação listados no item 16.13 deste Edital.
- 16.24. As ocorrências não previstas neste Edital serão resolvidas a critério exclusivo da EMATER-MG e da FADECIT/Gestão Concurso no que couber.
- 16.25. A Comissão de Acompanhamento do Concurso poderá, a qualquer tempo, eliminar deste Concurso Público, o candidato que porventura descumprir as normas ou o regulamento do presente Edital.
- 16.26. Integram este Edital os seguintes Anexos:
- ANEXO I – Empregos Públicos, Funções, Salário, Carga Horária, Requisitos Básicos e Atribuições.
 - ANEXO II – Locais de Prova/Local da Vaga/Código do Emprego Público/ N° de Vagas.
 - ANEXO III – Locais de Provas com Regionais e Municípios de Abrangência.
 - ANEXO IV – Empregos Públicos/ Provas/ Disciplinas e N° de Questões por Disciplina.
 - ANEXO V – Modelo de Declaração para Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição.
 - ANEXO VI – Modelo de Solicitação de Atendimento Especial.
 - ANEXO VII – Conteúdo Programático e Sugestões Bibliográficas.

Belo Horizonte, 04 de junho de 2018.

Glenio Martins de Lima Mariano
Presidente da EMATER-MG

ANEXO I - EMPREGOS PÚBLICOS, FUNÇÕES, SALÁRIO, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS BÁSICOS, ATRIBUIÇÕES

Emprego Público	Função	Salário	Carga Horária	Requisitos básicos	Atribuições do Emprego Público/função
Assistente Administrativo II		R\$ 2.330,61	40 horas	Ensino Médio Completo.	Exercer atividade de suporte administrativo às unidades organizacionais, elaborando e controlando prestação de contas, balancetes e demais atividades administrativas da Unidade, promovendo a organização, funcionamento, manutenção e controle na área de material, patrimônio, transporte, finanças, pessoal e áreas afins.
Produtor de VT e Audiovisuais	Cinegrafista e Editor de Imagens	R\$ 2.907,23	40 horas	Ensino Médio Completo; Seis (6) meses de experiência na área; Disponibilidade para viagens constantes; Carteira Nacional de Habilitação categoria mínima "B".	Operar e filmar com equipamentos de vídeo, especialmente câmaras profissionais HD, em produções externas (reportagens e vídeos) e em estúdio. Realizar edição não-linear em Final Cut , Motion, After Effects e Adobe Premiere. As atribuições exigem conhecimento de pacote Adobe e plataforma Mac OSX. Planejar a produção de trabalho de vídeos definindo fases, objetivos e recursos. Dirigir o processo de gravação de imagens orientando as tomadas.
Auxiliar Técnico	Suporte em Informática	R\$ 2.907,23	40 horas	Ensino Médio Completo em Técnico em Informática ou Ensino Médio Completo + curso Técnico em Informática; Seis meses de experiência na área.	Dar suporte na manutenção de equipamentos e sistemas de informação; instalar e configurar sistemas operacionais, aplicativos, drivers e antivírus. Instalar e configurar dispositivos de informática e de redes. Dar suporte em Windows e Linux. Participar na identificação e solução de problemas de software e hardware.
Extensionista Agropecuário I		R\$ 2.907,23	40 horas	Ensino Médio completo em Técnico em Agropecuária ou Técnico Agrícola; Registro no Conselho Regional de Engenharia - CREA-MG; Carteira Nacional de Habilitação com categoria mínima "B"; Disponibilidade para viagens.	Atuar como técnico de nível médio em agropecuária e de acordo com sua habilitação legal na prestação de serviços aos clientes da Empresa; participar da elaboração, execução e acompanhamento dos programas municipais de assistência técnica e extensão rural dos municípios atendidos pela Empresa; Auxiliar na elaboração de projetos, realizando levantamentos, orçamentos e avaliações necessárias a sua conclusão; prestar assistência técnica aos clientes, acompanhando-os e orientando-os nos projetos elaborados.
Extensionista Agropecuário II	Engenharia Agrônômica	R\$ 4.273,44	40 horas	Curso Superior em Engenharia Agrônômica; Registro no Conselho Regional Profissional; Disponibilidade para viagens; Carteira Nacional de Habilitação categoria mínima "B".	Executar atividades profissionais e de prestação de serviços aos clientes da Empresa, correspondentes à habilitação profissional do cargo de nível superior; elaborar, executar e acompanhar os programas e projetos relacionados à assistência técnica e extensão rural nos municípios atendidos pela Empresa; prestar assistência técnica agropecuária e gerencial aos clientes da Empresa elaborando e assinando projetos técnicos, inclusive aqueles para obtenção de crédito rural, acompanhando e/ ou fiscalizando sua execução; realizar levantamentos e perícias técnicas relacionadas à sua área de competência.
	Zootecnia			Curso Superior em Zootecnia; Registro no Conselho Regional Profissional; Carteira Nacional de Habilitação categoria mínima "B"; Disponibilidade para Viagens.	
Extensionista Bem Estar Social II		R\$ 4.273,44	40 horas	Curso Superior em Ciências Sociais ou Economia Doméstica ou Nutrição ou Pedagogia ou Serviço Social; Registro no Conselho Regional Profissional (quando houver); Carteira Nacional de Habilitação categoria mínima "B"; Disponibilidade para viagens.	Executar atividades profissionais e de prestação de serviços aos clientes da Empresa, correspondentes à habilitação profissional para o cargo; participar do planejamento, execução e acompanhamento dos programas de extensão rural nos municípios atendidos pela Empresa; elaborar projetos nas áreas de Bem-estar Social, destinados às famílias e comunidades rurais, acompanhando sua execução e avaliação; assistir as famílias rurais, orientando-se nas áreas de competência do projeto.

Assistente Técnico I	Administração de Empresas	R\$ 4.273,44	40 horas	Curso Superior em Administração de Empresas; Registro no Conselho Regional Profissional; Disponibilidade para Viagens.	<p>Exercer como profissional de nível superior e de acordo com sua habilitação atividades de apoio às diversas unidades da Empresa.</p> <p>Elaborar e executar projetos, programas, processos, contratos e pareceres específicos de sua área de atuação.</p> <p>Desenvolver, coordenar, executar, avaliar, emitir pareceres e relatórios dos programas e projetos de sua área de competência. Elaborar material técnico e institucional, ministrar treinamentos relacionados a sua área de competência.</p>
	Arquitetura e Urbanismo			Curso Superior em Arquitetura e Urbanismo; Registro no Conselho Regional Profissional; Disponibilidade para viagens.	
	Ciências Contábeis			Curso Superior Completo em Ciências Contábeis; Registro no Conselho Regional Profissional.	
	Comunicação Social			Curso Superior Completo em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo; Disponibilidade para viagens constantes; Seis (6) meses de experiência na área.	
	Designer Gráfico			Curso Superior Completo em Designer Gráfico; Seis (6) meses de experiência na área.	
	Engenharia de Alimentos			Curso Superior em Engenharia de Alimentos; Registro no Conselho Regional Profissional; Disponibilidade para viagens constantes.	
	Engenharia de Produção			Curso Superior em Engenharia de Produção; Registro no Conselho Regional Profissional; Disponibilidade para viagens constantes.	
	Ciência e Tecnologia de Laticínios			Curso Superior em Ciência e Tecnologia de Laticínios; Registro no Conselho Regional Profissional; Disponibilidade para viagens constantes.	
	Geografia			Curso Superior em Geografia; Registro no Conselho Regional Profissional; Disponibilidade para viagens constantes.	
	Psicologia			Curso Superior em Psicologia; Registro no Conselho Regional Profissional; Disponibilidade para viagens.	
Analista de Sistemas I		R\$ 4.273,44	40 horas	Curso Superior Completo em Análise de Sistemas ou Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Informática ou Sistemas de Informação, reconhecido pelo Ministério da Educação.	Executar atividades de análise de sistemas nos campos de desenvolvimento e manutenção de aplicações, documentação e atendimento de serviços de informática relacionados a sistemas de informação, envolvendo conhecimento de análise de necessidades, elaboração de modelos de dados, implementação e implantação de sistemas, visando atender as necessidades das áreas/setores da Empresa.
Assessor Jurídico		R\$ 5.671,67	40 horas	Curso de Graduação de Nível Superior Bacharelado em Direito; Registro na Ordem dos Advogados do Brasil de Minas Gerais – OAB-MG; Disponibilidade para viagens; Carteira Nacional de Habilitação categoria mínima “B”; Seis (6) meses de experiência em atividades jurídicas.	Exercer a advocacia, em caráter de exclusividade, dos interesses da EMATER-MG compreendendo, além da ação e representação judicial, o procuratório extrajudicial e as funções de assessoria às unidades da Empresa; planejar, orientar, coordenar e controlar atividades jurídicas de natureza contenciosa, consultiva, contratual e patrimonial e demais atividades delegadas pela empresa de que necessitem de apoio jurídico.

Auditor		R\$ 5.671,67	40 horas	<p>Curso Superior completo em Ciências Contábeis ou Administração de Empresas ou Economia;</p> <p>Registro no Conselho Regional Profissional;</p> <p>Disponibilidade para viagens constantes;</p> <p>Carteira Nacional de Habilitação categoria mínima "B";</p> <p>Seis (6) meses de experiência na área de auditoria.</p>	<p>Exercer atividades de auditoria nas áreas patrimonial, pessoal, econômica, financeira, contábil, fiscal e tributária, analisando os respectivos procedimentos e controles internos, elaborando relatórios e outros documentos afins em cumprimento às disposições legais e normativas internos da Empresa. Verificar os atos de gestão visando comprovar a legalidade, legitimidade, economicidade, eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, pessoal e dos demais sistemas operacionais. Assessorar os gestores no acompanhamento da execução dos programas de governo.</p>
---------	--	--------------	----------	--	--

ANEXO II
LOCAIS DE PROVA/ LOCAL DA VAGA/ CÓDIGO DO EMPREGO PÚBLICO /Nº DE VAGAS

EMPREGO PÚBLICO	LOCAIS DE PROVAS	LOCAL DA VAGA	CÓDIGO DO EMPREGO PÚBLICO	Nº DE VAGAS		
				AMPLA CONCORRÊNCIA (A)	DEFICIENTES (B)	TOTAL (A+B)
Assistente Administrativo II	ALFENAS	Macrorregião de Alfenas	001	3	*	3
	BELO HORIZONTE	Belo Horizonte		4	2	6
	BELO HORIZONTE	Macrorregião de Belo Horizonte		1	*	1
	CURVELO	Macrorregião de Curvelo		1	*	1
	GOVERNADOR VALADARES	Macrorregião de Governador Valadares		1	*	1
	JUIZ DE FORA	Macrorregião de Juiz de Fora		1	*	1
	MONTES CLAROS	Macrorregião de Montes Claros		3	*	3
	PATOS DE MINAS	Macrorregião de Patos de Minas		2	*	2
	POUSO ALEGRE	Macrorregião de Pouso Alegre		1	*	1
	TEÓFILO OTONI	Macrorregião de Teófilo Otoni		1	*	1
	UBERABA	Macrorregião de Uberaba		1	*	1
VIÇOSA	Macrorregião de Viçosa	1	*	1		
Auxiliar Técnico (Suporte em Informática)	BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	002	1	*	1
Produtor de VT e Audiovisuais	BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	003	1	*	1
Extensionista Agropecuário I	ALFENAS	Macrorregião de Alfenas	004	2	*	2
	BELO HORIZONTE	Macrorregião de Belo Horizonte		2	*	2
	CURVELO	Macrorregião de Curvelo		1	1	2
	GOVERNADOR VALADARES	Macrorregião de Governador Valadares		2	*	2
	JUIZ DE FORA	Macrorregião de Juiz de Fora		2	*	2
	MONTES CLAROS	Macrorregião de Montes Claros		2	*	2
	PATOS DE MINAS	Macrorregião de Patos de Minas		1	1	2
	POUSO ALEGRE	Macrorregião de Pouso Alegre		2	*	2
	TEÓFILO OTONI	Macrorregião de Teófilo Otoni		2	*	2
	UBERABA	Macrorregião de Uberaba		1	*	1
VIÇOSA	Macrorregião de Viçosa	2	*	2		
Extensionista Agropecuário II	Engenharia Agrônoma	ALFENAS	005	2	*	2
		BELO HORIZONTE		2	*	2
		CURVELO		2	*	2
		GOVERNADOR VALADARES		2	*	2
		JUIZ DE FORA		2	*	2
		MONTES CLAROS		1	1	2
		PATOS DE MINAS		2	*	2
		POUSO ALEGRE		1	1	2
		TEÓFILO OTONI		1	*	1
		UBERABA		1	*	1
	VIÇOSA	1	1	2		
Zootecnista	JUIZ DE FORA	Macrorregião de Juiz de Fora	007	1	*	1
POUSO ALEGRE	Macrorregião de Pouso Alegre	1		*	1	

Extensionista Bem Estar Social II		ALFENAS	Macrorregião de Alfenas	008	1	*	1
		BELO HORIZONTE	Macrorregião de Belo Horizonte		1	*	1
		CURVELO	Macrorregião de Curvelo		1	*	1
		GOVERNADOR VALADARES	Macrorregião de Governador Valadares		0	1	1
		MONTES CLAROS	Macrorregião de Montes Claros		1	*	1
		PATOS DE MINAS	Macrorregião de Patos de Minas		1	*	1
		POUSO ALEGRE	Macrorregião de Pouso Alegre		1	*	1
		TEÓFILO OTONI	Macrorregião de Teófilo Otoni		1	*	1
		VIÇOSA	Macrorregião de Viçosa		1	*	1
Assistente Técnico I	Administrador de Empresas	BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	009	1	*	1
	Arquitetura e Urbanismo	BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	010	1	*	1
	Ciências Contábeis	BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	011	3	2	5
	Ciência e Tecnologia de Laticínios	BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	012	1	*	1
	Comunicação Social	BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	013	1	*	1
	Designer Gráfico	BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	014	1	*	1
	Engenharia de Alimentos	BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	015	1	*	1
	Engenharia de Produção	BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	016	1	*	1
	Geografia	BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	017	1	*	1
	Psicologia	BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	018	1	*	1
Auditor	BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	019	2	*	2	
Analista de Sistemas I	BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	020	2	*	2	
Assessor Jurídico	BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	021	3	*	3	
TOTAL GERAL DE VAGAS					87	10	97
*Não há reserva de vagas para provimento imediato aos candidatos com deficiência em virtude do quantitativo oferecido, sendo mantido o cadastro de reserva.							

ANEXO III
LOCAIS DE PROVA COM REGIONAIS E MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA

LOCAIS DE PROVAS/ MACRORREGIÕES	UNIDADES REGIONAIS	MUNICÍPIOS
ALFENAS	Alfenas	Alfenas, Alterosa, Areado, Boa Esperança, Campanha, Campo do Meio, Campos Gerais, Carvalhópolis, Cordislândia, Cristais, Divisa Nova, Elói Mendes, Fama, Jesuânia, Lambari, Machado, Monsenhor Paulo, Olímpio Noronha, Parauaçu, Poço Fundo, Santana da Vargem, São João da Mata, Serrania, Três Pontas, Turvolândia, Varginha.
	Guaxupé	Albertina, Andradas, Arceburgo, Bandeira do Sul, Bom Jesus da Penha, Botelhos, Cabo Verde, Caldas, Campestre, Congonhal, Guaranésia, Guaxupé, Ibitiura de Minas, Ipuina, Itamogi, Jacuí, Jacutinga, Juruaia, Monte Belo, Monte Santo de Minas, Monte Sião, Muzambinho, Nova Resende, Poços de Caldas, Santa Rita de Caldas, São Pedro da União, São Sebastião do Paraíso, São Tomás de Aquino, Senador José Bento.
	Passos	Alpinópolis, Capetinga, Capitólio, Carmo do Rio Claro, Cássia, Claraval, Conceição da Aparecida, Córrego Fundo, Delfinópolis, Doloresópolis, Fortaleza de Minas, Guapé, Ibiraci, Illicínea, Itaú de Minas, Passos, Pimenta, Piumhi, Pratápolis, São João Batista do Glória, São José da Barra, São Roque de Minas, Vargem Bonita.
BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	Belo Horizonte, Belo Vale, Betim, Bom Jesus do Amparo, Bonfim, Brumadinho, Caeté, Casa Grande, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Cristiano Ottoni, Crucilândia, Ibitirito, Igarapé, Itabirito, Itaguara, Itatiaiuçú, Itaverava, Mário Campos, Moeda, Nova Lima, Nova União, Ouro Branco, Ouro Preto, Piedade dos Gerais, Piracema, Queluzito, Raposos, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, São Joaquim de Bicas, Sarzedo, Taquaraçu de Minas.
	Divinópolis	Araújos, Arcos, Bambuí, Bom Despacho, Camacho, Carmo da Mata, Carmo do Cajuru, Carmópolis de Minas, Cláudio, Conceição do Pará, Córrego Danta, Divinópolis, Formiga, Igaratinga, Iguatama, Itapecerica, Itaúna, Japaraíba, Lagoa da Prata, Leandro Ferreira, Luz, Medeiros, Moema, Nova Serrana, Oliveira, Pains, Passa Tempo, Pedra do Indaiá, Perdígão, Pitangui, Santo Antônio do Monte, São Francisco de Paula, São Gonçalo do Pará, São Sebastião do Oeste, Tapiraí.
	Sete Lagoas	Baldim, Cachoeira da Prata, Capim Branco, Confins, Esmeraldas, Florestal, Fortuna de Minas, Funilândia, Inhaúma, Jaboticatubas, Jequitibá, Juatuba, Lagoa Santa, Maravilhas, Mateus Leme, Matozinhos, Onça do Pitangui, Papagaios, Pará de Minas, Pedro Leopoldo, Pequi, Prudente de Moraes, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Santana de Pirapama, Santana do Riacho, São José da Lapa, São José da Varginha, Sete Lagoas, Vespasiano.
GOVERNADOR VALADARES	Governador Valadares	Aimorés, Alpercata, Alvarenga, Capitão Andrade, Central de Minas, Conselheiro Pena, Cuparaque, Divino das Laranjeiras, Dom Cavati, Engenheiro Caldas, Fernandes Tourinho, Frei Inocência, Galiléia, Goiabeira, Governador Valadares, Itabirinha de Mantena, Itanhomi, Ituêta, Jampruca, Mantena, Marilac, Mathias Lobato, Mendes Pimentel, Nova Belém, Nova Mógica, Pescador, Resplendor, Santa Rita do Itueto, São Félix de Minas, São Geraldo do Baixio, São João do Manteninha, São José do Divino, Sobralia, Tarumirim, Tumiritinga.
	Guanhães	Açucena, Braúnas, Cantagalo, Carmésia, Coroaci, Divinolândia de Minas, Dom Joaquim, Dolores de Guanhães, Ferros, Gonzaga, Guanhães, Itabira, Itambé do Mato Dentro, Joanésia, Materlândia, Nacif Raydan, Passa Bem, Paulistas, Peçanha, Sabinópolis, Santa Efigênia de Minas, Santa Maria de Itabira, Santo Antônio do Rio Abaixo, São Geraldo da Piedade, São Gonçalo do Rio Abaixo, São João Evangelista, São Sebastião do Rio Preto, Sardoá, Senhora do Porto, Virgínia, Virgolândia.
	Ipatinga	Antônio Dias, Bela Vista de Minas, Belo Oriente, Bom Jesus do Galho, Bugre, Caratinga, Coronel Fabriciano, Córrego Novo, Entre Folhas, Iapú, Imbé de Minas, Inhapim, Ipaba, Ipatinga, Jaguaruçu, João Monlevade, Marliéria, Mesquita, Naque, Nova Era, Periquito, Piedade de Caratinga, Pingo D'Água, Santa Bárbara do Leste, Santa Rita de Minas, Santana do Paraíso, São Domingos das Dolores, São João do Oriente, São Sebastião do Anta, Timóteo, Ubaporanga, Vargem Alegre.

JUIZ DE FORA	Cataguases	Argirita, Astolfo Dutra, Bicas, Cataguases, Descoberto, Dona Euzébia, Goianá, Guarani, Guarará, Itamarati de Minas, Mar de Espanha, Maripa de Minas, Mercês, Mirai, Pequeri, Piraúba, Rio Novo, Rio Pombo, Rochedo de Minas, Santana de Cataguases, São João Nepomuceno, São Sebastião da Vargem Alegre, Senador Cortes, Silverânia, Tabuleiro, Tocantins, Rodeiro.
	Juiz de Fora	Aracitaba, Arantina, Belmiro Braga, Bias Fortes, Bocaina de Minas, Bom Jardim de Minas, Carvalhos, Chácara, Chiador, Coronel Pacheco, Ewbank da Câmara, Juiz de Fora, Liberdade, Lima Duarte, Matias Barbosa, Olaria, Oliveira Fortes, Paiva, Passa Vinte, Pedro Teixeira, Piau, Rio Preto, Santa Bárbara do Monte Verde, Santa Rita do Ibitipoca, Santa Rita do Jacutinga, Santana do Deserto, Santana do Garambéu, Santos Dumont, Seritinga, Serranos, Simão Pereira.
	São João Del Rei	Alfredo Vasconcelos, Alto do Rio Doce, Andrelândia, Antônio Carlos, Barbacena, Barroso, Capela Nova, Caranaíba, Carandaí, Conceição da Barra de Minas, Coronel Xavier Chaves, Desterro de Entre Rios, Desterro do Melo, Dolores de Campos, Entre Rios de Minas, Ibertioga, Jeceaba, Lagoa Dourada, Madre de Deus de Minas, Minduri, Nazareno, Piedade do Rio Grande, Prados, Resende Costa, Ressaquinha, Ritópolis, Santa Bárbara do Tugúrio, Santa Cruz de Minas, Santana dos Montes, São Braz do Suaçuí, São João Del Rei, São Tiago, São Vicente de Minas, Senhora dos Remédios, Tiradentes.
MONTES CLAROS	Janaúba	Catutí, Espinosa, Gameleiras, Jaíba, Janaúba, Mamonas, Matias Cardoso, Mato Verde, Monte Azul, Montezuma, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados, Santo Antônio do Retiro, Serranópolis de Minas, Verdelândia.
	Januária	Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Ibiracatu, Itacarambi, Januária, Japonvar, Juvenília, Lontra, Manga, Miravânia, Montalvânia, Pedras de Maria da Cruz, São João da Ponte, São João das Missões, Varzelândia.
	Montes Claros	Bocaiúva, Botumirim, Buritizeiro, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Cristália, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont, Francisco Sá, Glaucilândia, Grão Mogol, Guaraciama, Ibiaí, Itacambira, Jequitaiá, Juramento, Lagoa dos Patos, Montes Claros, Olhos D'água, Pirapora, São João da Lagoa.
	Salinas	Águas Vermelhas, Araçuaí, Berizal, Coronel Murta, Cural de Dentro, Divisa Alegre, Fruta de Leite, Indaiabira, Josenópolis, Ninheira, Novorizonte, Padre Carvalho, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, Santa Cruz de Salinas, São João do Paraíso, Taiobeiras, Vargem Grande do Rio Pardo, Virgem da Lapa.
	São Francisco	Brasília de Minas, Campo Azul, Icaraí de Minas, Luislândia, Mirabela, Patis, Pintópolis, Ponto Chique, Santa Fé de Minas, São Francisco, São João do Pacuí, São Romão, Ubaí, Uruçuaia.
PATOS DE MINAS	Patos de Minas	Abadia dos Dourados, Arapuá, Campos Altos, Carmo do Paranaíba, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Douradoquara, Grupiara, Guimarânia, Iraí de Minas, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Patos de Minas, Patrocínio, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Serra do Salitre, Tiros, Varjão de Minas, Vazante.
	Unai	Arinós, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Dom Bosco, Formoso, Guarda-Mor, João Pinheiro, Natalândia, Paracatu, Riachinho, Unai, Uruana de Minas.
POUSO ALEGRE	Lavras	Aguanil, Aiuruoca, Alagoa, Baependi, Bom Sucesso, Cambuquira, Campo Belo, Cana Verde, Candeias, Carmo da Cachoeira, Carrancas, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Coqueiral, Cruzília, Ibituruna, Ijaci, Ingaí, Itamonte, Itanhandu, Itumirim, Itutinga, Lavras, Luminárias, Nepomuceno, Passa Quatro, Perdões, Pouso Alto, Ribeirão Vermelho, Santana do Jacaré, Santo Antônio do Amparo, São Bento do Abade, São Lourenço, São Sebastião do Rio Verde, São Tomé das Letras, Três Corações, Virgínia, Soledade de Minas.
	Pouso Alegre	Bom Repouso, Borda da Mata, Brasópolis, Bueno Brandão, Cachoeira de Minas, Camanducaia, Cambuí, Careçu, Carmo de Minas, Conceição das Pedras, Conceição dos Ouros, Consolação, Córrego do Bom Jesus, Cristina, Delfim Moreira, Dom Viçoso, Espírito Santo do Dourado, Estiva, Extrema, Gonçalves, Heliadora, Inconfidentes, Itajubá, Itapeva, Maria da Fé, Marmelópolis, Munhoz, Natércia, Ouro Fino, Paraíso de Minas, Pedralva, Piranguçu, Piranguinho, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí, São Gonçalo Sapucaí, São José do Alegre, São Sebastião da Bela Vista, Sapucaí Mirim, Senador Amaral, Silvianópolis, Tocos do Moji, Toledo, Wenceslau Braz.

CURVELO	Capelinha	Água Boa, Angelândia, Aricanduva, Berilo, Capelinha, Chapada do Norte, Francisco Badaró, Franciscópolis, Frei Lagonegro, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, José Raydan, Leme do Prado, Malacacheta, Minas Novas, Santa Maria do Suaçuí, São José da Safira, São José do Jacuri, São Pedro do Suaçuí, São Sebastião do Maranhão, Setubinha, Turmalina, Veredinha.
	Curvelo	Abaeté, Araçaí, Augusto de Lima, Biquinhas, Buenópolis, Caetanópolis, Cedro do Abaeté, Cordisburgo, Corinto, Curvelo, Dolores do Indaiá, Estrela do Indaiá, Felixlândia, Inimutaba, Joaquim Felício, Lassance, Martinho Campos, Monjolos, Morada Nova de Minas, Morro da Garça, Paineiras, Paraopeba, Pompéu, Presidente Juscelino, Quartel Geral, Santo Hipólito, Serra da Saudade, Três Marias, Várzea da Palma.
	Diamantina	Alvorada de Minas, Carbonita, Coluna, Conceição do Mato Dentro, Congonhas do Norte, Couto Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Gouveia, Inhaí, Itamarandiba, Morro do Pilar, Presidente Kubistchek, Rio Vermelho, Santo Antônio do Itambé, São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino Gonçalves, Senador Mourão, Serra Azul de Minas, Serro.
TEÓFILO OTONI	Almenara	Almenara, Bandeira, Cachoeira do Pajeú, Comercinho, Divisópolis, Felisburgo, Itaobim, Itinga, Jacinto, Jequitinhonha, Joaíma, Jordânia, Mata Verde, Medina, Monte Formoso, Padre Paraíso, Palmópolis, Pedra Azul, Ponto dos Volantes, Rio do Prado, Rubim, Salto da Divisa, Santa Maria do Salto, Santo Antônio do Jacinto.
	Teófilo Otoni	Águas Formosas, Ataléia, Bertópolis, Campanário, Caraí, Carlos Chagas, Catujá, Crisolita, Frei Gaspar, Fronteira dos Vales, Itaipé, Itambacuri, Ladainha, Machacalis, Nanuque, Novo Cruzeiro, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Poté, Santa Helena de Minas, Serra dos Aimorés, Teófilo Otoni, Umburatiba.
UBERABA	Uberaba	Água Comprida, Araxá, Campo Florido, Carneirinho, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Delta, Fronteira, Frutal, Ibiá, Itapagipe, Iturama, Limeira do Oeste, Perdizes, Pirajubá, Planura, Pratinha, Sacramento, São Francisco de Sales, Tapira, Uberaba, União de Minas, Veríssimo.
	Uberlândia	Araguari, Araporã, Cachoeira Dourada, Campina Verde, Canápolis, Capinópolis, Cascalho Rico, Centralina, Estrela do Sul, Gurinhatã, Indianópolis, Ipiacú, Ituiutaba, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Nova Ponte, Pedrinópolis, Prata, Romaria, Santa Juliana, Santa Vitória, Tupaciguara, Uberlândia.
VIÇOSA	Manhuaçu	Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caparaó, Caputira, Chalé, Conceição de Ipanema, Durandé, Ipanema, Lajinha, Luisburgo, Manhuaçu, Manhumirim, Martins Soares, Matipó, Mutum, Orizânia, Pedra Bonita, Pocrane, Reduto, Santa Margarida, Santana do Manhuaçu, São João do Manhuaçu, São José do Mantimento, Sericita, Simonésia, Taparuba, Vermelho Novo.
	Muriaé	Além Paraíba, Antônio Prado de Minas, Barão do Monte Alto, Caiana, Carangola, Divino, Espera Feliz, Estrela Dalva, Eugenópolis, Faria Lemos, Fervedouro, Laranjal, Leopoldina, Miradouro, Muriaé, Palma, Patrocínio do Muriaé, Pedra Dourada, Pirapetinga, Recreio, Rosário da Limeira, Santo Antônio do Aventureiro, São Francisco do Glória, Tombos, Vieiras, Volta Grande.
	Ponte Nova	Abre Campo, Acaiaca, Alvinópolis, Amparo da Serra, Barão de Cocais, Barra Longa, Catas Altas, Diogo de Vasconcelos, Dionísio, Dom Silvério, Jequerí, Mariana, Oratórios, Piedade de Ponte Nova, Ponte Nova, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Rio Piracicaba, Santa Cruz do Escalvado, Santa Bárbara, Santo Antônio do Gramma, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Urucânia.
	Viçosa	Araponga, Brás Pires, Cajuri, Canaã, Catas Altas da Noruega, Cipotânea, Coimbra, Divinésia, Dolores do Turvo, Ervália, Guaraciaba, Guidoal, Guiricema, Lamim, Paula Cândido, Pedra do Anta, Piranga, Porto Firme, Presidente Bernardes, Rio Espera, São Geraldo, São Miguel do Anta, Senador Firmino, Senhora de Oliveira, Teixeiras, Ubá, Viçosa, Visconde do Rio Branco.

ANEXO IV
EMPREGO PÚBLICO / PROVAS/ DISCIPLINAS/ Nº DE QUESTÕES

Emprego Público	Provas		
	Disciplinas	Cód. Da Disciplina	Nº de Questões
Assistente Administrativo II	Português	P1	20
	Matemática	P2	10
	Raciocínio Lógico	P3	10
	Informática	P4	10
	TOTAL PONTUAÇÃO		50
Auxiliar Técnico / Suporte em Informática	Português	P1	10
	Raciocínio Lógico	P3	10
	Conhecimentos Específicos	P5	30
	TOTAL PONTUAÇÃO		50
Produtor de VT e Audiovisuais	Português	P1	10
	Informática	P4	10
	Conhecimentos Específicos	P5	30
	TOTAL PONTUAÇÃO		50
Extensionista Agropecuário I	Português	P1	10
	Raciocínio Lógico	P3	05
	Informática	P4	05
	Conhecimentos Específicos	P5	30
	TOTAL PONTUAÇÃO		50

Emprego Público		Disciplinas	Cód. Da Disciplina	Nº de Questões
Extensionista Agropecuário II	Engenharia Agronômica	Português Informática Raciocínio Lógico Conhecimentos Específicos	P1 P4 P3 P5	10 10 10 30
	Zootecnista			
Extensionista de Bem Estar Social II				
Auditor				
Assistente Técnico I	Designer Gráfico			
	Psicologia			
	Arquitetura e Urbanismo			
	Ciências Contábeis			
	Engenharia de Alimentos			
	Ciência e Tecnologia de Laticínios			
	Engenharia de Produção			
	Geografia			
Assessor Jurídico		TOTAL PONTUAÇÃO		60
Analista de Sistemas I (Retificado 19/02/2016)	Português	P1	15	
	Raciocínio Lógico	P3	15	
	Conhecimentos Específicos	P5	30	
	TOTAL PONTUAÇÃO		60	

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
(a que se refere o item 5 e seus subitens deste Edital)

ATENÇÃO: NÃO DIGITAR OU XEROCAR. O CANDIDATO DEVERÁ COPIAR O MODELO COMPLETO DE PRÓPRIO PUNHO, DATAR E ASSINAR. REFERENTE À ALÍNEA “A” DO SUBITEM 5.5.2 DESTE EDITAL.

À Comissão de Análise de Pedidos de Isenção do Valor da Taxa de Inscrição.

Eu,(nome completo do candidato), portador do RG nºe inscrito no CPF sob o nº, declaro, sob as penas da Lei, para fins de pedido de isenção do pagamento do valor da taxa de inscrição do Concurso Público da EMATER-MG Edital de Retificação Pós-Suspensão nº 001/2015 para o Emprego Público de, que estou desempregado (a), sem exercer qualquer atividade remunerada e não possuo vínculo empregatício vigente registrado na CTPS, vínculo estatutário com entidades ou instituições municipais, estaduais ou federais, nem exerço atividade legalmente reconhecida como autônoma.

Local: _____

Data: _____

Assinatura: _____

ANEXO VI

MODELO DE REQUERIMENTO

PROVA E/OU ATENDIMENTO ESPECIAL EDITAL EMATER-MG Nº 001/2015

Eu _____,

Inscrição n.º _____, CPF n.º _____, venho requerer o atendimento

especial abaixo assinalado para as realizações das provas referentes ao Concurso Público regido pelo Edital nº

001/2015 da EMATER-MG PÓS-SUSPENSÃO, para o Emprego Público / Função

_____.

- () – Prova em Braile
- () – Prova Ampliada
- () – Prova com Ledor
- () – Prova com Transcritor
- () – Prova com Intérprete de Libras
- () – Tempo Adicional
- () – Acessibilidade: Descrever o tipo de necessidade
- () – Lactante

() – Outros:

Em ____/____/20____.

Assinatura do(a) candidato(a)

Obs.: A ficha eletrônica de inscrição ou a ficha eletrônica de isenção, o laudo médico e a solicitação de condição especial (se for o caso) deverão ser postados durante o período de inscrição.

ANEXO VII

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS – 2015

CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA TODOS OS EMPREGOS PÚBLICOS DE NÍVEL MÉDIO

PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO:

- Assistente Administrativo II
- Auxiliar Técnico – Suporte em Informática
- Produtor de VT e Audiovisuais
- Extensionista Agropecuário I

I) LÍNGUA PORTUGUESA:

Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua. Estrutura fonética: letra, fonema, encontros vocálicos e consonantais, dígrafo, divisão silábica, ortografia, ortoépica, acentuação tônica e gráfica. Classes de palavras: classificação, flexões nominais e verbais, emprego. Teoria Geral da Frase e sua análise: orações, períodos e funções sintáticas. Sintaxe de concordância: concordância verbal e nominal (casos gerais e particulares). Sintaxe de regência: verbos quanto à predicação, regência nominal e verbal. Colocação de pronomes: próclise, mesóclise, ênclise. Pontuação. Crase. Leitura, compreensão e Interpretação de texto. Ortografia oficial – novo acordo ortográfico.

Bibliografia sugerida:

- ANDRÉ, H. A. de. Gramática ilustrada. 5. ed. São Paulo: Moderna, 1997.
- CEGALLA, D. P. Novíssima gramática da língua portuguesa: Novo Acordo Ortográfico. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- LIMA, C. H. R. Gramática normativa da língua portuguesa. 50. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.
- Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino médio.
- BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. São Paulo: Nacional, 2009.
- NETO, C.P.; INFANTE, U. Gramática da língua portuguesa. São Paulo: Scipione, 1998.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 4.ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Metáfora, 2007. 2007.
- RIBEIRO, Manoel Pinto. Nova Gramática aplicada da língua portuguesa: uma comunicação interativa. 17ª ed. Rio de Janeiro: Metáfora, 2007.
- ALMEIDA, N. M., Gramática metódica da língua portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1994.
- GAMA, Adriano da. Novas lições de análise sintática. 9ª ed. São Paulo: Ática, 2003.
- ILARI, R.; BASSO, R. O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2006.
- LUFT, Celso Pedro. Moderna gramática brasileira. 14ª ed. São Paulo: Globo, 2000. MARTINS, E. Manual de Redação e Estilo. São Paulo: Moderna, 2000.

II) INFORMÁTICA: (Exceto para o Emprego Público de Auxiliar Técnico – Suporte em Informática)

1. Informática em Geral: conceitos.
2. Periféricos de um Computador.
3. Hardware.
4. Software.
5. Utilização do Sistema Operacional Windows XP.
6. Configurações Básicas do Windows XP.
7. Aplicativos Básicos (bloco de notas, calculadora, Paint, WordPad).
8. Instalação, configuração e utilização: Processador de Textos Microsoft Word (a partir da versão 2000) e Planilha Eletrônica Excel (a partir da versão 2000). 9) Recursos Básicos e utilização do Adobe Reader (a partir da versão Adobe Reader 7.0).
9. Configuração de Impressoras.
10. Noções básicas de Internet (Internet Explorer a partir da versão 6.0).
11. Noções básicas de Correio Eletrônico – Outlook.
12. Noções básicas de Mozilla Firefox. INCLUIR: BR OFFICE; LIBRE OFFICE; WINDOWS XP.

Bibliografia sugerida:

- ADOBE READER. Ajuda do Adobe Reader (Ajuda eletrônica integrada ao Programa Adobe Reader).
- BATTISTI, Júlio. Windows XP – Home & Professional Para Usuários e Administradores. Axcel Books do Brasil Editora.
- BRAGA, William Cesar. Microsoft Windows XP, Alta Books.
- MICROSOFT CORPORATION. Ajuda do Internet Explorer (Ajuda eletrônica integrada ao Programa Internet Explorer).
- MICROSOFT CORPORATION. Ajuda do Microsoft Excel (Ajuda eletrônica integrada ao Programa MS Excel).
- MICROSOFT CORPORATION. Ajuda do Microsoft Word (Ajuda eletrônica integrada ao Programa MS Word).
- MICROSOFT CORPORATION. Ajuda do Microsoft Windows XP. (Ajuda eletrônica integrada ao MS Windows XP).
- MICROSOFT PRESS, Dicionário de Informática. Tradução de Valeria Chamon. Campus.
- MOZZILA FIREFOX. Ajuda eletrônica do Mozilla Firefox.
- NORTON, Peter. Introdução à Informática. Makron Books.
- VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos. Campus.
- Manuais e apostilas de referência do Pacote Office e ajuda on-line (help).

III) RACIOCÍNIO LÓGICO:

1. Lógica e raciocínio lógico e proposições. Conectivos Conceito de proposição. Valores lógicos das proposições.
2. Operações Lógicas Sobre Proposições Negação de uma proposição. Conjunção de duas proposições.
3. Disjunção de duas proposições. Proposição condicional. Proposição bicondicional.
4. Tabelas-Verdade de Proposições Compostas. Construção de Proposições Conjuntas. Tabela-Verdade de Proposições Conjuntas.
5. Tautologias e Contradições Definição de tautologia. Definição de contradição.

6. Equivalência lógica e Implacação lógica Equivalência lógica. Propriedades da relação de equivalência lógica. Recíproca, contrária e contrapositiva de uma proposição condicional. Implacação lógica. Princípio de substituição. Propriedade da implacação lógica.
7. Álgebra das Proposições Propriedade idempotente. Propriedade comutativa. Propriedade associativa. Propriedade distributiva. Propriedade de absorção. Leis de Morgan.
8. Argumentos. Conceito de argumento. Validade de um argumento. Critério de validade de um argumento.
9. Sentenças Abertas. Sentenças abertas com uma variável. Conjunto-verdade. Sentenças abertas com duas variáveis. Conjunto-verdade de uma sentença aberta com duas variáveis. Sentenças abertas com n variáveis. Conjunto-verdade de uma sentença aberta com n variáveis.
10. Operações Lógicas Sobre Sentenças Abertas Conjuncão. Disjuncão. Negação.
11. Quantificadores Quantificador universal. Quantificador existencial. Negação de proposições contendo quantificadores. Quantificação parcial e Quantificação múltipla. Existência e unicidade. Conjunto limitados.

Bibliografia sugerida:

- ALENCAR, Edgar F. Iniciação à lógica matemática. 18ª ed. São Paulo: Livraria Nobel S. A., 2002.
 BASTOS, Cleverton L. & KELLER, Vicente. Aprendendo lógica. SP: Vozes, 2011.
 COSTA, N. da. Ensaio sobre os Fundamentos da Lógica. São Paulo: Hucitec, 1994.
 MORTARI, Cezar A. Introdução à Lógica. Editora da UNESP, 2001.
 NAHRA, Cinar, WEBER, Ivan H. Através da lógica. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
 OLIVEIRA, A. J. F. de. Lógica e aritmética. Brasília: Editora UnB, 2004.
 SÉRATES, J. Raciocínio lógico: lógico matemático, lógico quantitativo, lógico numérico, lógico analítico, lógico crítico. 5 ed. Brasília: Gráfica e Editora Olímpica Ltda, 1997.
 SOARES, Edvaldo. Fundamentos de Lógica. Elementos de Lógica Formal e Teoria da Argumentação. São Paulo: Atlas S. A., 2003.
 DANTE, L. R. Matemática: contextos e aplicações. São Paulo: Ática, 2011.
 GARDNER, Martin. Divertimentos matemáticos. São Paulo: IBRASA.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA EMPREGOS PÚBLICOS DE NÍVEL MÉDIO

EMPREGO PÚBLICO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II

MATEMÁTICA:

Conjunto dos números naturais: a numeração decimal, operações e resoluções de problemas. Múltiplos e divisores de um número natural: divisibilidade, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum. Números fracionários: operações com números fracionários, resoluções de problemas. Frações e números decimais: operações com números decimais. Sistemas Métrico Decimal. Perímetro de figuras planas. Áreas de figuras planas (triângulos, quadriláteros, círculos e polígonos regulares). Conjunto dos números inteiros relativos: operações e resoluções de problemas. Conjunto dos números racionais. Resolução de equações do 1º grau. Resolução de problemas. Razão e proporção. Propriedades das proporções. Divisão proporcional. Média aritmética simples e ponderada. Regra de três simples. Regra de três, composta. Porcentagem, juros simples e montante. Conjunto dos números reais. Operações com polinômios. Produtos notáveis. Fatoração. Sistemas de equações do 1º grau com duas incógnitas. Equações do 2º grau. Resolução de problemas. Relações métricas e trigonométricas nos triângulos retângulos: aplicação do teorema de Pitágoras. Funções: função do 1º grau, função quadrática, função exponencial e função logarítmica. Análise Combinatória Simples. Geometria sólida: prismas e pirâmides, cilindros e cones, esfera - áreas e volumes.

Bibliografia sugerida:

- DANTE, L. R. Matemática: contexto e aplicações. Ática, 2000. (v. 1 e v. 2).
 GIOVANNI, J. Ruy, et al. Matemática fundamental: uma nova abordagem. FTD, 2012.
 IEZZI, Gelson, et al. Conecte: Matemática 1º ano. Saraiva, 2011.
 IEZZI, Gelson, et al. Conecte: matemática ciência e aplicações. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. (v. 1).
 IEZZI, Gelson, et al. Conecte: Matemática 2º ano. São Paulo: Saraiva, 2011.
 IEZZI, Gelson, et al. Conecte: matemática ciência e aplicações. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. (v. 2).
 IEZZI, Gelson, et al. Conecte: Matemática 3º ano. São Paulo: Saraiva, 2011.
 IEZZI, Gelson, et al. Conecte: matemática ciência e aplicações. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. (v. 3).
 FILHO, Benigno Barreto; BARRETO, Cláudio Xavier. Matemática Aula por Aula: Ensino Médio. São Paulo: FDT, 2000.

EMPREGO PÚBLICO: AUXILIAR TÉCNICO – SUPORTE EM INFORMÁTICA

1. Redes: Meios de transmissão; técnicas básicas de comunicação; técnicas de comutação de circuitos, pacotes e células; topologias de redes de computadores; arquiteturas e protocolos para redes de transmissão de dados (LAN/MAN); redes locais virtuais - VLANs; modelo de referência OSI; arquitetura cliente-servidor; tecnologias de redes locais Ethernet/Fast, Ethernet/Gigabit, Ethernet; cabeamento: par trançado sem blindagem - categoria 5E e 6, cabeamento estruturado (norma EIA/TIA 568); fibras ópticas: fundamentos e padrões; redes sem fio (wireless): fundamentos e padrões; elementos de interconexão de redes de computadores (gateways, hubs, repetidores, bridges, switches, roteadores); qualidade de serviço (QoS), serviços diferenciados e serviços integrados; aplicações de voz e imagem sobre redes; redes de longa distância; instalação e suporte a Protocolo TCP/IP, DHCP, Serviços de Nomes de Domínios (DNS), NIS, NFS, POP, IMAP, Serviço de transferência de mensagens SMTP, FTP; serviço HTTP; serviços de rede (correio eletrônico, SMTP, DNS, WINS, DHCP, FTP, HTTP/S, SSH, entre outros).
2. Gerência de Redes: Conceitos de Protocolo SNMP e serviços de gerenciamento de rede (NMS); gerenciamento de dispositivos de rede, servidores e aplicações; gerência de falha, de capacidade e de mudança; gestão da segurança da informação: conceitos gerais; classificação de informações. Segurança física e lógica. Firewall criptografia; VPN. Sistemas de detecção de intrusão. Noções de gestão de risco. Máquinas virtuais.
3. Estações: Sistemas operacionais Microsoft Windows 7,8 e 10; Microsoft Office (MS-Word, MS-Excel, MS-Powerpoint), Libre Office (Writer, Calc e Impress), políticas de administração de estações, distribuição de atualizações de softwares, montagem de pacotes de instalação de softwares, controle remoto de estações, especificações técnicas de estações de trabalho, notebooks, impressoras, scanners e outros equipamentos periféricos.
4. Servidores: Administração de Sistema Operacional Microsoft Windows Server 2008 e 2012; Linux: Conceitos Básicos; Microsoft Active Directory; MS-IIS, MS-Terminal Service; serviços DHCP e WINS; infraestrutura de hardware: Storage, NAS, SAN; balanceamento de carga; contingência e continuidade de operação; conceitos básicos de Banco de Dados: tipos de bancos de dados, modelo conceitual, modelo Entidade x Relacionamento; DML: Linguagem de manipulação de Dados; DDL: Linguagem de Definição de Dados; backup e restauração de dados; tolerância a falhas e continuidade de operação; monitoração e otimização de desempenho; serviços de arquivo e impressão em rede; servidores web e servidores de aplicação JBoss e Tomcat: conceitos básicos, noções de operação e administração.
5. Segurança da Informação: políticas de segurança da informação; segurança de redes de computadores; segurança física e lógica; métodos de autenticação (senhas, tokens, certificados e biometria); cópias de segurança (backup): tipos, ciclos e principais dispositivos e meios de armazenamento;

combate a malwares; conceito de DMZ; conceito de filtragem de pacotes e firewall; sistemas de Detecção de Intrusão (NIDS); criptografia: conceitos básicos de criptografia; sistemas criptográficos simétricos e assimétricos; infraestrutura de chave pública (PKI).

6. Governança de tecnologia da informação: conceitos básicos.

7. COBIT: conceitos básicos, estrutura e objetivos, requisitos da informação, recursos de tecnologia da informação, domínios, processos e objetivos de controle. 8. Modelo ITIL (Information Technology Infrastructure Library): service desk, gerenciamento de incidentes, gerenciamento de problemas, gerenciamento da configuração, gerenciamento da mudança, gerenciamento de liberações, gerenciamento de níveis de serviço, gerenciamento financeiro de serviços de TI, gerenciamento de disponibilidade, gerenciamento de capacidade e gerenciamento de continuidade dos serviços em TI.

Bibliografia sugerida:

KUROSE, J. F.; ROSS, K. W. **Redes de Computadores e a Internet: Uma Abordagem Topdown**. 5 ed. São Paulo: Pearson / Prentice Hall, 2010.

MELENDEZ Filho, Rubem. **Service Desk Corporativo - Solução Com Base Na Itil® V3**. Editora: Novatec. 2011.

MORIMOTO, C. **Redes - Guia Prático**. GDH Press e Sul Editores, 2ª ed. 2011.

MONTEIRO, Mario A., **Introdução a organização de computadores – 5. ed.** Rio de Janeiro: LTC, 2007.

STAIR, R. M., REYNOLDS, G. W. **Princípios de sistemas de informação**. 9 ed. São Paulo: Cengage Learning: 2011.

STANEK, William R.. **Windows Server 2008 - Guia Completo**. Editora: Bookman, 2008.

STANEK, William R.. **Windows Server 2012 - Guia de Bolso**. Editora: Bookman, 2014.

ROBSON, Aquila; COSTA, Renato. **Informática Básica**. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.

TANENBAUM, A. S. **Redes de computadores**. trad. 4 ed. original. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

TANENBAUM, A. S. **Sistemas Operacionais Modernos**. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

VELOSO, Fernando de Castro **Informática - Conceitos Básicos 7ª Ed.** Ed. Campus. 2004: Rio de Janeiro.

SANTOS, Ademar de Araújo **Informática na Empresa** Ed. Atlas. 3ª Ed. 2003. Álgebra.

EMPREGO PÚBLICO: PRODUTOR DE VT E AUDIOVISUAIS

1. Operação e filmagem com câmeras profissionais HD, em ambientes externos e estúdio, para reportagens de TV, vídeos técnicos e institucionais.
2. A operação de câmera: relação com a noção de espaço; sinais eletrônicos emitidos e efeitos de luminosidade; processo visual: luz, som, saturação, sensações acromáticas e cromáticas, peso das cores, utilização das cores e sua influência; temperatura de cor, luz natural e luz artificial; tipos de lâmpadas, lentes e refletores, acessórios de iluminação, gelatinas de cores e filtros de correção. Utilização de apoios e acessórios; indicadores, conectores, filtros e lentes; pedestal; monopés e tripés.
3. Composição da imagem: planos, enquadramentos e movimentos de câmera - conceituação, aspectos práticos e estéticos.
4. Edição não-linear: Final Cut, Motion, After Effects e Adobe Premiere.
5. Utilização da plataforma Mac OSX.
6. Noções de manutenção de equipamentos de áudio, iluminação e câmeras de TV.
7. Produção e edição de material radiofônico.
8. Noções de Áudio e Acústica: faixas de frequência, radiofrequência, medidas de intensidade sonora, desempenho de som, tratamento acústico.
9. Microfones: tipos de microfones. Mesas de som: funções, equalizador, multiefeitos, amplificadores de potência, caixas acústicas, gravação.
10. Conhecimento de mídias de armazenamento; formatos de arquivo; processamento, impressão e compartilhamento de imagens; arquivamento em pastas, back-ups e mídias graváveis, transferências de arquivos.
11. Reprodução digital e analógico: CD, DVD, DAT, Bluray.
12. Montagem de equipamentos e diferentes tipos de cabo.
13. Noções do sinal de vídeo: resolução de imagem, campo, frame, sincronia, sinal monocromático e colorido, padrão PAL-M e NTSC; câmeras de vídeo: principais funções, foco, zoom, iris, ajustes, camcorder.
14. Gravação, transmissão simultânea, reprodução de vídeo e áudios em ambientes externos e internos.
15. Conceito de iluminação: fundamentos da cor, fontes naturais e artificiais; temperatura, filtros de correção, tipos de luminárias (lâmpada, luz e contra luz), iluminação em interiores e exteriores.
16. Conceitos de consumo de energia: potência, amperagem, voltagem, medidas.
17. Instalação e uso de equipamentos audiovisuais: retroprojetor, projetores de slides, projetor de vídeo, multimídia, data-show.
18. Noções básicas de sinal de vídeo; sistema de cores; conversores; cabeça, off, passagem e sonora; stand-up; flash e link ao vivo; captação e transmissão em externa; edição; Identificação e conhecimento operacional de UPPs, UMs e UMEs, UMJs e UPJs.
19. Comunicação e linguagem audiovisual: teorias e conceitos; a função do cinegrafista como comunicador, seu papel e importância.
20. A imagem: teorias e conceitos; o olho e o sistema visual; os elementos da percepção; as funções da imagem; o espectador; representação, ilusão e efeitos; analogia, perspectiva, campo e cena.

Bibliografia sugerida:

AUMONT, Jacques. **A estética do filme**. São Paulo: Papyrus, 1995.

DANCYGER, Ken. **Técnicas de edição para cinema e vídeo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

KELLISON, Cathrine. **Produção e direção para TV e vídeo: uma abordagem técnica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ALCURE, Lenira. **Telejornalismo em 12 lições: televisão, vídeo e internet**. São Paulo: SENAC, 2011.

BONASIO, Valter. **Televisão: manual de produção e direção**. Belo Horizonte: Leitura, 2002.

BROWN, Blain. **Cinematografia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ROBERTS-BRESLIN, J. **Produção e direção para TV e vídeo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SERRA, Floriano. **A arte e a técnica do vídeo: do roteiro à edição**. São Paulo: Summus, 1986.

SANTOS, Rudi. **Manual de Vídeo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

SOUZA, José Carlos Aronchi de. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. São Paulo: Summus, 2004.

WATTS, Harris. **Direção de câmera**. São Paulo: Summus, 1999.

WATTS, Harris. **On Camera: o curso de produção de filme e vídeo da BBC**. São Paulo: Summus, 1990.

Manuais e tutoriais do Pacote Adobe.

Sites:

<http://filmmaker.com.br>. Acesso em 28 de dezembro de 2015.

http://radiostationworld.com/directory/television_standards/default.asp. Acesso em 28 de dezembro de 2015.

<http://filmmakeriq.com>. Acesso em 28 de dezembro de 2015.

<http://videobr.com.br>. Acesso em 28 de dezembro de 2015.

<http://www.artesaosdosom.org>. Acesso em 28 de dezembro de 2015.

<http://www.abarbosa.org>. Acesso em 28 de dezembro de 2015.

<http://www.tudosobretv.com.br/>. Acesso em 28 de dezembro de 2015.

<http://www.teleco.com.br/tvdigital.asp>. Acesso em 29 de dezembro de 2015.

<http://comunicamos.files.wordpress.com/2007/09/utadtv-manual3.pdf>. Acesso em 29 de dezembro de 2015.

<http://www.fazendovideo.com.br/>. Acesso em 29 de dezembro de 2015.

EMPREGO PÚBLICO: EXTENSIONISTA AGROPECUÁRIO I

1. FERTILIDADE DO SOLO

1.1 Análise de solo: coleta de amostras simples e amostras compostas. Interpretação dos resultados das análises de rotina de fertilidade do solo, matéria orgânica e fósforo remanescente. Recomendações de calagem e adubação orgânica e mineral.

1.2 Análise do subsolo: coleta de amostras de solo em subsuperfície. Interpretação dos resultados e recomendação de gessagem.

1.3 Conversão de unidades de medida dos resultados de análise de solo.

1.4 Demanda de nutrientes pelas culturas.

1.5 Legislação sobre fertilizantes.

2. FRUTICULTURA

2.1 Frutíferas: Abacate; Abacaxi; Banana; Citrus (Laranja, Limão e Tangerina); Goiaba; Manga; Maracujá; Morango; Pêssego; Uva.

2.2 Sementes e mudas: produção de sementes, normas, padrões, certificação, cultivares, armazenamento, tratamento das sementes, sistema de produção de mudas, plantio.

2.3 Produção: análise ambiental do empreendimento, local para o estabelecimento do pomar, planejamento do pomar, época de plantio, regularidade de oferta, produção orgânica.

2.4 Solo e fertilidade: coleta de amostras, preparo do solo, conservação, interpretação de análise, recomendação de adubação química, preparo de solo, sulcamento, coveamento, adubação orgânica, adubação verde.

2.5 Plantio: densidade de plantas, épocas de produção, ciclos.

2.6 Tratos culturais: capinas, raleio de frutos, podas (formação, condução, produção, verde, rejuvenescimento).

2.7 Irrigação: qualidade da água para irrigação, sistemas de irrigação, relação água/planta/solo, manejo da água no solo.

2.8 Pragas e doenças: MIP (Manejo Integrado de Pragas e Doenças), controle biológico, controle químico, controle de plantas daninhas, uso correto de agrotóxicos: toxicologia (dose letal, resíduo, tolerância, carência, período de reentrada, etc.), riscos e cuidados no manuseio e aplicação, pulverização (tipos de pulverizadores, tipos de bicos, regulagem, preparo da solução, técnica de aplicação, cuidados com os pulverizadores e uso do EPI).

2.9 Colheita: processos e equipamentos, manuseio pós-colheita (limpeza, padronização e classificação, embalagem, transporte).

3. CULTURAS

3.1. Arroz, feijão, milho, soja, sorgo, café, cana-de-açúcar e mandioca.

3.2. Preparo de solo: sistema convencional e plantio direto.

3.3. Plantio: cultivares, espaçamento, densidade, épocas, viveiros de mudas, plantio direto, calagem, gessagem, adubação química, adubação orgânica e adubação verde.

3.4. Tratos Culturais: cultivos manual, mecânico e químico, manejo integrado de pragas (monitoramento, controle, aplicação de defensivos, cuidados no manuseio e aplicação) e rotação de culturas.

3.5. Colheita: colheita, classificação, secagem, benefício e armazenagem.

4. ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

4.1. Fundamentos legais do associativismo.

4.2. Fundamentos legais do cooperativismo:

4.2.1. As sociedades cooperativas;

4.2.2. Objetivos e classificação das sociedades cooperativas;

4.2.3. As cooperativas de trabalho.

4.3. Autogestão e cooperativismo.

5. MEIO AMBIENTE

5.1 Conceitos e Fundamentos da Política Florestal: Conceito e Dimensões das Áreas de Preservação Permanente - APPs; Intervenções permitidas em APPs (Atividades de Interesse Público, Atividades de Interesse Social e Atividades de Baixo Impacto Ambiental); Área Rural Consolidada; Recomposição de APPs; Conceito e Dimensão da Área de Reserva Legal; Formas de Regularização da Reserva Legal; Áreas de Uso Restrito; Cadastro Ambiental Rural - CAR; Cota de Reserva Ambiental - CRA; Conceito e Tipos de Unidades de Conservação.

5.2 Conceitos e Fundamentos do Licenciamento Ambiental: Tipos de Licença Ambiental (Certidão de Dispensa de Licenciamento; Autorização Ambiental de Funcionamento e Licença Ambiental Convencional); Licenciamento de Atividades Agrossilvopastoris e de Agroindústrias; Conselho de Política Ambiental - COPAM; Superintendências de Regularização Ambiental - SUPRAMs; Unidades Regionais do COPAM - URCs.

5.3 Conceitos e Fundamentos sobre Gestão de Recursos Hídricos: Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos; Enquadramento de Corpos D'água; Classes de Qualidade das Águas; Outorga de Direito de Uso da Água; Usos Insignificantes de Água; Cobrança pelo Uso da Água; Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH; Comitês de Bacias Hidrográficas; Planos Diretores de Recursos Hídricos.

5.4 Conceitos, Fundamentos da Legislação sobre Agrotóxicos.

5.5 Princípios da Agroecologia e da Transição Agroecológica.

6. BOVINOCULTURA (Retificado em 18/01/2016)

6.1 Alimentação:

6.1.1 Pastagens

Formação, reforma e recuperação de pastagens:

- principais forrageiras para pastejo direto e seu valor nutricional;

- sistema convencional;

- sistema de integração lavoura e pecuária (iLP);

- sistema de integração lavoura, pecuária e floresta (iLPF);

- práticas de conservação de solo e água;

- cultivo de leguminosas para composição de banco de proteínas.

Manejo e uso racional das pastagens:

- divisão e subdivisão das pastagens;

- sombreamento das pastagens;

- análise de fertilidade de solo e adubação das pastagens;

- controle de pragas (formigas, cupins, percevejos, cigarrinhas, etc.) e invasoras das pastagens;
- Alimentação volumosa estratégica e alternativa para os períodos pré seco e seco:
- principais forrageiras para corte e seus valores nutricionais;
- forrageiras para pastejo direto no período pré seco e seus valores nutricionais;
- cana-de-açúcar corrigida com ureia e sulfato de amônia;
- alternativas de conservação de forragens;
- Diferimento de pastagens;
- Produção de silagem (capim, milho e sorgo);
- suplementação de alimentação volumosa com o uso de misturas nitrominerais ou nitroprotéicas.

6.2 Água

- importância da água na alimentação de bovinos;
- distribuição de bebedouros;
- qualidade e quantidade suficiente de água para o consumo do rebanho.

6.3 Mineralização do rebanho

- necessidades, deficiências e estratégias de fornecimento de sal mineral de boa qualidade, para o rebanho bovino.

Alimentação concentrada

- Principais produtos utilizados na alimentação concentrada para bovinos e sua composição nutricional.

6.4 Sanidade

- cuidados com os recém-nascidos: piquete maternidade, fornecimento de colostro e cura de umbigo;
- calendário anual de vacinações;
- mamites clínica e subclínica: características e manejo preventivo;
- manejo preventivo e controle de endo e ectoparasitoses;
- controle de vetores transmissores de doenças (moscas, roedores, morcegos,...).

6.5 - Reprodução e Genética

- raças zebuínas e europeias e seus cruzamentos;
- ciclo reprodutivo da fêmea bovina;
- manejo de vacas mestiças (holandesa X zebuínas) para a produção de leite e de bezerras;
- melhoramento genético por meio da introdução de reprodutores melhoradores em sistema de monta natural;
- avaliação de escore da condição corporal de vacas.

6.6 - Manejo de dejetos e de resíduos

- destinação correta de resíduos da atividade (embalagens, material descartável, águas residuais,...);
- mensuração da produção diária de efluentes;
- manejo correto de efluentes e sua aplicação na adubação de lavouras, pastagens, canaviais e capineiras.

6.7 Instalações e ambiência

- uso de cerca eletrificada;
- dimensionamento de instalações;
- ambiência e bem-estar animal.

6.8 Qualidade do leite

- manutenção, limpeza e higiene das instalações, equipamentos e utensílios;
- boas práticas de ordenha;
- características e uso de tanques de resfriamento de leite.

6.9 Qualidade dos animais

- criação de bezerras(as) para recria e abate;
- criação de bezerras e recria de novilhas leiteiras.

6.10 Gestão do negócio

- índices zootécnicos e métodos/práticas de mensuração e controle;
- indicadores de desempenho econômico-financeiro na bovinocultura.

7. OLERICULTURA

7.1 Olerícolas - Batata; tomate-de-mesa; cenoura; cebola; alface; pimentão; alho; mandioquinha-salsa; repolho; brócolis, beterraba; jiló; berinjela; pimenta; pepino; quiabo.

7.2 Sementes e mudas - produção de sementes, normas, padrões, certificação, cultivares, armazenamento, tratamento das sementes, semeio e sistema de produção de mudas.

7.3 Produção – análise ambiental do empreendimento, local para o estabelecimento da horta, planejamento da horta, época de plantio, regularidade de oferta, produção orgânica.

7.4 Solo e fertilidade – coleta de amostras, preparo do solo, conservação, interpretação de análise, recomendação de adubação, preparo de solo, levantamento de canteiros, sulcamento, coveamento, adubação orgânica, adubação verde.

7.5 Cultivo protegido – tipos de casa de vegetação, localização, estrutura.

7.6 Plantio – densidade de plantas, épocas, ciclos.

7.7 Tratos culturais – capinas, raleamento, desbaste, desbrota, estaqueamento, amontoa, adubação de cobertura, amarrio.

7.8 Irrigação – qualidade da água para irrigação, sistemas de irrigação, relação água/planta/solo, manejo da água no solo.

7.9 Pragas e doenças – MIP (Manejo Integrado de Pragas e Doenças), controle biológico, controle químico, controle de plantas daninhas, uso correto de agrotóxicos: toxicologia (dose letal, resíduo, tolerância, carência, período de reentrada, etc.), riscos e cuidados no manuseio e aplicação, pulverização (tipos de pulverizadores, tipos de bicos, regulagem, preparo da solução, técnica de aplicação, cuidados com os pulverizadores e uso do EPI).

7.10 Colheita – processos e equipamentos, manuseio pós-colheita (limpeza, classificação, embalagem, transporte).

8. AGROECOLOGIA

8.1 Conceituação, histórico e princípios da agroecologia.

8.2 Discussão da agroecologia como ferramenta da agricultura familiar e ATER capaz de viabilizar os serviços ambientais na recuperação de solos, da biodiversidade, do equilíbrio biológico em agroecossistemas, e na produção saudável de alimentos, fibras e matéria prima para energia.

8.3 Caracterização e manejo das culturas no sistema orgânico. Práticas e manejos na conversão do sistema convencional para o orgânico. Fertilizantes orgânicos de origem animal e vegetal.

8.4 Legislação e aplicação de normas e procedimentos para a produção e comercialização de produtos em sistema de cultivo orgânico. Certificação do sistema de cultivo orgânico.

Bibliografia sugerida:**1. FERTILIDADE DO SOLO**

Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais – 5ª aproximação/Antônio Carlos Ribeiro, Paulo Tácito Gontijo Guimarães, Victor Hugo Alvarez V., editores. - Viçosa, MG, 1999.

2. FRUTICULTURA

BRASIL. Legislação - Lei nº 10.545, de 13 de dezembro de 1991. (Retificado em 16/02/2016).

BRASIL. Legislação - Lei Federal nº 6.938, de 31/agosto/81.

BRASIL. Lei Federal 7802 11 de julho 1989.

BRASIL. Lei Federal 9974 06 de junho 2000.

BRASIL. Decreto Federal nº 4074/02.

BRASIL. Decreto nº 41.203, de 08 de agosto de 2000. (Retificado em 16/02/2016).

BRASIL. Resolução CONAMA 357.

Informe Agropecuário – Morango: tecnologias de produção ambientalmente corretas. BH: EPAMIG, N. 279, mar/abr. 2014. 104 p.

GONÇALVES, C.G., et.al. Abacate: cultura, matéria prima, processamento e aspectos econômicos, 2ª ed. rev. e ampl. Cmpinas, 1991.

PIMENTEL,R.P. Fruticultura Brasileira, 11ª ed., São Paulo-SP: Nobel. 1986.

FILHO,H.P.S. et.al. Citros: o produtor pergunta a Embrapa responde. Brasília- DF, Embrapa Informações tecnológicas, 2005, 211 p. : il. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas).

Informe Agropecuário – Citricultura: inovações tecnológicas. BH: EPAMIG, N. 209, mar/abr. 2001. 100 p.

ALMEIDA, L.A. Maracujá: produção e qualidade da Passicultura. Cruz das Almas . Embrapa – CNMF. 2004, 396 p.

RUGIERO,C. et. al. Simpósio Brasileiro do Maracujazeiro, V, 10 – 13 de fev., 1998. Jaboticatubas, 388 p.

ALVES, E.J. A cultura da banana: aspectos econômicos, socioeconômicos e agroindustriais. Brasília, Embrapa – CNMF,1997, 585p.

CUNHA, G.A.P.O Abacaxizeiro: cultivo, agroindústria e economia. Brasília: Embrapa – comunicação para transferência de tecnologia, 1999. 480 p.

MEDEIROS, C.A.B.;RASEIRA, M.C.B. A cultura do pessegueiro. Brasília: Embrapa – SPI, Pelotas: Embrapa – CPACT, 1998, 350 p. il.

KIMATI, H. [et al]. Manual de Fitopatologia. vol 2. 4ª ed. Ed. Agronômica Ceres. 2005. 662p.

LORENZI, Harri. Manual de identificação e controle de plantas daninhas. 7ª ed. São Paulo: Plantarum, 2014. 384p.

Marouelli, W. A. [et al], Irrigação por Aspersão em Hortaliças. 2ª ed. Embrapa Informação Tecnológica, 2008. 150p. il.

NATALE, W. et. al. Cultura da Goiaba do plantio à comercialização. Jaboticabal-SP: Fundesp, SBF, 2009. 289 p. : il, vol. II.

3. CULTURAS:

Tecnologia para Arroz de Terras Altas, 1998, BRESEGHELLO, Flávio e STONE, Luiz Fernando, EMBRAPA Arroz e Feijão.

MATIELLO, J. B.; SANTINATO, R.; GARCIA, A. W. R.; ALMEIDA, S. R.; D. R. ERNANDES. Cultura de café no Brasil – Manual de Recomendações. MAPA/SARC/PROCAFÉ/SPA/DECAF, FUNDAÇÃO PROCAFÉ. Rio de Janeiro-RJ e Varginha-MG – 2010.

Informações Técnicas para o Cultivo do Feijoeiro Comum na Região do Central do Brasil, 2009/2011, 2010, IMCAPER, POSSE, Sheila Cristina Prucoli et al.

Integração Lavoura-Pecuária, 2001, EMBRAPA Arroz e Feijão, João Kluthcouski, Luiz Fernando Stone e Homero Aidar.

A cultura do Milho, 2008, EMBRAPA Milho e Sorgo, CRUZ, José Carlos et al.

Sistema Plantio Direto: Bases Para o Manejo da Fertilidade do Solo, 2004, Associação Nacional par Difusão de Adubos-ANDA, Alfredo Scheid Lopes et ali.

A Cultura do Milho e Sorgo para produção de Silagem. REZENDE, Humberto, EMBRAPA-CNPGL, 1991 (110 p. il).

Tecnologias de Produção de Soja, Região Central do Brasil – Londrina: Agropecuária Oeste; EMBRAPA Cerrados, EPAMIG: Fundação Triângulo, 2003.

Aspectos Socioeconômicos e Agrônômicos da Mandioca, 2006, EMBRAPA Cruz das Almas, Luciano da Silva Souza, Alba Rejane Nunes Faria, Pedro Luiz Pires de Mattos e Wânia Maria Gonçalves Fukuda.

Informe Agropecuário Nº 239- Julho/agosto 2007, Cana-de-Açúcar, EPAMIG.

4. ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

Incisos XVII ao XXI do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.

Artigos 44, 45, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60 e 61 da Lei 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.

Capítulos II e III da Lei 5.764/1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.

Artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da Lei 12.690/2012. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.

LECHAT, Noëlle M. P.; BARCELOS, Eronita S. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. In: Revista Katálysis, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v11n1/09.pdf>. Acessado em 13 de outubro de 2015.

5. MEIO AMBIENTE

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável 5.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2008.

BRASIL. CONAMA. Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Revisa procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, de forma a incorporar ao sistema de licenciamento os instrumentos de gestão ambiental e a integrar a atuação dos órgãos do SISNAMA na execução da Política Nacional do Meio Ambiente.

BRASIL. CONAMA. Resolução nº 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de Agosto de 2.012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e alterações. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 e alterações. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

BRASIL. Lei nº 9.974, de 6 de junho de 2000. Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

BRASIL. MAPA. Instrução Normativa Nº 46, de 6 de Outubro de 2011. Estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal, bem como as listas de Substâncias Permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal.

MINAS GERAIS. CERH-MG. Deliberação Normativa nº 09, de 16/06/04 – Dispõe sobre Outorga de Uso Insignificante.

MINAS GERAIS. COPAM. Deliberação Normativa nº 074, de 09/09/04 – Dispõe sobre Licenciamento Ambiental. Alterada pelas Deliberações Normativas nº 103, de 8/novembro/06 e nº 130, de 14/01/09.

MINAS GERAIS. LEI ESTADUAL Nº 20.922, DE 16/10/13 – DISPÕE SOBRE AS POLÍTICAS FLORESTAL E DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE NO ESTADO DE MINAS GERAIS.

6. BOVINOCULTURA (Retificado em 18/01/2016)

AMARAL, Reginaldo et al. Sistema de produção de leite em pasto com vacas F1 HZ. Belo Horizonte: EPAMIG, 2006. 32 p. il. (EPAMIG, Boletim Técnico, 78).

AUAD, Alexander Machado et al. Manual de bovinocultura de leite. Brasília: LK Editora; Belo Horizonte: SENAR-AR/MG; Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2010. 608 p. il.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 62, de 29 de dezembro de 2011. Brasília, D.O.U, 30/12/2011. Seção 1.

BRITO, Acácio Sânzio de (Org.). Bovinocultura leiteira: informação técnicas e de gestão. Natal: SEBRAE/RN, 2009. 320 p. il.

CAMPOS, Oriel Fajardo de; LUZIEIRE, Rosane (Coord.). Gado de leite: o produtor pergunta a Embrapa responde. Coronel Pacheco: EMBRAPA-CNPGL, 1993. 213 p. (500 perguntas, 500 respostas).

CASTRO, Carlos Eduardo Ferreira de et al. Bovinocultura. Campinas: CONSEPA, 2005. 48 p. (CONSEPA, Série Reuniões Técnicas).

CORRÊA, Afonso Nogueira Simões (Ed.). Gado de corte: o produtor pergunta a Embrapa responde. Brasília: EMBRAPA-CNPGL, 1996. 208 p. il. (500 perguntas, 500 respostas).

CRUZ, José Carlos (Ed.). Produção e utilização de silagem de milho e sorgo. Sete Lagoas: EMBRAPA Milho e Sorgo, 2001. 544 p. il.

FERREIRA, José Joaquim et al. Sistema EPAMIG de alimentação de vacas mestiças leiteiras. Belo Horizonte: EPAMIG, 2007. 48 p. (EPAMIG, Boletim Técnico, 83).

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.25, n.221, 2004.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.26, n.226, 2005.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.28, n.240, set./out. 2007.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.31, n.258, set./out. 2010.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.33, n.266, jan./fev. 2012.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.34, n.277, nov./dez. 2013.

KIRCHOF, Breno. Bovinos de leite. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2005. 77 p. il. (Aprendendo a Fazer Melhor, 7).

MADALENA, Fernando Enrique (Ed.). Produção de leite e sociedade: uma análise crítica da cadeia do leite no Brasil. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2001. 532 p.

PEIXOTO, Aristeu Mendes et al. Bovinocultura de corte: fundamentos da exploração racional. 3.ed. Piracicaba: FEALQ, 1999. 552 p.

PEREIRA, Jonas Carlos Campos. Melhoramento genético aplicado à produção animal. 4. ed. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2004. 609 p.

VILELA, Duarte (Ed.). O agronegócio do leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável. Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2002. 546 p. Deliberação Normativa COPAM Nº 182, de 10 de abril de 2013.

7. OLERICULTURA

BRASIL. Legislação - Lei Federal nº 6.938, de 31/agosto/81.

BRASIL. Lei Federal 7802 11 de julho 1989.

BRASIL. Lei Federal 9974 06 de junho 2000.

BRASIL. Decreto Federal nº 4074/02.

BRASIL. Resolução CONAMA 357.

EMBRAPA. Produção orgânica de hortaliças: o produtor pergunta, a EMBRAPA responde. Brasília: 2007. 308 p. il. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas).

EMBRAPA. Mandioquinha-salsa. Brasília: 2008. (Sistemas de Produção, 4).

EMBRAPA. Construção de estufas para produção de hortaliças nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Brasília: , 2005. 16p.(Circular Técnica, 38)

FILGUEIRA, Fernando Antônio Reis. Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3ª ed. Viçosa: UFV, 2008. 421p. il.

KIMATI, H. [et al]. Manual de Fitopatologia. vol 2. 4ª ed. Ed. Agronômica Ceres. 2005. 662p.

LORENZI, Harri. Manual de identificação e controle de plantas daninhas. 7ª ed. São Paulo: Plantarum, 2014. 384p.

MAROUELLI, W. A. [et al], Irrigação por Aspersão em Hortaliças. 2ª ed. Embrapa Informação Tecnológica, 2008. 150p. : il.

8. AGROECOLOGIA

ALTIERI, M. A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável 4.ed. – Ed. UFRGS, Porto Alegre, RS. 2004.

AQUINO, A. M. de. ASSIS, R. L. Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2005.

BRASIL - Ministério do Desenvolvimento Agrário - Brasil Agroecológico – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO – 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/planapo/>

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instruções Normativas. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Organicos/Legislacao/Nacional/

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-captec/pol%C3%ADtica-nacional-de-assist%C3%A2ncia-t%C3%A9cnica-e-extens%C3%A3o-rural-pnater>

CAPORAL, F.R. COSTABEBER, J. A. AGROECOLOGIA E EXTENSÃO RURAL - Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, RS. 2004.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS. 2001.

CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA TODOS OS EMPREGOS PÚBLICOS DE NÍVEL SUPERIOR

PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR:

- **Extensionista Agropecuário II**
- **Extensionista de Bem Estar Social II**
- **Assistente Técnico I**
- **Auditor**
- **Assessor Jurídico**
- **Analista de Sistemas I** (Retificado 19/02/2016)

I) LÍNGUA PORTUGUESA:

Leitura, compreensão e interpretação de textos; Conhecimentos lingüísticos gerais e específicos relativos à leitura e produção de textos; Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua; Estrutura fonética: letra, fonema, encontros vocálicos e consonantais, dígrafo, divisão silábica, ortografia, ortoépia, acentuação tônica e gráfica; Classes de palavras: classificação, flexões nominais e verbais, emprego; Teoria geral da frase e sua análise: orações, períodos e funções sintáticas; Sintaxe de concordância: concordância nominal e verbal (casos gerais e particulares); Sintaxe de regência: verbos quanto à predicação, regência nominal e verbal; Crase; Colocação de pronomes: próclise, mesóclise e ênclise; Pontuação: emprego dos sinais de pontuação; Ortografia oficial – novo acordo ortográfico.

Bibliografia sugerida:

- ANDRÉ, Hildebrando A de. Gramática ilustrada. 5. ed. São Paulo: Moderna, 1997.
BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. São Paulo: Ed. Nacional, 2009.
CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa- Novo Acordo Ortográfico. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2008.
CIPRO NETO, Pasquale & INFANTE, Ulisses. Gramática da língua portuguesa. São Paulo: Scipione, 1998.
CUNHA, Celso & CINTRA, L. F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 50 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

II) INFORMÁTICA: (Exceto para o EMPREGO PÚBLICO de ANALISTA DE SISTEMAS I) (Retificado 19/02/2016)

Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática. Edição de textos e planilhas. Noções de sistema operacional (ambientes Linux e Windows). Transferência de informação e arquivos, aplicativos de áudio, vídeo, multimídia. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. Programas de correio eletrônico. Sítios de busca e pesquisa na Internet. Grupos de discussão. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.

Bibliografia sugerida:

FILHO, Pio Armando Benini Filho; MARÇULA, Marcelo, Informática - Conceitos e Aplicações. Ed. Erica, São Paulo, 2010, v.3. VELLOSO, Fernando de Castro. Informática - Conceitos Básicos, 8 ed, Ed. Elsevier - Campus, 2011. Livros e apostilas do Microsoft Office. Manuais impressos ou eletrônicos dos sistemas operacionais e aplicativos Microsoft.

III) RACIOCÍNIO LÓGICO:

1. Lógica e raciocínio lógico e proposições. Conectivos Conceito de proposição. Valores lógicos das proposições.
2. Operações Lógicas Sobre Proposições Negação de uma proposição. Conjugação de duas proposições.
3. Disjunção de duas proposições. Proposição condicional. Proposição bicondicional.
4. Tabelas-Verdade de Proposições Compostas. Construção de Proposições Conjuntas. Tabela-Verdade de Proposições Conjuntas.
5. Tautologias e Contradições Definição de tautologia. Definição de contradição.
6. Equivalência lógica e Implicação lógica Equivalência lógica. Propriedades da relação de equivalência lógica. Recíproca, contrária e contrapositiva de uma proposição condicional. Implicação lógica. Princípio de substituição. Propriedade da implicação lógica.
7. Álgebra das Proposições Propriedade idempotente. Propriedade comutativa. Propriedade associativa. Propriedade distributiva. Propriedade de absorção. Leis de Morgan.
8. Argumentos. Conceito de argumento. Validade de um argumento. Critério de validade de um argumento.
9. Sentenças Abertas. Sentenças abertas com uma variável. Conjunto-verdade. Sentenças abertas com duas variáveis. Conjunto-verdade de uma sentença aberta com duas variáveis. Sentenças abertas com n variáveis. Conjunto-verdade de uma sentença aberta com n variáveis.
10. Operações Lógicas Sobre Sentenças Abertas Conjunção. Disjunção. Negação.
11. Quantificadores Quantificador universal. Quantificador existencial. Negação de proposições contendo quantificadores. Quantificação parcial e Quantificação múltipla. Existência e unicidade. Conjunto limitados.

Bibliografia sugerida:

- ALENCAR, Edgar F. Iniciação à lógica matemática. 18ª ed. São Paulo: Livraria Nobel S. A., 2002.
BASTOS, Cleverson L. & KELLER, Vicente. Aprendendo lógica. SP: Vozes, 2011.
COSTA, N. da. Ensaio sobre os Fundamentos da Lógica. São Paulo: Hucitec, 1994.
MORTARI, Cezar A. Introdução à Lógica. Editora da UNESP, 2001.
NAHRA, Cinara, WEBER, Ivan H. Através da lógica. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
OLIVEIRA, A. J. F. de. Lógica e aritmética. Brasília: Editora UnB, 2004.
SÉRATES, J. Raciocínio lógico: lógico matemático, lógico quantitativo, lógico numérico, lógico analítico, lógico crítico. 5 ed. Brasília: Gráfica e Editora Olímpica Ltda, 1997.
SOARES, Edvaldo. Fundamentos de Lógica. Elementos de Lógica Formal e Teoria da Argumentação. São Paulo: Atlas S. A., 2003.
DANTE, L. R. Matemática: contextos e aplicações. São Paulo: Ática, 2011.
GARDNER, Martin. Divertimentos matemáticos. São Paulo: IBRASA.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA OS EMPREGOS PÚBLICOS DE NÍVEL SUPERIOR**EMPREGO PÚBLICO: ANALISTA DE SISTEMAS I**

1. Engenharia de software: Gerenciamento de processos de negócio. Modelagem de processos. Técnicas de análise de processo. Desenho e melhoria de processos. Integração de processos. Engenharia de requisitos. Técnicas de elicitação de requisitos. Gerenciamento de requisitos. Especificação de requisitos. Técnicas de validação de requisitos. Prototipação. Engenharia de usabilidade - Conceitos básicos e aplicações. Critérios, recomendações e guias de estilo. Análise de requisitos de usabilidade. Métodos para avaliação de usabilidade. Ciclo de vida do software. Metodologias de desenvolvimento de software. Processo unificado: disciplinas, fases, papéis e atividades. Metodologias ágeis. Métricas e estimativas de software. Qualidade de software. Análise e projeto orientados a objetos. Padrões de projeto. Arquitetura em três camadas. Arquitetura orientada a serviços. Análise por pontos de função - Conceitos básicos e aplicações.
2. Desenvolvimento de Sistemas: Modelagem de processos (BPMN). Modelagem funcional. Modelagem de dados. Modelagem orientada a objetos. Conceitos sobre orientação a objetos (classes, objetos e hierarquias). Análise e projeto orientados a objetos (UML). Projeto de sistemas em Java. Desenvolvimento Web e Desktop Java. Delphi. Javascript. CSS. PL/SQL e SQL. Conceitos de Web Services SOAP e REST. Padrões XML, XSLT, UDDI, WSDL e Soap. Segurança no desenvolvimento. Práticas de programação segura e revisão de código. Controles e testes de segurança para aplicações web e desktop.
3. Bancos de dados. Características de um SGBD. Modelos relacional, rede, hierárquico, distribuído e orientado a objetos. Modelagem de bancos de dados. Diagramas de entidades e relacionamentos. Linguagem SQL. Princípios sobre administração de bancos de dados. Conhecimentos de SGBD Firebird e Postgree. Conceitos de Data Warehouse e ETL. Soluções de suporte à decisão: Data Warehouse, OLAP (Online Analytical Processing), Data Mining, BI (Business Intelligence), ETL (Extract Transform Load), Modelagem e otimização de bases de dados multidimensionais.
4. Governança de TI: Gestão de segurança da informação. Normas NBR ISO/IEC 27001 e 27002. Gestão de riscos e continuidade de negócio. Normas NBR ISO/IEC 15999 e 27005. Gerenciamento de projetos – PMBOK 5ª edição. Projetos e a organização. Escritórios de projetos: modelos e características. Processos, grupos de processos e áreas de conhecimento. Gerenciamento de serviços – ITIL v3. Conceitos básicos e objetivos. Processos e funções de estratégia, desenho, transição e operação de serviços. Governança de TI – COBIT 5. Conceitos básicos e objetivos. Requisitos da informação. Recursos de tecnologia da informação. Domínios, processos e objetivos de controle. Qualidade de software – CMMI 1.3. Conceitos básicos e objetivos. Disciplinas e formas de representação. Níveis de capacidade e maturidade. Processos e categorias de processos. Ética profissional.

Bibliografia sugerida:

- SOMMERVILLE, I. Engenharia de Software. 8ª ed. Pearson Addison-Wesley, 2010.
- ELSMARI, Ramez; NAVATHE, Shamkant B. Sistemas de Banco de Dados. 4. ed. São Paulo: Addison Wesley Brasil, 2005.
- HARVEY M. DEITEL e PAUL J. DEITEL. Java: Como Programar. 6 ed. Editora: Prentice-Hall, 2005. MAGALHÃES, Alberto. SQL Server 2008 - Curso Completo - 2ª Ed. editora: Lidel – Zamboni. 2008.
- MARTINS, Jose Carlos Cordeiro. Gerenciando Projetos de Desenvolvimento de Software com PMI, RUP e UML. Brasport, 2011.
- GUEDES, G. T. A. UML 2 - Uma Abordagem Prática – 2ª. Ed. Editora Novatec, São Paulo, 2011. ISBN: 978-85-7522-281-2.
- MAFFEO, Bruno. Engenharia de Software e Especificação de Sistemas, Ed. Campus. Rio de Janeiro, 1992.
- PRESMAN, Rogers Engenharia de Software. 7ª ed. Makron Books São Paulo – SP, 2011.
- YORDON, Edward: Análise Estruturada Moderna, Ed. Campus,. Rio de Janeiro-RJ, 1992.
- ROCHA, Ana Regina Cavalcanti da Qualidade de Software - Teoria e Prática Ed. Prentice Hall, 2001.
- QUADROS Moacir. Gerência de Projetos de Software Técnicas e Ferramentas. Ed. Visual Books. 2002.
- ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B. Sistemas de Banco de Dados. 6ª ed. Pearson Education – BR, 2011.
- HEUSER, Carlos Alberto. Projeto de Banco de Dados. 5.ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.
- ELMASRI, Ramez E.; NAVATHE, Shamkant B. Sistemas de Banco de Dados. 4.ed. Pearson, 2005.
- ASCENCIO, A. F. G; ARAUJO, G. S. Estruturas de dados: algoritmos, análise da complexidade e implementações em Java e C/C++. Pearson Prentice Hall.
- CROCKFORD, Douglas. O melhor do Javascript. ED. Alta Books.
- MAGALHÃES, Alberto. SQL Server 2008 - Curso Completo - 2ª Ed. editora: Lidel – Zamboni. 2008.
- FERNANDES, A. A.; ABREU, V. F. de. Implantando a governança de TI: da estratégia à gestão dos processos e serviços. Brasport. Rio de Janeiro, 2012.
- GAMMA, E.; JOHNSON, R.; VLISSIDES, J. Padrões de Projeto. 1ª ed. Editora: Bookman, 2000.
- GONÇALVES, E. Tomcat – Guia Rápido do Administrador. Ciência Moderna, 2006.
- PUGA, S.; RISSETTI, G. Lógica de programação e estrutura de dados, com aplicações em Java. Pearson Education do Brasil, 2010.
- SILBERSCHATZ, A.; KORTH, H.; SUDARSHAN, S. Sistema de Banco de Dados. Campus, 2012.
- ZIVIANI, N. Projeto de Algoritmos. 2ª ed. Thompson Learning, 2004.

EMPREGO PÚBLICO: ASSESSOR JURÍDICO**DIREITO ADMINISTRATIVO**

1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Organização da Administração Pública Brasileira. Administração direta e indireta. Princípios constitucionais da Administração Pública.
2. ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA (INDIRETA): Pessoas administrativas: espécies e tipicidades de entes administrativos. Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas: criação, estrutura, regime jurídico, características, servidores, extinção.
3. ATIVIDADE ADMINISTRATIVA: Conceito, natureza e fins da Administração Pública. Poderes da Administração Pública. Prerrogativas da Administração Pública. Poderes e deveres do administrador. Uso e abuso do poder. Poder de polícia.
4. SERVIÇOS PÚBLICOS: Características e regime jurídico. Formas de prestação. Direito dos usuários. Concessão, permissão e autorização do serviço público.
5. DOMÍNIO PÚBLICO: Bens públicos. Natureza, características e classificação dos bens públicos. Utilização dos bens públicos, restrições, limitações administrativas, uso do solo, zoneamento, polícia edilícia.
6. SERVIDORES PÚBLICOS: Cargo, emprego e função pública. Princípios constitucionais dos servidores públicos. Direitos, vantagens, deveres, proibições e responsabilidade dos servidores públicos.
7. ATOS ADMINISTRATIVOS: Conceito, elementos, classificação, requisitos, atributos. Espécies de atos administrativos. Motivação e motivo dos atos administrativos. Teoria das nulidades dos atos administrativos.
8. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: Conceito, características, formalização, execução. Alteração dos contratos administrativos. Extinção dos contratos administrativos. Teoria de imprevisão e Teoria do Fato do Príncipe.
9. LICITAÇÕES: Conceito, princípios. Modalidades de licitação. Edital nas licitações. Tipos de licitação. Julgamento nas licitações. Homologação e adjudicação nas licitações. Lei n.º 8.666, de 21-6-93 (com suas alterações).
10. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Controle administrativo: conceito e características. Controle interno e controle externo da Administração Pública. Tutela administrativa, supervisão e vinculação na administração. Controle parlamentar e controle popular. Controle Jurisdicional da Administração Pública: conceito, características, ações judiciais de oposição à Administração Pública.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: Princípios e normas constitucionais. Eficácia dos princípios. Os princípios constitucionais brasileiros.
2. DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS E COLETIVOS: Os direitos individuais no sistema constitucional brasileiro. Os direitos coletivos no sistema constitucional brasileiro. As garantias constitucionais: “Habeas Corpus”, Mandado de Segurança, Mandado de Injunção, Ação Popular, “Habeas Data”, Direito de Petição. Os direitos sociais.
3. A FEDERAÇÃO NO BRASIL: Características da Federação, a forma federativa na Constituição da República: a União, os Estados Federados, os Municípios e o Distrito Federal. Sistema de repartição de competência no Brasil.
4. A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: A UNIÃO: Competência e bens da União. Organização dos Poderes da União. Intervenção federal nos Estados da Federação. O Poder Legislativo: estrutura, organização, atribuições, processo legislativo. O Poder Executivo na Constituição Federal: O Presidente da República: eleição, atribuições, responsabilidades. O Vice-presidente. Os Ministros de Estado: atribuições e responsabilidades. O Poder Judiciário: jurisdição, organização. O Supremo Tribunal Federal: organização e competência. O Superior Tribunal de Justiça: organização e competência. A Justiça Federal Ordinária: organização e competência. A Justiça do Trabalho: organização e competências. A Justiça Estadual: organização e competências. Funções essenciais à Justiça: o Ministério Público. A Advocacia Pública. A Advocacia. A Defensoria Pública.
5. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Princípios constitucionais da Administração Pública. Disposições Gerais.
6. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ATINENTES À ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO: Lei orçamentária, lei de diretrizes orçamentárias e plano plurianual. Princípios orçamentários. Fiscalização e controle financeiro e orçamentário.
7. ORDEM ECONÔMICA: Princípios gerais da ordem econômica. Intervenção do Estado no domínio econômico.
8. ORDEM FINANCEIRA: Princípios do orçamento. Gestão Financeira: receita e despesas. Fiscalização financeira e orçamentária. Distribuição de rendas e receitas no sistema brasileiro. Tribunais de Contas da União e do Estado.
9. ORDEM SOCIAL: Da Seguridade Social: Disposições gerais. Da Saúde. Da Assistência Social. Da Educação, da Cultura e do Desporto. Da Ciência e Tecnologia. Da Comunicação Social. Do Meio Ambiente. Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso. Dos Índios.

DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. DIREITO DO TRABALHO: Conceito, fontes, objeto e princípios. O Direito do Trabalho na Constituição da República. Relação de emprego. Contrato Individual de Trabalho (urbano e rural): sujeitos, caracterização e modalidades. Alteração do Contrato de Trabalho. Suspensão do contrato e interrupção da

prestação de serviços. Remuneração. Duração do trabalho. Repouso semanal remunerado. Férias anuais remuneradas. Cessação do contrato de trabalho. Normas tutelares: higiene e segurança no trabalho. Trabalho da mulher. Trabalho do menor.

2. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: Organização e funcionamentos da Justiça do Trabalho. Competência da Justiça do Trabalho. Atos, Termos e Prazos Processuais. Distribuição e Custas. As partes, sua representação e seus procuradores. Nulidades. Dissídios individuais: fases postulatórias e conciliatórias. Fase probatória. Suspensão e extinção (antecipada) do processo. Fase decisória. Procedimentos especiais. Rito sumário. Procedimentos cautelares. Dissídios coletivos. Recursos. Fase preliminar da execução: liquidação da sentença. Execução: parte geral. Modalidades e reforma da execução. Discussão e trâmites finais da execução.

DIREITO CIVIL

1. A PESSOA NATURAL: Personalidade e capacidade.
2. A PESSOA JURÍDICA: Disposições gerais.
3. NEGÓCIO JURÍDICO: Defeitos do negócio jurídico. Atos jurídicos lícitos. Atos ilícitos. Invalidez do negócio jurídico. Prescrição e decadência.
4. OBRIGAÇÕES: Modalidades. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações.
5. CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (Lei n.º 8.078, de 11-9-90, com suas alterações).

Bibliografia sugerida:

DIREITO ADMINISTRATIVO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (texto atualizado).

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas.

Lei n.º 8.666, de 21-6-93 (com suas alterações).

MEIRELLES, Helly Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros.

DIREITO CONSTITUCIONAL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (texto atualizado).

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. (texto atualizado).

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros.

DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: Saraiva.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO – CLT (Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º-5-1943 – texto atualizado).

MASCARO DO NASCIMENTO, Amauri. Elementos de direito processual do trabalho. São Paulo: Ltr.

SUSSEKIND, Arnaldo. Instituições do direito do trabalho. São Paulo: Ltr.

DIREITO CIVIL

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. São Paulo: Saraiva. (edição atualizada).

FIUZA, César. Direito civil: curso completo. Belo Horizonte: Del Rey (edição atualizada).

Lei n.º 10.406, de 10-1-2002 (novo Código Civil Brasileiro).

Lei n.º 8.078, de 11-9-90 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor (com suas alterações).

EMPREGO PÚBLICO: AUDITOR

AUDITORIA:

1. Normas vigentes de auditoria independente, emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
2. Conceitos de auditoria e sobre a pessoa do auditor.
3. Responsabilidade legal.
4. Ética profissional.
5. Objetivos gerais do auditor independente.
6. Concordância com os termos do trabalho de auditoria independente.
7. Documentação de auditoria.
8. Controle de qualidade da auditoria de Demonstrações Contábeis.
9. Fraudes e a Responsabilidade do Auditor.
10. Planejamento da Auditoria.
11. Avaliação das distorções Identificadas.
12. Execução dos trabalhos de auditoria.
13. Materialidade e Relevância no planejamento e na execução dos trabalhos de auditoria.
14. Auditoria de estimativas Contábeis.
15. Evidenciação.
16. Amostragem.
17. Utilização de trabalhos da auditoria interna.
18. Independência nos trabalhos de auditoria.
19. Relatórios de Auditoria.
20. Eventos subsequentes.
21. Normas e Procedimentos de Auditoria emitidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
22. Auditoria no Setor Público Federal.
23. Finalidades e objetivos da auditoria governamental.
24. Abrangência de atuação.
25. Formas e tipos.
26. Normas relativas a execução dos trabalhos.

CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA:

1. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
2. Patrimônio: componentes patrimoniais, ativo, passivo e situação líquida. Equação fundamental do patrimônio.
3. Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais.
4. Sistema de contas, contas patrimoniais e de resultado. Plano de contas.
5. Escrituração: conceito e métodos; partidas dobradas; lançamento contábil – rotina, fórmulas; processos de escrituração.
6. Provisões Ativas e Passivas, tratamento das Contingências Ativas e Passivas.
7. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.
8. Ativos: estrutura, grupamentos e classificações, conceitos, processos de avaliação, registros contábeis e evidenciações.
9. Passivos: conceitos, estrutura e classificação, conteúdo das contas, processos de avaliação, registros contábeis e evidenciações.

10. Patrimônio líquido: capital social, adiantamentos para aumento de capital, ajustes de avaliação patrimonial, ações em tesouraria, prejuízos acumulados, reservas de capital e de lucros, cálculos, constituição, utilização, reversão, registros contábeis e formas de evidenciação.
11. Balancete de verificação: conceito, forma, apresentação, finalidade, elaboração.
12. Ganhos ou perdas de capital: alienação e baixa de itens do ativo.
13. Tratamento das Participações Societárias, conceito de coligadas e controladas, definição de influência significativa, métodos de avaliação, cálculos, apuração do resultado de equivalência patrimonial, tratamento dos lucros não realizados, recebimento de lucros ou dividendos de coligadas e controladas, contabilização.
14. Apuração e tratamento contábil da mais valia, do goodwill e do deságio: cálculos, amortizações e forma de evidenciação.
15. Redução ao valor recuperável, mensuração, registro contábil, reversão.
16. Tratamento das Depreciações, amortização e exaustão, conceitos, determinação da vida útil, forma de cálculo e registros.
17. Tratamentos de Reparo e conservação de bens do ativo, gastos de capital versus gastos do período.
18. Debêntures, conceito, avaliação e tratamento contábil.
19. Tratamento das partes beneficiárias.
20. Operações de Duplicatas descontadas, cálculos e registros contábeis.
21. Operações financeiras ativas e passivas, tratamento contábil e cálculo das variações monetárias, das receitas e despesas financeiras, empréstimos e financiamentos: apropriação de principal, juros transcorridos e a transcorrer e tratamento técnico dos ajustes a valor presente.
22. Despesas antecipadas, receitas antecipadas.
23. Folha de pagamentos: cálculos, tratamento de encargos e contabilização.
24. Passivo atuarial, depósitos judiciais, definições, cálculo e forma de contabilização.
25. Operações com mercadorias, fatores que alteram valores de compra e venda, forma de registro e apuração do custo das mercadorias ou dos serviços vendidos.
26. Tratamento de operações de arrendamento mercantil.
27. Ativo Não Circulante Mantido para Venda, Operação Descontinuada e Propriedade para Investimento, conceitos e tratamento contábil.
28. Ativos Intangíveis, conceito, apropriação, forma de avaliação e registros contábeis.
29. Tratamento dos saldos existentes do ativo diferido e das Reservas de Reavaliação.
30. Apuração do Resultado, incorporação e distribuição do resultado, compensação de prejuízos, tratamento dos dividendos e juros sobre capital próprio, transferência do lucro líquido para reservas, forma de cálculo, utilização e reversão de Reservas.
31. Conjunto das Demonstrações Contábeis, obrigatoriedade de apresentação e elaboração de acordo com a Lei n. 6.404/76 e suas alterações e as Normas Brasileiras de Contabilidade atualizadas.
32. Balanço Patrimonial: obrigatoriedade, apresentação; conteúdo dos grupos e subgrupos.
33. Demonstração do Resultado do Exercício, estrutura, evidenciação, características e elaboração.
34. Apuração da receita líquida, do lucro bruto e do resultado do exercício, antes e depois da provisão para o Imposto sobre Renda, contribuição social e participações.
35. Demonstração do Resultado Abrangente, conceito, conteúdo e forma de apresentação.
36. Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, conceitos envolvidos, forma de apresentação e conteúdo.
37. Demonstração do Fluxo de Caixa: obrigatoriedade de apresentação, conceitos, métodos de elaboração e forma de apresentação.
38. Demonstração do Valor Adicionado – DVA: conceito, forma de apresentação e elaboração.
39. Mensuração a Valor justo e apuração dos ativos líquidos – conceitos envolvidos, cálculos e apuração e tratamento contábil.
40. Subvenção e Assistência Governamentais – conceitos, tratamento contábil, avaliação e evidenciação.
41. Análise das Demonstrações. Análise horizontal e indicadores de evolução. Índices e quocientes financeiros de estrutura, liquidez, rentabilidade e econômicos.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA:

1. Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.
 - 1.1. Critérios orientadores.
 - 1.1.1. Renda e Proventos. Conceito.
 - 1.1.2. Disponibilidade Econômica ou jurídica.
 - 1.1.3. Acréscimo patrimonial.
 - 1.2. Tributação das pessoas físicas.
 - 1.2.1. Incidência.
 - 1.2.2. Rendimento.
 - 1.2.3. Rendimento Tributável.
 - 1.2.4. Rendimentos isentos ou não tributáveis.
 - 1.2.5. Tributação exclusiva.
 - 1.2.6. Deduções.
 - 1.2.7. Contribuintes.
 - 1.2.8. Responsáveis.
 - 1.2.9. Domicílio Fiscal.
 - 1.2.10. Base de cálculo.
 - 1.2.11. Alíquotas.
 - 1.2.12. Lançamento.
 - 1.2.13. Cálculo do tributo.
 - 1.2.14. Sistema de bases correntes.
 - 1.2.15. Período de apuração.
 - 1.2.16. Recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão).
 - 1.2.17. Recolhimento Complementar.
 - 1.2.18. Tributação Definitiva.
 - 1.3. Tributação das pessoas jurídicas.
 - 1.3.1. Incidência.
 - 1.3.2. Contribuintes.
 - 1.3.3. Responsáveis.
 - 1.3.4. Domicílio Fiscal.
 - 1.3.5. Base de cálculo.
 - 1.3.6. Receitas e rendimentos.
 - 1.3.7. Omissão de receita.
 - 1.3.8. Ganhos de capital.

- 1.3.9. Despesas dedutíveis e indedutíveis.
- 1.3.10. Remuneração de administradores.
- 1.3.11. Lucro real.
- 1.3.12. Lucro presumido.
- 1.3.13. Lucro arbitrado.
- 1.3.14. Tributação na fonte.
- 1.3.15. Tributação das operações financeiras.
- 1.3.16. Período de apuração.
- 1.3.17. Regime de caixa e regime de competência.
- 1.3.18. Alíquotas e adicional.
- 1.3.19. Lançamento.
- 1.3.20. Planejamento tributário.
- 1.3.21. Livros Fiscais.

DIREITO TRIBUTÁRIO:

- 1. Competência Tributária.
- 2. Limitações Constitucionais do Poder de Tributar.
 - 2.1. Imunidades.
 - 2.2. Princípios Constitucionais Tributários.
- 3. Conceito e Classificação dos Tributos.
- 4. Tributos de Competência da União.
 - 4.1. Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.
- 5. Contribuições Sociais.
 - 5.1. Contribuição para o Pis/Pasep.
 - 5.2. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins.
 - 5.3. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
- 6. Tributos de Competência dos Estados.
- 7. Tributos de Competência dos Municípios.
- 8. Simples.
- 9. Legislação Tributária.
 - 9.1. Constituição.
 - 9.2. Emendas à Constituição.
 - 9.3. Leis Complementares.
 - 9.4. Leis Ordinárias.
 - 9.5. Leis Delegadas.
 - 9.6. Medidas Provisórias.
 - 9.7. Tratados Internacionais.
 - 9.8. Decretos.
 - 9.9. Resoluções.
 - 9.10. Decretos Legislativos.
 - 9.11. Convênios.
 - 9.12. Normas Complementares.
- 10. Vigência da Legislação Tributária.
- 11. Aplicação da Legislação Tributária.
- 12. Interpretação e Integração da Legislação Tributária.
- 13. Obrigação Tributária Principal e Acessória.
- 14. Fato Gerador da Obrigação Tributária.
- 15. Sujeição Ativa e Passiva. Solidariedade. Capacidade Tributária.
- 16. Domicílio Tributário.
- 17. Responsabilidade Tributária. Conceito.
 - 17.1. Responsabilidade dos Sucessores.
 - 17.2. Responsabilidade de Terceiros.
 - 17.3. Responsabilidade por Infrações.
- 18. Crédito Tributário. Conceito.
- 19. Constituição do Crédito Tributário.
 - 19.1. Lançamento. Modalidades de Lançamento.
 - 19.2. Hipóteses de alteração do lançamento.
- 20. Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário. Modalidades.
- 21. Extinção do Crédito Tributário. Modalidades.
- 22. Pagamento Indevido.
- 23. Exclusão do Crédito Tributário. Modalidades.
- 24. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário.

Bibliografia sugerida**AUDITORIA:**

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: um curso moderno e completo. 6. e : Atlas, 2007.
- ATTIE, William. Auditoria: Conceitos e Aplicações. 6ª e: Atlas, 2011.
- BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. Auditoria. : Atlas, 2002.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao>. Acesso em 25 de Outubro de 2015.
- GIL, Antônio de Loureiro. Como evitar fraudes, pirataria e conivência, 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999. MORAIS, Henrique Hermes Gomes de, Normas e Técnicas de Auditoria, 2007, Auditoria Geral do Estado de Minas Gerais.

CONTABILIDADE:

- NEVES, S. das; VICECONTI, P. E. V. Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras. 14. ed. São Paulo: Frase, 2005.
- SALAZAR, José Nicolas Albuja; BENEDICTO, Gilton Carvalho. Contabilidade Financeira. São Paulo: Thomson Learning, 2004.
- NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. Teoria da Contabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DIREITO TRIBUTÁRIO:

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva.
BALEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.
BECKER, Alfredo Augusto. Teoria Geral Direito Tributário. São Paulo: Lejus.
CARRAZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros.
CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva.
COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.
DENARI, Z. Curso de Direito Tributário. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
FABRETI, L.C. Código Tributário Nacional Comentado. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2009. POHLMANN, M. C.; IUDICIBUS, S. Tributação e Política Tributária. São Paulo: Atlas, 2006.

EMPREGO PÚBLICO: ASSISTENTE TÉCNICO I**FUNÇÃO: ADMINISTRAÇÃO**

Teoria das organizações: Funções Administrativas, Administração Científica, Teoria Clássica da Administração, Teoria das Relações Humanas, Burocracia, Abordagem Comportamental da Administração, Teoria Contingencial, Sustentabilidade e responsabilidade empresarial. Gestão dos processos organizacionais: Estrutura organizacional, Departamentalização, Delegação, centralização e descentralização, Fluxograma, Formulários, Manuais Administrativos, Processos decisórios. Administração de Recursos Humanos: Comunicação interpessoal e organizacional, Liderança, Desenvolvimento de Pessoas e equipes, Poder, Conflito, Cultura e Clima Organizacional, Mudança Organizacional. Provisão e Retenção de Recursos Humanos, Treinamento e Desenvolvimento, Avaliação de Desempenho, cargos e Salários, Qualidade de Vida no Trabalho, Indicadores de Gestão de Pessoas. Administração de Operações e Serviços: Administração de Materiais, Previsão, Curva ABC, Custo de Armazenagem, Custo de Pedido e Custo Total, Sistema de controle de Estoques, Sistemas de Gestão de Estoque, Giro de Estoque, Intervalo entre pedidos, Ponto e tempo de ressuprimento, Ruptura de estoque, noções de compra, Administração da Produção e Operações, Eficiência e Produtividade, Capacidade de Produção, Arranjo Físico, Programação da Produção, Métodos do caminho crítico, Produção limpa, Gestão da Qualidade, Gestão e Princípios da Qualidade Total, Aspectos humanos da qualidade, Metodologia 6 Sigma, As ferramentas gerenciais da qualidade, Funções logísticas: transporte, armazenamento, embalagem e distribuição. Estratégia do transporte: fundamentos do transporte, modais de transporte, decisões sobre transporte, Enfoque sistêmico: logística integrada e cadeia total de suprimentos, Canais de distribuição, Controle em logística; Custos logísticos: visão gerencial; Logística reversa. Administração de Marketing: Gestão do composto de produto e Serviços; Ambiente de marketing; Comportamento do consumidor; Segmentação de mercado. Administração Financeira e Orçamentária: Administração do capital de giro; gestão financeira do caixa e das contas a receber; Gestão de riscos; Orçamento empresarial; Decisões de investimentos; Decisões de financiamentos.

Bibliografia sugerida:

CHIAVENATTO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 8. ed. Campus: Rio de Janeiro, 2011.
MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Teoria Geral da Administração. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2006. MOTTA, Fernando C. P.; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. Teoria geral da administração. 3 ed São Paulo: Pioneira, 2006.
SILVA, Reinaldo Oliveira de. Teorias da Administração. 2. Ed. São Paulo: Pioneira, 2008.
CURY, Antônio. Organização e métodos: uma visão holística. 5 ed. Atlas, 2005.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Administração de processos: conceitos, metodologia e práticas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial. 15.ed. São Paulo: Atlas, 2005.
ROBBINS, Stephen. Comportamento Organizacional. 11. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005. CHIAVENATO, Idalberto. Comportamento Organizacional: dinâmica do sucesso das organizações. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos: o capital humano das organizações. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
SLACK, Nigel. Administração da Produção. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
ARNOLD, J. R. Tony. Administração de materiais: uma introdução. 1 ed Atlas, 1999.
VIANA, João José. Administração de materiais: um enfoque prático. Atlas.
MARTINS, Petrônio G; LAUGENI, Fernando Piero. Administração da Produção. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
PALADINI, Edson P. Gestão da Qualidade: teoria e prática. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2004. ALVARENGA, Antonio Carlos; NOVAES, Antônio Galvão. Logística aplicada: suprimento e distribuição física. 3.ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2000. 194p.
BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos: logística empresarial. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 616 p.
KOTLER, Philip. Administração de marketing. 12.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 750 p. KOTLER, Philip. Princípios de marketing. 9.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003. 593 p.
ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012. 762 p. GITMAN, Lawrence J. Princípios da administração financeira. 12.ed. São Paulo: Pearson, 2010. 745 p.

FUNÇÃO: ARQUITETURA E URBANISMO

1. História da arquitetura e do urbanismo.
2. Teoria e prática do projeto arquitetônico e urbanístico.
3. Representação gráfica da arquitetura e do urbanismo. Projeto assistido por computador. Coordenação e compatibilização de projetos complementares ao projeto arquitetônico. Acessibilidade.
4. Conservação de energia e sustentabilidade.
5. Técnicas e materiais de construção. Sistemas estruturais. Planejamento, orçamento e controle de obras. Elaboração de especificações técnicas.
6. Noções de paisagismo, conforto ambiental, conforto térmico e acústica arquitetônica.
7. Noções de Instalações elétricas e Instalações hidrossanitárias. Iluminação natural e Iluminação artificial.
8. Águas pluviais. Topografia.
9. Legislação. Segurança do Trabalho.
10. Desenvolvimento de projetos de arquitetura: pesquisa, elaboração de programas, estudos preliminares, anteprojetos, projetos executivos e detalhamentos.
11. Projetos de obras civis, implantação e alvenarias.
12. Equipamentos e serviços urbanos, controle do uso e da ocupação do solo, Estatuto da Cidade. AutoCAD.
13. Especificações, normas, orçamentos e licitações de obras: materiais de construção e acabamento; planilhas, custos parciais e globais.
14. Ergonomia, conforto ambiental, uso racional da energia e eficiência energética na Arquitetura: conceitos, normas e variáveis (climáticas, humanas e arquitetônicas).
15. Execução de obras e perícias técnicas, fiscalização e acompanhamento do desenvolvimento da obra, patologias das edificações, laudos técnicos.
16. Computação gráfica aplicada à Arquitetura: aplicação de programas para projeto de arquitetura, noções de AUTOCAD.
17. Normas de desenho técnico.

Bibliografia sugerida:

- Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). NBR 6492: representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro, 1994.
- ABNT. NBR 13532: elaboração de projetos de edificações – Arquitetura. Rio de Janeiro, 1995.
- ABNT. NBR 15575-1. Edificações habitacionais — Desempenho. Parte 1: Requisitos gerais. Rio de Janeiro, 2013.
- ABNT. NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.
- ABNT. NBR 9077: saídas de emergência em edifícios. Rio de Janeiro, 2001.
- ARANTES, Otília. O lugar da arquitetura depois dos modernos. São Paulo: Nobel / FAPESP / EDUSP, 1993.
- AZEREDO, Hélio A. de. O edifício e o seu acabamento. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.
- AZEREDO, Hélio A. O edifício até sua cobertura. São Paulo: Edgard Blücher, 2006.
- BENEVOLO, Leonardo. A arquitetura no novo milênio. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Formação do homem moderno vista através da arquitetura. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- BRASIL. Lei Federal 6766/1979.
- BRASIL. Lei Federal 9875/1995.
- BRASIL. Lei Federal 10.098/2000.
- BRASIL. Lei Federal 10.257/2001.
- CHING, Francis D.K. Arquitetura – Forma, espaço e ordem. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- CHING, Francis D.K. Representação gráfica em arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- CREDER, Hélio. Instalações hidráulicas e sanitárias. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006.
- FRAMPTON, Kenneth. História crítica da arquitetura moderna. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FROTA, Anesia Barros; SCHIFFER, Sueli Ramos. Manual de conforto térmico. 8. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2007.
- GORELIK, Adrian. Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- GOLDMAN, Pedrinho. Introdução ao planejamento e controle de custos na construção civil brasileira. 4.ed. São Paulo: PINI, 2004. 176p. ISBN 8572661557 (broch.).
- HERTZBERGER, Herman. Lições de arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MASCARO, Juan Luis. O custo das decisões arquitetônicas. 5. ed. Porto Alegre.
- MONTANER, Josep Maria. Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX. Barcelona: Gustavo Gili, 2007.
- NBR 9050/2004 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- NBR 6492/94 – Representação gráfica de projetos de arquitetura.
- NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão.
- NBR 5626 – Instalação predial de água fria.
- NBR 9077 – Saídas de emergência em edifícios.
- REBELLO, Yopanan Conrado Pereira. A concepção estrutural e a arquitetura. 3. ed. São Paulo: Ziguarte, 2003.
- SILVEIRA, Samuel João da. Aprendendo Autocad 2006: simples e rápido. Florianópolis: Visual Books, 2006. 238 p. ISBN 8575021877. SindusCon-SP, 1998.
- SOUZA, Roberto de e MEKBEKIAN, Geraldo. Qualidade na Aquisição de Materiais e Execução de Obras. -São Paulo: PINI, 1996.
- SOUZA, Ubiraci E. Lemes de. Como aumentar a eficiência da mão-de-obra: manual de gestão da produtividade na construção civil. São Paulo: Pini, 2006. 100p. ISBN 8572661743 (broch.).
- THOMAZ, Ercio. Tecnologia, Gerenciamento e Qualidade na Construção Civil. São Paulo: PINI, 2001.
- YAZIGI, Walid, A Técnica de Edificar, São Paulo: PINI: SindusCon -SP, 1998.

FUNÇÃO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS**CONTABILIDADE GERAL:**

1. Lei nº 6.404/1976, suas alterações e legislação complementar.
2. Lei 11.638/2007, suas alterações e legislação complementar.
3. Lei 11.941/2009, suas alterações e legislação complementar.
4. Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
5. Patrimônio: componentes patrimoniais (ativo, passivo e patrimônio líquido).
 - 5.1. Plano de contas, funções e estrutura das contas.
 - 5.2. Conceitos de ativo, passivo e patrimônio líquido.
 - 5.3. Contas de resultado.
 - 5.4. Vidas úteis econômicas.
 - 5.5. Depreciação fiscal x escrituração comercial.
 - 5.6. Métodos e técnicas de apuração de resultados.
 - 5.7. Avaliação e contabilização de itens patrimoniais.
 - 5.8. Redução ao valor recuperável (impairment).
 - 5.9. Controle patrimonial dos ativos.
 - 5.10. Efeitos inflacionários sobre o patrimônio das empresas.
6. Princípios fundamentais de contabilidade (aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC).
7. Contas patrimoniais e de resultado (apuração de resultados, planos de contas, funções e estrutura das contas)
8. Elaboração de demonstrações contábeis pela legislação societária, pelos princípios fundamentais da contabilidade e pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
 - 8.1. Demonstração dos fluxos de caixa (métodos direto e indireto).
 - 8.2. Balanço patrimonial.
 - 8.3. Demonstração do resultado do exercício.
 - 8.4. Demonstração do valor adicionado.
 - 8.5. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
 - 8.6. Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.
 - 8.7. Demonstração do Resultado Abrangente.
 - 8.8. Notas explicativas.
 - 8.9. Demonstrações financeiras consolidadas.
9. Análise econômico financeira.
 - 9.1. Indicadores de liquidez.
 - 9.2. Indicadores de rentabilidade.
 - 9.3. Indicadores de lucratividade.

- 9.4. Análise vertical e horizontal.
10. Destinação de resultado do exercício.
11. Combinação de negócios (fusão, incorporação e cisão).
12. Avaliação e Controle de estoques: PEPS, UEPS e média ponderada móvel.
13. Subvenção e Assistência Governamentais em empresas da administração pública.
14. Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio sobre o patrimônio das empresas.
15. Mensuração do valor justo de ativos e passivos.
16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos.
17. Operações de arrendamento mercantil.
18. Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.
19. Provisões, ativos e passivos contingentes.
20. Concessões: reconhecimento e mensuração.
21. Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).
 - 21.1. Informatização da relação entre o fisco e os contribuintes.
 - 21.2. Escrituração Contábil Digital.
 - 21.3. Escrituração Fiscal Digital.
 - 21.4. SPED (Contábil, Fiscal, Pis/Cofins, Previdenciário).
 - 21.5. Transferência de Preços (Transfer Price).
 - 21.6. Nota Fiscal Eletrônica - NF-e.
22. Sistemas de custos e informações gerenciais.
23. Sistema Integrado de Administração Financeira: conceitos básicos, objetivos, características, instrumentos de segurança e principais documentos de entrada.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA:

1. Noções básicas sobre tributos.
2. Impostos, taxas e contribuições.
3. Tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições.
4. Retenções na fonte realizadas pela Administração Pública.
 - 4.1. Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL).
 - 4.2. Programa de Integração Social (PIS).
 - 4.3. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).
 - 4.4. Imposto Sobre Serviços (ISS).
 - 4.5. Contribuição previdenciária (INSS).
 - 4.6. Imposto de Renda (IR).
5. Legislação básica e suas atualizações.
6. Instrução normativa da Receita Federal do Brasil.
7. Planejamento fiscal e tributário.

Bibliografia sugerida:

- BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de Dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <www.planalto.gov.br>.
- BRASIL. Lei n. 11.491, de 17 de Maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08. dez. 2014.
- BRASIL. Lei n. 11.638, de 28 de Dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08. dez. 2014.
- CASAROTTO FILHO, Nelson; KOPITZKE, Bruno H.: Análise de investimentos. São Paulo: Atlas. 11ª edição, 2010.
- CHAVES, Francisco Coutinho. Planejamento tributário na prática: gestão tributária aplicada, 2ª ed. – São Paulo: Atlas, 2010.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Dispõe sobre os princípios de contabilidade. Resolução nº 750, de 29 de dezembro de 1993.
- CPC 26 (R1). Apresentação das Demonstrações Contábeis (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 1). Disponível em: www.cpc.org.br.
- CPC 07. Subvenção e Assistências Governamentais. Disponível em: www.cpc.org.br.
- CPC 03 (R2). Demonstração dos Fluxos de Caixa (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 7). Disponível em: www.cpc.org.br.
- CPC 09. Demonstração do Valor Adicionado. Disponível em: www.cpc.org.br.
- CPC 21 (R1). Demonstração Intermediária (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 34). Disponível em: www.cpc.org.br.
- CPC 27. Ativo Imobilizado. (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 16). Disponível em: www.cpc.org.br.
- GUERRA, Luciano. A nova contabilidade: convergência ao padrão internacional. São Paulo: Atlas, 2013.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da contabilidade. São Paulo : Atlas, 2015.
- IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. Manual de Contabilidade Societária – Aplicável a todas as Sociedades – De acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 9. ed. São Paulo : Atlas, 2015.
- MARTINS, Sergio Pinto. MANUAL DE DIREITO TRIBUTÁRIO. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MATARAZZO. Dante Carmine: Análise financeira de balanços: abordagem gerencial. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- PADOVEZE, Clovis Luis. Contabilidade Gerencial: Um enfoque em sistemas de informação contábil. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- PAULSEN, Leandro. MELO, José Eduardo Soares de. Impostos Federais, Estaduais e Municipais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 6ª edição, 2011
- Pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Disponível em: <http://cpc.org.br>.
- QUINTANA, Alexandre Costa. Contabilidade básica: com exercícios práticos. De acordo com as normas brasileiras de contabilidade do CFC. São Paulo: Atlas, 2014.
- Receita Federal. Sítio da Nota Fiscal Eletrônica. Disponível em: <http://www.nfe.fazenda.gov.br/>.
- Receita Federal - Sistema Público de Escrituração Digital. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Sped/>.
- REZENDE, J.R.; PEREIRA, C.A.; ALENCAR, R.C.de. Contabilidade Tributária: Entendendo a Lógica dos Tributos e seus Reflexos sobre os Resultados das Empresas. São Paulo: Atlas, 2010.
- RIBEIRO, Osni Moura. Demonstrações Financeiras. Mudanças na Lei das Sociedades por Ações: como era e como ficou. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- SILVA, Alexandre Alcântara da. Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

1. Ética jornalística.
2. Características técnicas e teóricas da linguagem jornalística.
3. Características técnicas e teóricas da notícia e da reportagem.
4. Reportagens externas, entrevistas de estúdio e apresentação de TV.
5. Direção, entrevista, roteiro e edição de vídeo.
6. Características técnicas e teóricas da pauta, apuração, redação e edição de textos jornalísticos informativos, interpretativos e opinativos para veículos impressos, rádio, televisão e mídias digitais.
7. Jornalismo participativo na internet. Redes sociais, informação e jornalismo.
8. Teorias do jornalismo: Newsmaking; Gatekeeping; Agenda Setting. Espiral do silêncio.
9. Critérios de noticiabilidade.
10. Jornalismo e cidadania.
11. Assessoria de imprensa: teoria, técnica e produtos.
12. Media training.
13. Gêneros e modelos de redação jornalística na comunicação organizacional.

Bibliografia sugerida:

- ASSAD, Nancy Alberto e PASSADORI, Reinaldo. Media training: como construir uma comunicação eficaz com a imprensa e a sociedade. São Paulo: Gente, 2009.
- BONASIO, Valter. Televisão: manual de produção e direção. Belo Horizonte: Leitura, 2002.
- BARBEIRO, Heródoto e LIMA, Paulo Rodolfo de. Manual de radiojornalismo – produção, ética e Internet. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2003.
10. ROBERTS-BRESLIN, J. Produção e direção para TV e vídeo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- BARBEIRO, Heródoto e LIMA, Paulo Rodolfo de. Manual de telejornalismo – os segredos da notícia na TV. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2005.
- CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS. Fenaj. Disponível em:
http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf.
- DUARTE, Jorge. Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia – teoria e técnica. 4. Edição Revisada e Ampliada. São Paulo: Atlas, 2011.
- FERNANDES, Adélia Barroso. Jornalismo, cidadania e direitos humanos: uma relação reflexiva no espaço público. Disponível em:
http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/18665/1/2002_NP2FERNANDES.pdf.
- LAGE, Nilson. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MALINI, Fábio. Modelos de colaboração nos meios sociais da internet: Uma análise a partir dos portais de jornalismo participativo. Disponível em:
http://www.sitedaescola.com/downloads/porta_aluno/Maio/Modelos%20de%20colabora%E7%3o%20nos%20meios%20sociais%20da%20internet-Uma%20an%E1lise%20a%20partir%20dos%20portais%20de%20jornalismo%20participativo.pdf.
- SANTALLA, Lúcia, LEMOS, Renata. Redes sociais digitais. São Paulo: Paulus, 2010.
- SODRÉ, Muniz e FERRARI, Maria Helena. Técnica de reportagem – notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.
- SOUSA, Jorge Pedro. As notícias e os seus efeitos. Lisboa: 1999. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html>.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. 2. ed. São Paulo: Gerações, 2004. Cap 01 ao 07 p25 - 220.
- TORQUATO, Gaudêncio. Tratado de Comunicação. Organizacional e Política. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- MATOS, Gustavo Gomes de. Comunicação empresarial sem complicação: como facilitar a comunicação na empresa, pela via da cultura e do diálogo. Barueri, SP: Manole, 2009.
- RAMALHO, José Antonio. Mídias sociais na prática. Elsevier, 2010.

FUNÇÃO: DESIGNER GRÁFICO

1. Elementos do design gráfico: criação e desenvolvimento de identidades visuais, impressos, anúncios, cartilhas, capas de livros e outros produtos gráficos manuseando ferramentas fundamentais de editoração eletrônica e diagramação utilizadas nas artes gráficas. Aspectos do design: conceitos, metodologia e implantação. Processos de criação: forma e conteúdo. Cor: teoria e aplicação na comunicação visual. Pré-impressão e impressão de materiais gráficos. Ferramentas do Pacote Adobe. Utilização das plataformas Mac OSX e Windows.
2. Tecnologias digitais: desenvolvimento de websites com domínio de estrutura de dados e algoritmos, estrutura de um programa, estruturas condicionais e de repetição e conceitos básicos de estruturas de dados; domínio de conceitos básicos e estrutura das linguagens HTML, Java Script e CSS; noções de linguagem de manipulação de bancos de dados (SQL) e noções de linguagens de desenvolvimento de aplicações web (ASP e JSP). Ferramentas do sistema operacional Windows. Softwares de autoria e design (Dreamweaver, Flash, Photoshop, Macromedia Fireworks, Coreldraw, Pacote Adobe). Programação de scripts e gerenciamento de banco de dados. Instalação e configuração de softwares linha Microsoft. Domínio do processo de produção de websites em tecnologias e padrões HTML DHTML, XHTML, XML, CSS, Java script; normas e padrões W3C (World Wide Web Consortium).
3. Webdesign: planejamento, estruturação, desenvolvimento, manutenção e atualização de websites interativos e projetos de programação visual para sites e sistemas web, com o domínio de software gerador de documentos e de softwares de finalização de imagens e animação. Usabilidade, arquitetura da informação e navegabilidade em interfaces. Design e interatividade em interfaces digitais. Criação, desenvolvimento, hospedagem, registro de domínios, padrões Web e gerenciamento de informações em websites.

Bibliografia sugerida:

- BAER, Lorenzo. Produção gráfica. Ed. SENAC.
- CESAR, Newton. Direção de Arte em propaganda. São Paulo: SENAC Nacional, 2009.
- COLLARO, Antônio Celso. Produção visual e gráfica. Summus.
- DONDIS, Donis A. Sintaxe da linguagem visual. Martins Fontes.
- FARINA, Modesto. Psicodinâmica das cores em Comunicação. Edgard Blücher.
- FLANAGAN, David. Javascript - o Guia Definitivo.
- GOMES FILHO, João. Gestalt do Objeto. Sistemas de Leitura visual da forma. Escrituras.
- GOODMAN, Danny. Javascript - a Bíblia.
- GOMES, Jonas; VELHO, Luiz Computação gráfica: imagem. Rio de Janeiro: LTC, 2002.
- GRUSZYNSKI, Ana Claudia Design gráfico: invisível ilegível. 2 ed. São Paulo: Rosari, 2008.
- HOLLIS, Richard. Design Gráfico. Uma História concisa. Traduzido por Carlos Daudt. Martins Fontes.
- HURBURT, Allen. Layout. O design da página impressa. Nobel.
- MACEDO, Marcelo da Silva. Construindo sites adotando padrões web. Ciência Moderna Ltda.
- Manuais oficiais de utilização dos programas. Corel Draw, Dreamweaver, Flash e Photoshop.
- MULLEN, Robert. Html 4: Guia de Referencia.
- MUNARI, Bruno. Design e comunicação visual: contribuição para uma metodologia didática. SÃO Paulo: Martins Fontes, 2006.

NIELSEN, Jakob. *Projetando websites*. Campus. _____ . Homepage: usabilidade. Campus.

NIEMEYER, Lucy. *Tipografia: uma apresentação*. 2AB.

PLAZA, Júlio. *Processos criativos com os meios eletrônicos: poéticas digitais*. São Paulo:Hucitec, 1998.

PEDROSA, Israel. *Da cor à cor inexistente*. Leo Cristiano.

RABAÇA, Carlos Alberto. *Dicionário de comunicação*. Gustavo Barbosa. Campus.

SILVA, Samy Maurício. *Construindo Sites com CSS e (X)HTML*.

STRUNCK Gilberto, *Como criar identidades visuais para marcas de sucesso*. Rio Books.

VELOSO, René Rodrigues. *Guia de consulta Rápida Java e XML*. Novatec Editora Ltda.

ZELDMAN, Jeffrey. *Projetando Web Sites Compatíveis*.

MESTRINER, Fabio. *Design de embalagem: curso básico*. 2. ed. São Paulo: Makron Books; Pearson Education do Brasil, 2002.

NIEMEYER, Carla. *Marketing no design gráfico*. Rio de Janeiro: 2AB, 1998.

MORAES, Anamaria. *Avisos, advertências e projeto de sinalização*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2005.

FRUTIGER, Adrian. *Sinais e Símbolos: desenho, projeto e significado*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Manuais e tutoriais do Pacote Adobe

FUNÇÃO: GEOGRAFIA

Cartografia. Mapas. Escala do mapa. Mapas gerais e especiais. Legenda. Geoprocessamento e Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Espaço geográfico. Interação dos espaços físicos e humanos. As atividades econômicas e a organização do espaço. Espaço urbano e rural. Conflitos e impactos da atividade humana no espaço. Formação territorial. Crescimento econômico e desenvolvimento. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Recursos naturais e fontes de energia. Fontes alternativas de energia. Ecossistemas brasileiros. Características gerais. Proteção dos ecossistemas. Natureza e meio ambiente. Atividades humanas e meio ambiente. Agricultura e meio ambiente. Uso e ocupação da terra. Impactos ambientais das atividades agrícola e pecuária. Projetos nas atividades agropecuárias. Licenciamento ambiental. Estudos de impacto ambiental e relatórios de impactos ambientais (EIA/RIMA). O Solo. Características gerais dos solos. Fertilidade e produtividade. Perfil do solo. Proteção dos solos. Agricultura sustentável. Agricultura familiar. Agricultura orgânica. Uso de transgênicos na agricultura. Ordenamento e gestão territorial. Planejamento regional, urbano, rural e ambiental.

Bibliografia sugerida:

ALMEIDA, Flávio Gomes de; SOARES, Luiz Antônio Alves. *Ordenamento Territorial*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2009.

FARIAS, Talden. *Licenciamento ambiental. Aspectos teóricos e práticos*. 5ª edição. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

IBRAHIM, Francini Imene Dias. *Introdução ao Geoprocessamento ambiental*. Editora Érica (Edição Digital), 2014. (O livro também existe na série Eixo da Editora Saraiva).

MMA. *Manual de Impactos Ambientais. Orientações Básicas sobre Aspectos Ambientais de Atividades Produtivas*. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/manual_bnb.pdf> Acesso em 28/12/2015.

ROSA, André Henrique; FACETO, Leonardo Fernandes; MOSCHINI-CARLOS, Viviane (orgs.). *Meio Ambiente e Sustentabilidade*. Porto Alegre: Bookman, 2012.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Saraiva, 2000.

_____. *Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. Hucitec . São Paulo, 1998.

_____. *A natureza do espaço*. São Paulo: EDUSP, 2002.

LEPSCH, Igo F. *Formação e Conservação dos Solos*. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

LONGLEY, Paul A; GOODCHILD, Michael F; MAGUIRE, David J; RHIND, David W. *Sistemas e Ciência da Informação Geográfica*. Porto Alegre: Bookman, 2012.

NEIMAN, Zysman. *Era Verde? Ecossistemas brasileiros ameaçados*. 23ª edição, Editora Atual, 2009.

PRADO, Hélio do. *Podologia Fácil. Aplicações em solos tropicais*. 4ª edição. Piracicaba, 2013.

RAISZ, Erwin. *Cartografia Geral*. São Paulo: Científica, 1969.

SCHWANKE, Cibele (org). *Ambiente: Tecnologias*. Porto Alegre: Bookman, 2013.

SILVA, Christian Luiz da (org). *Desenvolvimento Sustentável. Um modelo analítico integrado e adaptativo*. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SOUZA, C. L.; AWAD, J. C. M. *Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano*. Porto Alegre: Bookman, 2012.

FUNÇÃO: CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE LATICÍNIOS (Retificado 16/02/2016)

Química Orgânica - Noções de Ciência e Tecnologia de Laticínios – Desenho Técnico - Biologia Celular – Matérias Primas Agroindustriais - Bioquímica – Economia Básica – Estatística Experimental – Fluidos e Termodinâmica – Microbiologia Geral - Microbiologia do Leite e Derivados - Química Analítica – Química do Leite e Derivados – Segurança do Trabalho –Tecnologia da Fabricação de Creme, Manteiga e Sorvete – Processamento de Leite de Consumo – Tecnologia de Queijos – Tecnologia de Produtos Lácteos: Concentrados, Desidratados, Fermentados – Higiene de Industrias de Alimentos - Operações e Instalações da Indústria de Laticínios – Refrigeração e Congelamento de Alimentos - Embalagem de Alimentos -Inspeção Sanitária e Legislação de Industrias de Leite e Derivados -Análise de Alimentos - Tratamento de Resíduos de Agroindústrias - Gerência de Industrias de Alimentos - Gestão da Qualidade na Indústria de Alimentos - Desenvolvimento de Produtos Alimentícios.

Bibliografia sugerida:

ALBERTS, B.; BRAY, D.; HOPKIN, K.; JOHNSON, A.; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K.; WALTER, P. *Fundamentos da biologia celular*. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MONTENEGRO, Gildo A. *Desenho Arquitetônico*. Editora Edgard Blücher Ltda. São Paulo – SP.

LIMA, U. A. *Matérias-primas dos alimentos*, Curitiba. Blucher, 2010. 402 p.

PIMENTEL-GOMES, F. *Curso de estatística experimental*. 15. ed. Piracicaba: FEALQ, 2009. 467 p.

TORTORA, G.J.; FUNKE, B.R.; CASE, C.L. *Microbiologia*. 10. ed., Porto Alegre: Artmed, 2012. 964p

SHREVE, R. N.; BRINK JÚNIOR, J. A. *Indústrias de Processos Químicos*. Tradutor Horácio Macedo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 717p. ISBN 978, p. 85-277- 1419-8.

SOLOMONS, G. & FRYHLE, C. *Química Orgânica*. Volumes 1 e 2. 9ª Edição. Editora LTC. 2009.

GERMANO P. M. L.; GERMANO, M. I. S. *Higiene e vigilância sanitária de alimentos*. 3 ed. Barueri: Manole, 2008. 986 p.

HARRIS, D. C.; *Análise Química Quantitativa*. LTC, 5ª edição, 2001.

GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. *Higiene e Vigilância Sanitária de Alimentos*. 2. ed. São Paulo: Varela, 2003.

LEHNINGER, A.L.; NELSON, D.L.; COX, M.M. *Princípios de Bioquímica*. Editora Artmed. 2011.

- OETTERER, Marília et al. Fundamentos de ciência e tecnologia de alimentos. Barueri: Manole, 2010. 612 p.
- CASTRO, A.G., POUZADA, A.S. Embalagens para a indústria alimentar. Lisboa: Instituto Piaget. 2003.
- BRASIL, Ministério do Trabalho. Manual de legislação, segurança e medicina do trabalho. São Paulo: Ed. Atlas, 72a edição, 2013
- FRANCO, B.D.G.M.; LANDGRAF, M. Microbiologia dos alimentos. São Paulo: Editora Atheneu, 2005, 182p.
- LERAYER, A. L. S. et al. Nova legislação comentada de produtos lácteos – revisada e ampliada. São Paulo: Varela, 2002.
- GOMES, J.C., SILVA, M.H.L., SILVA, C.O. Análise de alimentos. 2. ed.. Viçosa: Funarbe, 2003. 154p.
- GIORDANO, J.C. Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC. 2.ed.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS – SBCTA, 2007.
- VÂNIA, M. T. Manual para Inspeção da Qualidade do Leite. 3º Edição Editora UFSM, 203 p. 2008.
- PASSOS, C. R.; NOGAMI, O. Princípios de economia. São Paulo: Pioneira Thomson. Learning, 2012, 670p.
22. 1. LIMA, U. A. Matérias-primas dos alimentos, Curitiba. Blucher, 2010. 402 p.

FUNÇÃO: ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

GERÊNCIA DE PRODUÇÃO: Planejamento e Controle da Produção: Tipos de produção; Papéis da Função Produção, Abordagens para a Gestão Estratégica da Produção, Prioridades Competitivas, Áreas de Decisão, Formulação e Implementação de Estratégias de Produção; Programação e Controle da Produção; Previsão de demanda; Gestão de estoques; Cálculo de Necessidades (MRPI e MRPII); Balanceamento de linhas; Planejamento da capacidade e teoria das restrições; Just-in-time (JIT) e Kanban; Planejamento e programação de projetos (CPM); Softwares de programação.

Organização e Planejamento da Manutenção Logística e Distribuição Estratégia da Produção: Sistemas de informação em Engenharia de Produção; Hardware e fundamentos de sistemas de informação; Análise Estruturada de Sistemas; Modelagem de Processos de Negócios; Data Warehouse/Data Mining/CRM e Business Intelligence; Sistemas de Apoio à Decisão; Sistemas para troca automática de dados; Aplicações de sistemas de informação na Engenharia de Produção; Tendências em Tecnologia da Informação. Logística integrada; Nível de serviço logístico; Sistemas de Informação e troca eletrônica de dados para Controle; Decisões de Transporte; Planejamento de Rede logística; Logística Internacional.

QUALIDADE: Gestão da Qualidade Controle Estatístico da Qualidade Normalização e Certificação; Metrologia, Inspeção e Ensaio Confiabilidade. Qualidade em Serviço. Gestão Ambiental.

GESTÃO ECONÔMICA: Engenharia Econômica Custos da Produção Viabilidade Econômica-Financeira; Conceitos financeiros básicos; Sistemas de amortização; Métodos para comparação de oportunidades de investimentos; Depreciação; Análise de Substituição de Equipamentos; Imposto de renda na comparação de alternativas de investimentos; Análise de risco; Financiamento de projetos; Elaboração e Análise Econômica de Projetos.

ERGONOMIA E SEGURANÇA DO TRABALHO: Organização do Trabalho Ergonomia Higiene e Segurança do Trabalho Engenharia de Métodos e Processos

ENGENHARIA DO PRODUTO: Gestão do Desenvolvimento de Produto; Processo de Desenvolvimento do Produto; Planejamento do Produto Projeto do Produto.

PESQUISA OPERACIONAL: Programação Matemática Processos Estocásticos Simulação de Sistemas de Produção Avaliação e Apoio à Tomada de Decisão. Metodologia de um projeto de Pesquisa Operacional; Programação Linear; Programação Inteira Modelo de Otimização de Redes; Programação Dinâmica; Programação Não Linear; Teoria das Filas.

ESTRATÉGIA E ORGANIZAÇÕES: Planejamento Estratégico Organização Industrial Economia Industrial Gestão Tecnológica Sistemas de Informação; Conceitos e métodos para o projeto de instalações industriais. Tipos de arranjos físicos e suas características. Métodos de projeto de arranjos físicos. Racionalidade dos fluxos de produção em ambientes fabris.

GESTÃO DA TECNOLOGIA: Processos Discretos de Produção Processos Contínuos de Produção Fundamentos de Automação Planejamento de Processos.

Bibliografia sugerida:

- SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da Produção. Editora Atlas. 2ª. Edição. São Paulo. 2009.
- FILHO, M. G.; FERNANDES, F. C. F. Planejamento e Controle da Produção: Dos Fundamentos ao Essencial. Editora: Atlas. 1ª. Edição. 2010.
- NOVAES, A. G. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2007.
- BALLOU, R. H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos/Logística Empresarial. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- IIDA, Itiro. Ergonomia: projeto e produção. 2 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.
- DANIELLOU, François. A Ergonomia Em Busca De Seus Princípios. São Paulo: Edgard Blucher, 2004. 262 p,
- BARNES, Ralph M. Estudo de movimentos e de tempos: projeto e medida do trabalho. São Paulo: Edgard Blucher, 1999.
- HAYES, R.; KLIPPEL, M. Produção, estratégia e tecnologia: em busca da vantagem competitiva. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- CYBIS, W. BETIOL, A. H. FAUST, R. Ergonomia e Usabilidade: conhecimentos, métodos e aplicações. São Paulo: Novatec, 2010.
- PALADINI, Edson Pacheco. Avaliação estratégica da qualidade. São Paulo: Atlas, 2002.
- CARVALHO, M.M. et al. Gestão da Qualidade: teoria e casos. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- CARPINETTI, L.C.R. Gestão da Qualidade: conceitos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2010.
- JURAN, J. M. A Qualidade Desde o Projeto. 1ª. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2002.
- OAKLAND, J. S. Gerenciamento da Qualidade Total: TQM. 1ª. ed. São Paulo: Nobel, 1994.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Diretrizes para auditorias de sistema de gestão da qualidade e/ou ambiental (NBR 19011:2002). Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- Sistemas de gestão da qualidade: fundamentos e vocabulário (NBR 9000:2005). 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2005. vi, 35 p.
- Sistemas de gestão da qualidade: requisitos particulares para aplicação da ABNT NBR-ISO 9001:2000 para organizações de produção automotiva e peças de reposição pertinentes (ISO/TS 16949:2004). Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Gestão ambiental: avaliação do ciclo de vida - princípios e estrutura. Rio de Janeiro: ABNT, 2001.
- Sistemas de gestão ambiental: requisitos com orientações para uso. 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- MONTGOMERY, D. C. Introdução ao controle estatístico da qualidade. Rio de Janeiro: LTC. 2004.
- LAS CASAS, A. L. Qualidade Total em Serviços. São Paulo: atlas, 2008. PALADINI, Edson Pacheco. Avaliação estratégica da qualidade. 1ª Edição ed. Atlas. São Paulo, 2002.
- ASSAF NETO. Matemática financeira e suas aplicações. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- REBELATTO, D. (Org.). Projeto de investimento: com estudo de caso completo na área de serviços. Barueri: Manole, 2004.
- DAMODARAN, A. Finanças corporativas: teoria e prática. Porto Alegre, Bookman, 2004.
- ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D. Administração financeira. 8 ed. São Paulo, McGraw-Hill, 2008.
- ROZENFELD, Henrique; FORCELLINI, Fernando A.; AMARAL, Daniel C.; TOLEDO, J. C.; SILVA, S.L.; ALLIPRANDINI, D.H.; SCALICE, R.K. Gestão de desenvolvimento de produtos: uma referência para a melhoria do processo. São Paulo: Saraiva, 2005.
- CHWIF, L.; MEDINA, A. C. Modelagem e Simulação de Eventos Discretos: Teoria e Aplicações. 2ª ed. São Paulo: Bravarte, 2007.
- HARRELL, C.; GHOSH, B. K.; BOWDEN, R. O. Simulation using ProModel. 2ª ed. New York: McGraw Hill, 2003.
- PRADO, D. Usando o Arena em simulação. 2ª ed. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços Ltda, 2004.
- ARENALES, M.; ARMENTANO, V.; MORABITO, R.; YANASSE, H. H. Pesquisa Operacional para cursos de engenharia. Rio de Janeiro: Campos, 2006.

HILLIER, F. S.; LIEBERMAN, G. J. Introdução à Pesquisa Operacional. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

TAHA, H. A. Pesquisa Operacional: uma visão geral. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

HAYES, R.; PISANO, G.; UPTON, D.; WHEELWRIGHT, S. Produção, estratégia e tecnologia: em busca da vantagem competitiva. 2008.

FUNÇÃO: ENGENHARIA DE ALIMENTOS

Processamento e Tecnologia de alimentos. Química e análise de alimentos. Conservação de alimentos. Secagem, beneficiamento e armazenamento de sementes e grãos. Microbiologia de alimentos. Noções de doenças transmitidas por alimentos (DTA). Aditivos, conservantes e estabilizantes empregados em produtos industrializados de origem animal e vegetal e suas características. Higiene, cuidados e boas práticas nos processos de transformação de alimentos de origem animal e vegetal. Armazenagem, acondicionamento e preservação dos produtos industrializados. Legislação, normas e serviços de Inspeção de produtos de origem animal e vegetal nos níveis Municipal, Estadual e Federal.

Bibliografia sugerida:

ANDRADE, N. J. Higiene na indústria de alimentos. São Paulo: Varela, 2008. 411 p.

ARAÚJO, J. M. A. Química de alimentos: teoria e prática. 5. ed. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011. 601 p.

DIAS, J. et al. Implementação de sistemas da qualidade e segurança dos alimentos, v. 1. Belo Horizonte: SBCTA, 2010. 130 p.

FELLOWS, P. Tecnologia do processamento de alimentos: princípios e prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 602 p.

FENNEMA, O. R. Química de los alimentos. Zaragoza: Acirbia, 1993. 1095 p.

GOMES, J. C.; OLIVEIRA, J. F. Análises físico-químicas de alimentos. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011. 303 p.

JAY, J. M. Microbiologia de alimentos. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 711 p.

ORDÓÑEZ PEREDA, J. A. et al. Tecnologia de alimentos. Porto Alegre: Artmed, 2005. 294 p. 2 v.

ELIAS, M. C. Técnicas para secagem e armazenamento de grãos em média e pequenas escalas. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Do Meio Ambiente - Art. 225).

BRASIL. ANVISA. Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997. Aprova o Regulamento Técnico; "Condições Higiênicas Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos".

BRASIL. ANVISA. Portaria MS nº 1428, de 26 de novembro de 1993. Aprova, na forma dos textos anexos, o "Regulamento Técnico para Inspeção Sanitária de Alimentos" - COD-100 a 001.0001, as "Diretrizes para o Estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos" - COD- 100 a 002.0001, e o "Regulamento Técnico para o Estabelecimento de Padrão de Identidade e Qualidade (PIQ's) para Serviços e Produtos na Área de Alimentos" - COD- 100 a 003.0001 e COD- 100 a 004.0001.

FUNÇÃO: PSICOLOGIA

Programas de treinamento e desenvolvimento de pessoas: objetivos e etapas para o desenvolvimento de treinamentos; implementação, acompanhamento e avaliação do processo com foco na melhoria do desempenho no trabalho.

Ética profissional do psicólogo. Teorias da personalidade. Diagnóstico psicológico: fundamentos e passos do processo psicodiagnóstico; testes psicológicos.

Entrevista psicológica: definição, tipos e finalidades.

Planejamento, organização, direção, controle e avaliação de programas e projetos na área de Gestão de Pessoas. Gestão de pessoas: Processo de recrutamento e seleção: testes psicológicos, Programas de benefícios, tipos e objetivos e processo de desenvolvimento.

Sistemas de remuneração e benefícios; gestão de competências e remuneração estratégica, saúde e segurança ocupacional. Comunicação, motivação, negociação, administração de conflitos e tomada de decisão.

Processos de grupo. Elementos de formação de equipes eficazes. Indicadores estratégicos de gestão de pessoas.

Qualidade de vida no trabalho e saúde ocupacional.

Transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho. Psicopatologia: conceituação; alterações da percepção, representação, juízo, raciocínio, memória, atenção, consciência e afetividade; doenças de natureza psíquica (alcoologismo, depressão, esquizofrenia, ansiedade). Saúde e segurança no trabalho.

Bibliografia sugerida:

ARZENO, Maria Esther Garcia. Psicodiagnóstico clínico: novas contribuições. Porto Alegre: Artmed, 1995.

BOOG, Gustavo G. Manual de treinamento e desenvolvimento. Um guia de operações. São Paulo: Pearson Makron Books, 2001.

BOUYER, Gilbert Cardoso; SANTOS, Giovani Costa; MELLO, Gustavo Ferreira.. Contribuições epistemológicas do "Embodiment" na Ergonomia Cognitiva e nas Teorias da Ação. Disponível em: <<http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2007>>.

CUNHA, J. A. et al. Psicodiagnóstico. 5. ed. Revisada e ampliada. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas. 3. ed. São Paulo: Campus, 2008.

CONVENÇÃO n. 187 da ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT), que trata da estrutura de promoção da segurança e saúde no trabalho. Disponível em: <<http://www.abs.org.br>>.

CONSELHO Federal de Psicologia. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Resolução n. 10 de 2005. Disponível em: <<http://pol.org.br/legislação/index.cfm>> Versão de 17/08/1995>.

DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

DAVEL, E. e VERGARA, S. C. Gestão com pessoas e subjetividade. São Paulo: Atlas, 2001.

DUTRA, J. S. Administração de carreiras: uma proposta para repensar a gestão de pessoas. São Paulo: Atlas, 1996.

MINISTÉRIO da Previdência Social – Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE - Doenças relacionadas com o trabalho. Disponível em: <http://www.portal.saude.gov.br>.

RESOLUÇÃO CFP n. 007/2003. Manual de elaboração de documentos decorrentes de avaliações psicológicas. Disponível em: https://pol.org.br/legislação/pdf/resolucao2002_17.pdf.

ROBBINS, Stephen. Fundamentos do comportamento organizacional. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

ZIMMERMAN, D. E. Fundamentos básicos das grupoterapias. Porto Alegre: Artmed, 1999.

WOOD JR. Thomaz; PICARELLI FILHO, Vicente. Remuneração estratégica: a nova vantagem competitiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999. DECRETO n. 7.602, de 07 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST. D.O.U., de 08/11/2011.

EMPREGO PÚBLICO: EXTENSIONISTA AGROPECUÁRIO II

FUNÇÃO: ENGENHARIA AGRÔNOMICA

1. FERTILIDADE DO SOLO

1.1 Análise do tecido vegetal: coleta de amostras na época adequada e interpretação dos resultados, com definição do estado nutricional da planta.

1.2 Análise de solo: coleta de amostras simples e amostras compostas. Interpretação dos resultados das análises de rotina de fertilidade do solo, matéria orgânica e fósforo remanescente. Recomendações de calagem e adubação orgânica e mineral.

1.3 Análise do subsolo: coleta de amostras de solo em subsuperfície. Interpretação dos resultados e recomendação de gessagem.

1.4 Conversão de unidades de medida dos resultados de análise de solo.

– Fertirrigação.

– Demanda de nutrientes pelas culturas.

– Legislação sobre fertilizantes.

2. FRUTICULTURA

2.1. Frutíferas – Abacate; Abacaxi; Banana; Citrus (Laranja, Limão e Tangerina); Goiaba; Manga; Maracujá; Morango; Pêssego; Uva.

2.2 Sementes e mudas - Produção de sementes, normas, padrões, certificação, cultivares, armazenamento, tratamento das sementes, semeio e sistema de produção de mudas, plantio.

2.3 Produção – análise ambiental do empreendimento, local para o estabelecimento do pomar, planejamento do pomar, época de plantio, regularidade de oferta, produção orgânica.

2.4 Solo e fertilidade – Classe textural do solo, coleta de amostras, preparo do solo, conservação, interpretação de análise, recomendação de adubação, preparo de solo, coveamento, adubação orgânica, adubação verde.

2.5 Plantio – densidade de plantas, épocas, ciclos.

2.6 Tratos culturais – capinas, raleio de frutos, podas (formação, condução, produção, verde, rejuvenescimento).

2.7 Irrigação – qualidade da água para irrigação, sistemas de irrigação, relação água/planta/solo, manejo da água no solo, fertirrigação.

2.8 Pragas e doenças – MIP (Manejo Integrado de Pragas e Doenças), controle biológico, controle químico, controle de plantas daninhas, uso correto de agrotóxicos: toxicologia (dose letal, resíduo, tolerância, carência, período de reentrada, etc.), riscos e cuidados no manuseio e aplicação, pulverização (tipos de pulverizadores, tipos de bicos, regulagem, preparo da solução, técnica de aplicação, cuidados com os pulverizadores e uso do EPI), Receituário Agrônomo.

2.9 Colheita – processos e equipamentos, manuseio pós-colheita (limpeza, padronização e classificação, embalagem, transporte).

3. CULTURAS

3.1 Culturas: Arroz, Feijão, Milho, Sorgo, Soja, Café, Cana-de-açúcar e Mandioca.

3.2 Diagnóstico: cadeia produtiva, oferta e demanda, preços.

3.3 Clima: Zoneamento climático (temperatura, umidade, luz, altitude, etc.).

3.4 Solos: características físicas e químicas; relevo, textura, estrutura, profundidade, porosidade, fertilidade, amostragem, análise, interpretação de análise do solo, acidez, nutrientes, padrões de fertilidade, etc.

3.5 Preparo de solo: sistema convencional e plantio direto, regulagem de máquinas e equipamentos.

3.6 Plantio e Adubação: plantio convencional, plantio direto, viveiro de mudas, variedades, época de plantio, espaçamento, densidade, adubação química, orgânica e verde e correção do solo.

3.7 Tratos Culturais: podas, aplicação de defensivos, cultivos (químico, manual e mecânico), rotação de culturas e consórcio.

3.8 Irrigação e Drenagem: métodos, equipamentos, fertirrigação.

3.9 Colheita: processamento, armazenamento, beneficiamento, classificação e industrialização.

3.10 Melhoramento: multiplicação, produção de sementes e mudas, cultivares recomendadas.

4. ADMINISTRAÇÃO RURAL

4.1 A Administração Rural e seu Campo de Ação.

4.2 Características do Setor Agrícola.

4.3 Funções da Administração (Conceitos).

4.4 Planejamento.

4.4.1 Planejamento Estratégico.

4.4.2 Planejamento Gerencial.

4.4.3 Planejamento Operacional: Organização, Direção, Controle.

4.5 Áreas Funcionais da Empresa Rural.

4.5.1 Área de Produção.

4.5.2 Fatores de Produção na Agricultura.

4.5.3 Especialização x Diversificação.

4.5.4 Atividades Competidoras x Complementares.

4.5.5 Área de Recursos Humanos.

4.5.6 Área de Comercialização e Marketing.

4.5.7 Área de Finanças (Conceitos básicos): Receitas, Despesas, Investimentos, custos, Variáveis, Custos Fixos, Custos Totais, Custos Unitários, Depreciação, Margem Bruta, Margem Líquida, Ponto de Nivelamento, Fluxo de Caixa, Rentabilidade, Taxa de Retorno, Lucro, Custo Financeiro.

5. CRÉDITO RURAL - SEGURO RURAL

5.1 Disposições Preliminares: objetivos do crédito rural, finalidades do crédito rural, beneficiário do crédito rural; Assistência Técnica.

5.2 Condições Básica: exigências essenciais na concessão de crédito rural, Orçamento, Plano e Projeto, Garantias, Despesas, Utilização, Reembolso, Fiscalização.

5.3 Operações: Formalização, Créditos de Custeio, Créditos de Investimento, Créditos de Comercialização; Finalidades Especiais; Créditos a Cooperativas; Recursos; Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp); Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); Programas Especiais; Programas com Recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento); Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

5.4 Seguro da Agricultura Familiar (SEAF); Seguro Rural: Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), Legislação, Seguradoras, Resseguradoras e Órgão Vinculados; Zoneamento Agrícola de Risco Climático.

6. ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

6.1. Fundamentos legais do associativismo.

6.2. Fundamentos legais do cooperativismo:

6.2.1. As sociedades cooperativas;

6.2.2. Objetivos e classificação das sociedades cooperativas;

6.2.3. As cooperativas de trabalho.

6.3. Autogestão e cooperativismo.

7. MEIO AMBIENTE

7.1 Conceitos e Fundamentos da Política Florestal: Conceito e Dimensões das Áreas de Preservação Permanente - APPs; Intervenções permitidas em APPs (Atividades de Interesse Público, Atividades de Interesse Social e Atividades de Baixo Impacto Ambiental); Área Rural Consolidada; Recomposição de APPs; Conceito e Dimensão da Área de Reserva Legal; Formas de Regularização da Reserva Legal; Áreas de Uso Restrito; Cadastro Ambiental Rural - CAR; Cota de Reserva Ambiental – CRA; Conceito e Tipos de Unidades de Conservação.

7.2 Conceitos e Fundamentos do Licenciamento Ambiental: Tipos de Licença Ambiental (Certidão de Dispensa de Licenciamento; Autorização Ambiental de Funcionamento e Licença Ambiental Convencional); Licenciamento de Atividades Agrossilvopastoris e de Agroindústrias; Conselho de Política Ambiental – COPAM; Superintendências de Regularização Ambiental – SUPRAMS; Unidades Regionais do COPAM – URCs.

7.3 Conceitos e Fundamentos sobre Gestão de Recursos Hídricos: Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos; Enquadramento de Corpos D'água; Classes de Qualidade das Águas; Outorga de Direito de Uso da Água; Usos Insignificantes de Água; Cobrança pelo Uso da Água; Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH; Comitês de Bacias Hidrográficas; Planos Diretores de Recursos Hídricos.

7.4 Conceitos e Fundamentos da Legislação sobre Crimes Ambientais e sua aplicação nas Áreas Rurais.

7.5 Conceitos, Fundamentos da Legislação sobre Agrotóxicos.

7.6 Conceitos e Fundamentos sobre Saneamento Ambiental Rural.

7.7 Princípios da Agroecologia e da Transição Agroecológica.

7.8 Mudanças Climáticas e seus Impactos na Agricultura.

7.9 Conceitos e Fundamentos sobre a Legislação sobre Educação Ambiental.

8. BOVINOCULTURA (Retificado em 18/01/2016)

8.1 Alimentação:

8.1.1 Pastagens:

- Formação, reforma e recuperação de pastagens;
- principais forrageiras para pastejo direto e seu valor nutricional;
- sistema convencional;
- sistema de integração lavoura e pecuária (iLP);
- sistema de integração lavoura, pecuária e floresta (iLPF);
- práticas de conservação de solo e água;
- cultivo de leguminosas para composição de banco de proteínas.

8.1.2 Manejo e uso racional das pastagens:

- divisão e subdivisão das pastagens;
- sombreamento das pastagens;
- análise de fertilidade de solo e adubação das pastagens;
- controle de pragas (formigas, cupins, percevejos, cigarrinhas, etc.) e invasoras das pastagens;
- irrigação de pastagens.

8.1.3 Alimentação volumosa estratégica e alternativa para os períodos pré seco e seco principais forrageiras para corte e seus valores nutricionais:

- forrageiras para pastejo direto no período pré seco e seus valores nutricionais;
- cana-de-açúcar corrigida com ureia e sulfato de amônia;
- alternativas de conservação de forragens;
- Diferimento de pastagens;
- Produção de silagem (capim, milho e sorgo);
- suplementação de alimentação volumosa com o uso de misturas nitrominerais ou nitroprotéicas.

8.2 Água:

- A importância da água na alimentação dos bovinos;
- distribuição de bebedouros;
- qualidade e quantidade suficiente de água para o consumo do rebanho.

8.3 Mineralização do rebanho:

- necessidades, deficiências e estratégias de fornecimento de sal mineral de boa qualidade para o rebanho bovino;

8.4 Alimentação concentrada:

- Principais produtos utilizados na alimentação concentrada para bovinos e sua composição nutricional;
- Balanceamento de dietas com o uso de concentrados.

8.5 Sanidade:

- cuidados com os recém nascidos: piquete maternidade, fornecimento de colostro e cura de umbigo;
- calendário anual de vacinações;
- mamites clínica e subclínica: características, e manejo preventivo;
- manejo preventivo e controle de endo e ectoparasitoses;
- controle de vetores transmissores de doenças(moscas, roedores, morcegos,...).

8.6 Reprodução e Genética:

- raças zebuínas e europeias e seus cruzamentos;
- ciclo reprodutivo da fêmea bovina;
- manejo de vacas mestiças (holandesa X zebuínas) para a produção de leite e de bezerras;
- melhoramento genético por meio da introdução de reprodutores melhoradores em sistema de monta natural
- avaliação de escore de condição corporal de vacas.

8.7 Manejo de dejetos e de resíduos:

- destinação correta de resíduos da atividade (embalagens, material descartável, águas residuais,...);
- mensuração da produção diária de efluentes;
- manejo correto de efluentes e sua aplicação na adubação de lavouras, pastagens, canaviais e capineiras.

8.8 Instalações e ambiência:

- uso de cerca eletrificada;
- dimensionamento de instalações;
- ambiência e bem-estar animal.

8.9 Qualidade do leite:

- manutenção, limpeza e higiene das instalações, equipamentos e utensílios;
- boas práticas de ordenha;
- características e uso de tanques de resfriamento de leite.

8.10 Qualidade dos animais:

- criação de bezerras(as) para recria e abate;
- criação de bezerras e recria de novilhas leiteiras.

8.11 Gestão do negócio:

- índices zootécnicos e métodos/práticas de mensuração e controle;
- indicadores de desempenho econômico-financeiro na bovinocultura.

9. OLERICULTURA

- 9.1 Olerícolas - Batata; tomate-de-mesa; cenoura; cebola; alface; pimentão; alho; mandioquinha-salsa; repolho; brócolis, beterraba; jiló; berinjela; pimenta; pepino; quiabo.
- 9.2 Sementes e mudas - produção de sementes, normas, padrões, certificação, cultivares, armazenamento, tratamento das sementes, semeio e sistema de produção de mudas.
- 9.3 Produção – análise ambiental do empreendimento, local para o estabelecimento da horta, planejamento da horta, época de plantio, regularidade de oferta, produção orgânica.
- 9.4 Solo e fertilidade – classe textural do solo, coleta de amostras, preparo do solo, conservação, interpretação de análise, recomendação de adubação, preparo de solo, levantamento de canteiros, sulcamento, coveamento, adubação orgânica, adubação verde.
- 9.5 Cultivo protegido – tipos de casa de vegetação, localização, estrutura.
- 9.6 Plantio – densidade de plantas, épocas, ciclos.
- 9.7 Tratos culturais – capinas, raleamento, desbaste, desbrota, estaqueamento, amontoa, adubação de cobertura, amarrão.
- 9.8 Irrigação – qualidade da água para irrigação, sistemas de irrigação, relação água/planta/solo, manejo da água no solo, fertirrigação.
- 9.9 Pragas e doenças – MIP (Manejo Integrado de Pragas e Doenças), controle biológico, controle químico, controle de plantas daninhas, uso correto de agrotóxicos: toxicologia (dose letal, resíduo, tolerância, carência, período de reentrada, etc.), riscos e cuidados no manuseio e aplicação, pulverização (tipos de pulverizadores, tipos de bicos, regulagem, preparo da solução, técnica de aplicação, cuidados com os pulverizadores e uso do EPI), Receituário Agrônomo.
- 9.10 Colheita – processos e equipamentos, manuseio pós-colheita (limpeza, classificação, embalagem, transporte).

10. AGROECOLOGIA

- 10.1 Conceituação, histórico e princípios da agroecologia.
- 10.2 Discussão da agroecologia como ferramenta da agricultura familiar e ATER capaz de viabilizar os serviços ambientais na recuperação de solos, da biodiversidade, do equilíbrio biológico em agroecossistemas, e na produção saudável de alimentos, fibras e matéria prima para energia.
- 10.3 Caracterização e manejo das culturas no sistema orgânico. Práticas e manejos na conversão do sistema convencional para o orgânico. Fertilizantes orgânicos de origem animal e vegetal.
- 10.4 Legislação e aplicação de normas e procedimentos para a produção e comercialização de produtos em sistema de cultivo orgânico. Certificação do sistema de cultivo orgânico.

Bibliografia sugerida:

1. FERTILIDADE DO SOLO

Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais – 5ª aproximação/Antônio Carlos Ribeiro, Paulo Tácito Gontijo Guimarães, Victor Hugo Alvarez V., editores. - Viçosa, MG, 1999.

2. FRUTICULTURA

- BRASIL. Legislação - Lei nº 10.545, de 13 de dezembro de 1991. (Retificado em 16/02/2016).
- BRASIL. Legislação - Lei Federal nº 6.938, de 31/agosto/81.
- BRASIL. Lei Federal 7802 11 de julho 1989.
- BRASIL. Lei Federal 9974 06 de junho 2000.
- BRASIL. Decreto Federal nº 4074/02.
- BRASIL. Decreto nº 41.203, de 08 de agosto de 2000 (Retificado em 16/02/2016).
- BRASIL. Resolução CONAMA 357.
- Informe Agropecuário – Morango: tecnologias de produção ambientalmente corretas. BH: EPAMIG, N. 279, mar/abr. 2014. 104 p.
- GONÇALVES, C.G., et.al. Abacate: cultura, matéria prima, processamento e aspectos econômicos, 2ª ed. rev. e ampl. Campinas, 1991.
- PIMENTEL, R.P. Fruticultura Brasileira, 11ª ed., São Paulo-SP: Nobel. 1986.
- FILHO, H.P.S. et.al. Citros: o produtor pergunta a Embrapa responde. Brasília- DF, Embrapa Informações tecnológicas, 2005, 211 p. : il. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas).
- Informe Agropecuário – Citricultura: inovações tecnológicas. BH: EPAMIG, N. 209, mar/abr. 2001. 100 p.
- ALMEIDA, L.A. Maracujá: produção e qualidade da Passicultura. Cruz das Almas . Embrapa – CNMF. 2004, 396 p.
- RUGIERO, C. et. al. Simpósio Brasileiro do Maracujazeiro, V, 10 – 13 de fev., 1998. Jaboticatubas, 388 p.
- ALVES, E.J. A cultura da banana: aspectos econômicos, socioeconômicos e agroindustriais. Brasília, Embrapa – CNMF, 1997, 585p.
- CUNHA, G.A.P.O Abacaxizeiro: cultivo, agroindústria e economia. Brasília: Embrapa – comunicação para transferência de tecnologia, 1999. 480 p.
- MEDEIROS, C.A.B.; RASEIRA, M.C.B. A cultura do pessegueiro. Brasília: Embrapa – SPI, Pelotas: Embrapa – CPACT, 1998, 350 p. il.
- KIMATI, H. [et al]. Manual de Fitopatologia. vol 2. 4ª ed. Ed. Agronômica Ceres. 2005. 662p.
- LORENZI, Harri. Manual de identificação e controle de plantas daninhas. 7ª ed. São Paulo: Plantarum, 2014. 384p.
- MARQUELLI, W. A. [et al], Irrigação por Aspersão em Hortaliças. 2ª ed. Embrapa Informação Tecnológica, 2008. 150p. il.

3. CULTURAS

- Tecnologia para Arroz de Terras Altas, 1998, BRESEGHELLO, Flávio e STONE, Luiz Fernando, EMBRAPA Arroz e Feijão.
- A Cultura do Arroz no Brasil, EMBRAPA Arroz e Feijão, 2ª edição, 2006, Alberto Baêta dos Santos, Luiz Fernando Stone, Noris Regina de Almeida Vieira.
- MATELLO, J. B.; SANTINATO, R.; GARCIA, A. W. R.; ALMEIDA, S. R.; D. R. FERNANDES. Cultura de café no Brasil – Manual de Recomendações. MAPA/ SARC/PROCAFÉ/SPA/DECAF, FUNDAÇÃO PROCAFÉ. Rio de Janeiro-RJ e Varginha-MG – 2010.
- Informações Técnicas para o Cultivo do Feijoeiro Comum na Região do Central do Brasil, 2009/2011, 2010, IMCAPER, POSSE, Sheila Cristina Prucoli et al.
- Integração Lavoura-Pecuária, 2001, EMBRAPA Arroz e Feijão, João Kluthcouski, Luiz Fernando Stone e Homero Aidar.
- A cultura do Milho, 2008, EMBRAPA Milho e Sorgo, CRUZ, José Carlos et al.
- Sistema Plantio Direto: Bases Para o Manejo da Fertilidade do Solo, 2004, Associação Nacional par Difusão de Adubos-ANDA, Alfredo Scheid Lopes et al.
- A Cultura do Milho e Sorgo para produção de Silagem. REZENDE, Humberto, EMBRAPA-CNPGL, 1991 (110 p. il).
- Tecnologias de Produção de Soja, Região Central do Brasil – Londrina: Agropecuária Oeste; EMBRAPA Cerrados, EPAMIG: Fundação Triângulo, 2003
- Aspectos Socioeconômicos e Agrônomicos da Mandioca, 2006, EMBRAPA Cruz das Almas, Luciano da Silva Souza, Alba Rejane Nunes Faria, Pedro Luiz Pires de Mattos e Wânia Maria Gonçalves Fukuda.
- Informe Agropecuário Nº 239- Julho/agosto 2007, Cana-de-Açúcar, EPAMIG.

4. ADMINISTRAÇÃO RURAL

- ANTUNES, L. M.; ENGEL, A. Manual de Administração Rural: Custos de Produção. 3 ed. Guaíba: Agropecuária, 1999. 196 p.
- CREPALDI, S. A. Contabilidade Rural: Uma Abordagem Decisória. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012. 432 p.
- MAXIMIANO, A. C. A. Introdução à Administração. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011. 352 p.
- SILVA, R. A. G. da. Administração Rural: Teoria e Prática. 3 ed. Curitiba: Editora Juruá, 2013. 230 p.
- SOUZA, R. A Administração da Fazenda. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1988. 211 p.

5. CRÉDITO RURAL - SEGURO RURAL

- www.bcb.gov.br – Sistema Financeiro Nacional – Crédito Rural – MCR – Manual de Crédito Rural (MCR).
- www.agricultura.gov.br/politica-agricola/zonamento-agricola - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

www.agricultura.gov.br/politica-agricola/seguro-rural – MAPA.

www.mda.gov.br/sistema/secretaria/saf-seaf/sobre – Programa - Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

6. ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

Incisos XVII ao XXI do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.

Artigos 44, 45, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60 e 61 da Lei 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.

Capítulos II e III da Lei 5.764/1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.

Artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da Lei 12.690/2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.

LECHAT, Noëlle M. P.; BARCELOS, Eronita S. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. In: Revista Katálysis, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v11n1/09.pdf>. Acessado em 13 de outubro de 2015.

7. MEIO AMBIENTE

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável 5.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2008.

BRASIL. CONAMA. Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Revisa procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, de forma a incorporar ao sistema de licenciamento os instrumentos de gestão ambiental e a integrar a atuação dos órgãos do SISNAMA na execução da Política Nacional do Meio Ambiente.

BRASIL. CONAMA. Resolução nº 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e alterações. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de Agosto de 2.012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica.

BRASIL. FUNASA. - Manual de Saneamento Orientações Técnicas. Brasília, 2009.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e alterações. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 e alterações. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e alterações. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.974, de 6 de junho de 2000. Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMCM e dá outras providências.

BRASIL. MAPA. Instrução Normativa Nº 46, de 6 de Outubro de 2011. Estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal, bem como as listas de Substâncias Permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal.

MINAS GERAIS. Decreto Estadual nº 44.844, de 25/06/08 – Estabelece normas para licenciamento ambiental, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelece procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades.

MINAS GERAIS. CERH–MG. Deliberação Normativa nº 09, de 16/06/04 – Dispõe sobre Outorga de Uso Insignificante.

MINAS GERAIS. COPAM. Deliberação Normativa nº 074, de 09/09/04 – Dispõe sobre Licenciamento Ambiental. Alterada pelas Deliberações Normativas nº 103, de 8/novembro/06 e nº 130, de 14/01/09.

MINAS GERAIS. LEI ESTADUAL Nº 20.922, DE 16/10/13 – DISPÕE SOBRE AS POLÍTICAS FLORESTAL E DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE NO ESTADO DE MINAS GERAIS.

8. BOVINOCULTURA (Retificado em 18/01/2016)

AMARAL, Reginaldo et al. Sistema de produção de leite em pasto com vacas F1 HZ. Belo Horizonte: EPAMIG, 2006.32 p. il. (EPAMIG, Boletim Técnico,78).

AUAD, Alexander Machado et al. Manual de bovinocultura de leite. Brasília: LK Editora; Belo Horizonte: SENAR-AR/MG; Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2010. 608 p. il.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 62, de 29 de dezembro de 2011. Brasília, D.O.U, 30/12/2011. Seção 1.

BRITO, Acácio Sânzio de (Org.). Bovinocultura leiteira: informação técnicas e de gestão. Natal: SEBRAE/RN, 2009. 320 p. il.

CAMPOS, Oriel Fajardo de; LUZIEIRE, Rosane (Coord.). Gado de leite: o produtor pergunta a Embrapa responde. Coronel Pacheco: EMBRAPA-CNPGL, 1993. 213 p. (500 perguntas, 500 respostas).

CASTRO, Carlos Eduardo Ferreira de et al. Bovinocultura. Campinas: CONSEPA, 2005. 48 p. (CONSEPA, Série Reuniões Técnicas).

CORRÊA, Afonso Nogueira Simões (Ed.). Gado de corte: o produtor pergunta a Embrapa responde. Brasília: EMBRAPA-CNPGL, 1996. 208 p. il. (500 perguntas, 500 respostas).

CRUZ, José Carlos (Ed.). Produção e utilização de silagem de milho e sorgo. Sete Lagoas: EMBRAPA Milho e Sorgo, 2001. 544 p. il.

FERREIRA, José Joaquim et al. Sistema EPAMIG de alimentação de vacas mestiças leiteiras. Belo Horizonte: EPAMIG, 2007. 48 p. (EPAMIG, Boletim Técnico, 83).

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.25, n.221, 2004.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.26, n.226, 2005.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.28, n.240, set./out. 2007.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.31, n.258, set./out. 2010.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.33, n.266, jan./fev. 2012.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.34, n.277, nov./dez. 2013.

KIRCHOF, Breno. Bovinos de leite. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2005. 77 p. il. (Aprendendo a Fazer Melhor, 7).

MADALENA, Fernando Enrique (Ed.). Produção de leite e sociedade: uma análise crítica da cadeia do leite no Brasil. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2001. 532 p.

PEIXOTO, Aristeu Mendes et al. Bovinocultura de corte: fundamentos da exploração racional. 3.ed. Piracicaba: FEALQ, 1999. 552 p.

PEREIRA, Jonas Carlos Campos. Melhoramento genético aplicado à produção animal. 4. ed. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2004. 609 p.

SALMAN, Ana Karina Dias et al. Manual prático para formulação de ração para vacas leiteiras. Porto Velho: EMBRAPA Rondônia, 2011. 24 p. (Documentos, 145).

VILELA, Duarte (Ed.). O agronegócio do leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável. Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2002. 546 p. Deliberação Normativa COPAM Nº 182, de 10 de abril de 2013.

9. OLERICULTURA

BRASIL. Legislação - Lei Federal nº 6.938, de 31/agosto/81.

BRASIL. Lei Federal 7802 11 de julho 1989.

BRASIL. Lei Federal 9974 06 de junho 2000.

BRASIL. Decreto Federal nº 4074/02.

BRASIL. MAPA . Legislação brasileira sobre sementes e mudas. Brasília : 2007, 318p.

BRASIL. Resolução CONAMA 357.

EMBRAPA. Produção orgânica de hortaliças: o produtor pergunta, a EMBRAPA responde. Brasília: 2007. 308 p. il. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas).

EMBRAPA . Mandioquinha-salsa. Brasília: 2008. (Sistemas de Produção, 4).

EMBRAPA. Construção de estufas para produção de hortaliças nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Brasília: , 2005. 16p.(Circular Técnica, 38)

FILGUEIRA, Fernando Antônio Reis. Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3ª ed. Viçosa: UFV, 2008. 421p. il.

KIMATI, H. [et al]. Manual de Fitopatologia. vol 1. 4ª ed. Ed. Agronômica Ceres. 2011. 704p.

KIMATI, H. [et al]. Manual de Fitopatologia. vol 2. 4ª ed. Ed. Agronômica Ceres. 2005. 662p.

LORENZI, Harri. Manual de identificação e controle de plantas daninhas. 7ª ed. São Paulo: Plantarum, 2014. 384p.

MINAS GERAIS. Deliberação Normativa COPAM 74, de 9/setembro/04, alterada pela Deliberação Normativa COPAM 103, de 8/novembro/06.

MINAS GERAIS. Lei Estadual nº 7.772, de 8/setembro/80.

MINAS GERAIS. Decreto Estadual 43.278, 22/abril/03.

SALASSIER, Bernardo. Manual de irrigação. 8ª ed. Viçosa: UFV, 2008. 625p.

10. AGROECOLOGIA

ALTIERI, M. A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável 4.ed. – Ed. UFRGS, Porto Alegre, RS. 2004.

AQUINO, A. M. de. ASSIS, R. L. Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2005.

BRASIL - Ministério do Desenvolvimento Agrário - Brasil Agroecológico – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO – 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/planapo/>

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instruções Normativas. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Organicos/Legislacao/Nacional/

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-capttec/pol%C3%ADtica-nacional-de-assist%C3%A2ncia-t%C3%A9cnica-e-extens%C3%A3o-rural-prater>

CAPORAL, F.R. COSTABEBER, J. A. AGROECOLOGIA E EXTENSÃO RURAL - Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, RS. 2004.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS. 2001.

FUNÇÃO: ZOOTECNISTA (Retificado 18/01/2016)

1. BOVINOCULTURA E PEQUENOS ANIMAIS

1.1. Alimentação:

1.1.1. Fisiologia da digestão em ruminantes

- Anatomia e função dos órgãos que compõem o sistema digestório dos ruminantes.

1.1.2. Pastagens - Formação, reforma e recuperação de pastagens:

- principais forrageiras para pastejo direto e seu valor nutricional;

- sistema convencional;

- sistema de integração lavoura e pecuária (iLP);

- sistema de integração lavoura, pecuária e floresta (iLPF);

- práticas de conservação de solo e água;

- cultivo de leguminosas para composição de banco de proteínas.

1.1.3 Manejo e uso racional das pastagens:

- divisão e subdivisão das pastagens;

- sombreamento das pastagens;

- controle de pragas (formigas, cupins, percevejos, cigarrinhas, etc.) e invasoras das Pastagens;

1.1.4. Alimentação volumosa estratégica e alternativa para os períodos pré seco e seco

- principais forrageiras para corte e seus valores nutricionais;

- forrageiras para pastejo direto no período pré seco e seus valores nutricionais;

- cana-de-açúcar corrigida com ureia e sulfato de amônia;

- alternativas de conservação de forragens: - Diferimento de pastagens;

- Produção de silagem (capim, milho e sorgo);

- suplementação de alimentação volumosa com o uso de misturas nitrominerais ou nitroprotéicas.

1.2. Água

- A importância da água na alimentação dos bovinos;

- distribuição de bebedouros; - qualidade e quantidade suficiente de água para o consumo do rebanho.

1.3. Mineralização do rebanho

- necessidades, deficiências e estratégias de fornecimento de sal mineral de boa qualidade para o rebanho bovino;

- formulação e análise de composição de sal mineralizado;

- formulação de misturas múltiplas (proteicas e/ou energéticas).

1.4. Alimentação concentrada

- Principais produtos utilizados na alimentação concentrada para bovinos e sua composição nutricional;

- Balanceamento de dietas com o uso de concentrados.

1.5. Sanidade

- cuidados com os recém nascidos: piquete maternidade, fornecimento de colostro e cura de umbigo;

- principais zoonoses: características, formas de contágio e estratégias de prevenção; - calendário anual de vacinações;

- Programas Oficiais de Sanidade Animal: Programa Nacional de controle e erradicação da febre aftosa e Programa Nacional de controle e erradicação da brucelose e tuberculose;

- doenças da reprodução e estratégias de prevenção;

- mamites clínica e subclínica: características, transmissão e manejo preventivo; - manejo preventivo e controle de endo e ectoparasitoses; - controle de vetores transmissores de doenças(moscas, roedores, morcegos,...).

1.6. Reprodução e Genética - anatomia e função dos órgãos que compõem o sistema reprodutor dos bovinos;

- ciclo estral da fêmea bovina, eventos reprodutivos e principais hormônios da reprodução;

- ciclo da lactação e controle leiteiro;

- raças zebrúinas e europeias e seus cruzamentos;

- manejo de vacas mestiças (holandesa X zebrúinas) para a produção de leite e de bezerras;

- melhoramento genético por meio da introdução de reprodutores melhoradores em sistema de monta natural e com o uso da inseminação artificial;

- estratégias e recomendação de uso das tecnologias Inseminação Artificial em Tempo Fixo – IATF, Transferência de Embriões - TE e Fertilização in vitro

- FIV em rebanhos comerciais;

- avaliação de escore da condição corporal.

1.7. Manejo de dejetos e de resíduos

- destinação correta de resíduos da atividade (embalagens, material descartável, águas residuais,...); - mensuração da produção diária de efluentes;

- manejo correto de efluentes e sua aplicação na adubação de lavouras, pastagens, canaviais e capineiras.

1.8. Instalações e ambiência - ambiência e bem-estar animal.

1.9. Qualidade do leite

- manutenção, limpeza e higiene das instalações, equipamentos e utensílios;

- boas práticas de ordenha;

- características, composição e indicadores de qualidade do leite;

- características e uso de tanques de resfriamento de leite.

1.10. Qualidade dos animais

- criação de bezerras(as) para recria e abate;

- criação de bezerras e recria de novilhas leiteiras.

1.11. Gestão do negócio

- índices zootécnicos e métodos/práticas de mensuração e controle;

- indicadores de desempenho econômico-financeiro na bovinocultura.

1.12. Suinocultura - reprodução, cria:

- recria e terminação;

- melhoramento genético;

- alimentação e nutrição;

- construções e equipamentos, sanidade, instalações.

1.13. Avicultura de Corte e Postura:

- alimentação e nutrição; - anuidade;

- instalações e equipamentos; - manejo;

- reprodução.

1.14. Piscicultura:

- tanques ou açudes (construção, profundidade, dimensão, localização, adubação, análise da água); - peixamento, espécie a ser criada, alimentação, sanidade e manejo.

1.15. Apicultura

- Ciclo biológico e organização social;

- os produtos das abelhas;

- flora apícola;

- localização e implantação de apiários;

- povoamento de apiário; - controle de da enxameação;

- fatores que afetam a produção de mel;

- manejo do apiário;

- doenças das abelhas;

- colheita do mel;

- processamento;

- envasamento do mel

Bibliografia sugerida: (Retificado 18/01/2016)

BOVINOCULTURA E PEQUENOS ANIMAIS

AMARAL, Reginaldo et al. Sistema de produção de leite em pasto com vacas F1 HZ. Belo Horizonte: EPAMIG, 2006.32 p. il. (EPAMIG, Boletim Técnico,78).

AUAD, Alexander Machado et al. Manual de bovinocultura de leite. Brasília: LK Editora; Belo Horizonte: SENAR-AR/MG; Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2010. 608 p. il.

BARBOSA, Rogério T. et al. Intensificação da bovinocultura de corte: estratégias de manejo reprodutivo e sanitário. São Carlos: EMBRAPA-CPPSE, 1997. 57 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 62, de 29 de dezembro de 2011. Brasília, D.O.U, 30/12/2011. Seção 1.

BRITO, Acácio Sânzio de (Org.). Bovinocultura leiteira: informação técnicas e de gestão. Natal: SEBRAE/RN, 2009. 320 p. il.

CAMPOS, Oriel Fajardo de; LUZIEIRE, Rosane (Coord.). Gado de leite: o produtor pergunta a Embrapa responde. Coronel Pacheco: EMBRAPA-CNPGL, 1993. 213 p. (500 perguntas, 500 respostas).

CASTRO, Carlos Eduardo Ferreira de et al. Bovinocultura. Campinas: CONSEPA, 2005. 48 p. (CONSEPA, Série Reuniões Técnicas).

CORRÊA, Afonso Nogueira Simões (Ed.). Gado de corte: o produtor pergunta a Embrapa responde. Brasília: EMBRAPA-CNPGL, 1996. 208 p. il. (500 perguntas, 500 respostas).

CRUZ, José Carlos (Ed.). Produção e utilização de silagem de milho e sorgo. Sete Lagoas: EMBRAPA Milho e Sorgo, 2001. 544 p. il.

ESTEVES, Sérgio Novita et al. Intensificação da bovinocultura de corte: estratégias de alimentação e terminação. São Carlos: EMBRAPA-CPPSE, 1997. 75 p.

FERREIRA, Ademir de Moraes. Reprodução da fêmea bovina: fisiologia aplicada e problemas mais comuns (causas e tratamento). Juiz de Fora: Edição do Autor. 2010. 422 p. il.

FERREIRA, José Joaquim et al. Sistema EPAMIG de alimentação de vacas mestiças leiteiras. Belo Horizonte: EPAMIG, 2007. 48 p. (EPAMIG, Boletim Técnico, 83).

FÓRUM DE ATUALIZAÇÃO DE DOENÇAS DE BOVINOS DE LEITE, 1992, Juiz de Fora. Doenças parasitárias dos bovinos de leite. Coronel Pacheco: EMBRAPA-CNPGL,1992. 133p. il.

FÓRUM DE ATUALIZAÇÃO DE DOENÇAS DE BOVINOS DE LEITE, 1992, Juiz de Fora. Doenças dos bovinos de leite adultos. Coronel Pacheco: EMBRAPA-CNPGL,1992. 174 p. il.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.25, n.221, 2004.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.26, n.226, 2005.
 INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.28, n.240, set./out. 2007.
 INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.31, n.258, set./out. 2010.
 INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.33, n.266, jan./fev. 2012.
 INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.34, n.277, nov./dez. 2013.
 KIRCHOF, Breno. Bovinos de leite. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2005. 77 p. il. (Aprendendo a Fazer Melhor, 7).
 MADALENA, Fernando Enrique (Ed.). Produção de leite e sociedade: uma análise crítica da cadeia do leite no Brasil. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2001. 532 p.
 PEIXOTO, Aristeu Mendes et al. Bovinocultura de corte: fundamentos da exploração racional. 3.ed. Piracicaba: FEALQ, 1999. 552 p.
 PEREIRA, Jonas Carlos Campos. Melhoramento genético aplicado à produção animal. 4. ed. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2004. 609 p.
 SALMAN, Ana Karina Dias et al. Manual prático para formulação de ração para vacas leiteiras. Porto Velho: EMBRAPA Rondônia, 2011. 24 p. (Documentos, 145)
 VILELA, Duarte (Ed.). O agronegócio do leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável. Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2002. 546 p.
 CAVALCANTI, Sergito de Souza. Suinocultura dinâmica. Itapuã Ed. e Gráfica Ltda.
 ENGLERT, Sérgio Inácio. Avicultura. Ed. Agropecuária Ltda.
 MACHADO, J.H.M e Carrote, C.&. Manejo Alimentos em Piscicultura, Editora Arte & Ciência – UNIMAC, 1990, 90 pg.
 MALAVAZZI, Gilberto. Avicultura: manual prático. Nobel.
 ROMANY, Dean, Manual de Criação de Peixes, Livraria ABC, 122 pg.
 SHEREN, José O.L.B. Apicultura racional. Nobel.
 VIESE, Helmuth. Nova apicultura. Livraria e Ed. Agropecuária Ltda.
 Deliberação Normativa COPAM Nº 182, de 10 de abril de 2013.

EMPREGO PÚBLICO: EXTENSIONISTA DE BEM ESTAR SOCIAL II

1. METODOLOGIA DE ATER

1.1. Desenvolvimento Rural

1.1.1. Questão agrária brasileira

1.1.2. Desenvolvimento Rural sustentável

1.2. Agricultura Familiar no Brasil

1.2.1. Agricultura Familiar e sistemas de produção

1.2.2. Público de ATER: Agricultores familiares e demais beneficiários da PNATER

1.3. Metodologia de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER

1.3.1. Metodologia participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável - MEXPAR

1.3.2. Contextualização da ATER no Brasil

1.3.3. Participação e Gestão Social

1.3.4. Ater como prática educativa: princípios da educação popular

1.4. Políticas Públicas voltadas para a agricultura familiar

1.4.1. Política Nacional de ATER – PNATER

1.4.2. Lei de ATER

1.4.3. Lei da Agricultura Familiar

2. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL BRASIL.

Ministério da Saúde. Dicas em Saúde. Alimentos Funcionais. 2009. Brasília. (disponível em

http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/dicas/220_alimentos_funcionais.html) BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia Alimentar para a População Brasileira. 2014. 2. ed. Brasília. 156 p. (disponível

http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf ou <http://migre.me/oZz1b>) BRASIL. Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e

Nutricional: 2012/2015. 2011. Brasília, Caisan. 132 p. (disponível http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/Plano_Caisan.pdf)

BRASIL. LEI FEDERAL nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos

alunos da educação básica; BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.

Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 19 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa

Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. SCHILLING, Magali. Qualidade em nutrição: métodos de melhorias contínuas ao alcance de indivíduos e

coletividade. 3ª edição. São Paulo: Varela, 2008. SILVA JR, Eneo Alves da. Manual de controle higiênico sanitário em serviços de alimentação. 7ª edição.

Varela. 2014. SILVA, Margarida Maria Santana, CAMPOS, Maria Tereza Fialho de Sousa. Segurança alimentar e nutricional na atenção básica a saúde. Viçosa:

UFV, 2003. Capítulos 3, 7, 10 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17. EVANGELISTA, José. Alimentos em estudo abrangente. 1ª edição. São Paulo. Rio de Janeiro. Belo

Horizonte: Atheneu – 1994 450 p. SÁ, Neide Gaudenci. Nutrição e dietética. São Paulo: Nobel, 1986 174 p. BARCELOS, Maria de Fátima Piccolo. Fundamentos

Básicos em Nutrição Humana. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000 38 p. www.fnnde.gov.br : Lei 11.947, de 16 de junho de 2009 e Resolucao do FNDE no 38, de 22 de

julho de 2009. <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar>

http://www.fnnde.gov.br/pls/simad/internet_fnnde.liberacoes_01_pc.Valores (recursos do PNAE repassados para prefeituras e

estado):www.consea.pr.gov.br, www.fomezero.gov.br, www.mds.gov.br, CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Plano

Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional:2012/2015. Brasília, DF:MDS; Consea,2011. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.

Pesquisa de Orçamento Familiar – POF 2008-2009. Despesas, rendimentos e Condições de vida. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística,2010. INTITUTO FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Tabelas de composição QUÍMICA DOS ALIMENTOS. Estudo Nacional de

despesa familiar. Rio de Janeiro:1977. MINISTÉRIO DA SAÚDE- Secretaria de Atenção a Saúde – Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição –

Guia Alimentar para a População Brasileira. Série A Normas e Manuais Técnicos – Brasília -2005 (Retificado em 16/02/2016)

3. AGROINDÚSTRIA DE ALIMENTOS

3.1. Noções de Microbiologia de Alimentos

3.2. Boas Práticas de Fabricação aplicada a agroindústria de alimentos

3.3. Boas Práticas Agropecuárias na produção de matéria-prima aplicada a agroindústria de alimentos.

3.4. Projetos Agroindustriais

3.5. Leis sanitárias aplicadas a área de alimentos

3.6. Lei 19.476 e Decreto 45.821/2011

3.7. Rotulagem de Alimentos

4. HABITAÇÃO RURAL E SANEAMENTO LOPES, Alyne de Resende Franco, MAIA, Mariza Silveira. Orientações Básicas para o trabalho com habitação rural.

Belo Horizonte, EMATER MG,1995. MINISTÉRIO DA SAÚDE – Fundação Nacional da Saúde – Departamento de Saneamento – Manual de Saúde. Brasília:

1999. FUNASA. - Manual de Saneamento Orientações Técnicas, Brasília, 2009. LEI No 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999- Dispõe sobre a educação ambiental,

institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. (Retificado em 16/02/2016)

5. SANEAMENTO

- 5.1. Conceitos de meio ambiente.
- 5.2. Saneamento rural em nível domiciliar:
 - 5.2.1. Água:
 - 5.2.2. Tratamento em nível domiciliar;
 - 5.2.3. Doenças
- 5.3. Resíduos Sólidos:
 - 5.3.1. importância sanitária dos resíduos sólidos;
 - 5.3.2. cuidados domésticos;
 - 5.3.3. prevenção e controle de insetos, pragas e vetores.
- 5.4 Dejetos:
 - 5.4.1. importância sanitária;
 - 5.4.2. esgotos domésticos;
 - 5.4.3. contaminação;
 - 5.4.4. soluções domiciliares.
- 5.5. Educação Ambiental.
 - 5.5.1. Legislação sobre Educação Ambiental;
 - 5.5.2. Metodologias Aplicadas em Educação Ambiental.
6. ORGANIZAÇÃO E MERCADO
- 6.1. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO
 - 6.1.1. Políticas públicas de apoio à comercialização de produtos e serviços da agricultura familiar
 - 6.1.2. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA;
 - 6.1.3. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;
 - 6.1.4. Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Familiar;
 - 6.1.5. Feiras Livres da Agricultura Familiar.
- 6.2. Gestão de negócios e agricultura familiar.
7. ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO
 - 7.1. Fundamentos legais do associativismo.
 - 7.2. Fundamentos legais do cooperativismo:
 - 7.2.1. As sociedades cooperativas;
 - 7.2.2. Objetivos e classificação das sociedades cooperativas;
 - 7.2.3. As cooperativas de trabalho.
 - 7.3. Autogestão e cooperativismo.
8. ARTESANATO
- 8.1. Artesanato, design, cultura e desenvolvimento sustentável.
9. TURISMO RURAL (Retificado em 13/01/2016)
 - 9.1. Turismo rural de desenvolvimento sustentável/Joaquim Anécio Almeida, José Marcos Frohlich, Mário Riedl (orgs.) Capítulo 2 - Campinas, SP: Papirus 2000. - (Coleção Turismo- 4ª edição).~
10. AGROECOLOGIA
 - 10.1. Conceituação, histórico e princípios da agroecologia.
 - 10.2. Discussão da agroecologia como ferramenta da agricultura familiar e ATER capaz de viabilizar os serviços ambientais na recuperação de solos, da biodiversidade, do equilíbrio biológico em agroecossistemas, e na produção saudável de alimentos, fibras e matéria prima para energia.

Bibliografia sugerida:**1. METODOLOGIA DE ATER**

- GUIVANT, JULIA S. Sustentabilidade e Métodos Participativos: Os riscos dos pressupostos realistas. Estudos Sociedade e Agricultura. ISSN 1413-0580.N./ 19 outubro 2002.http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/agricultura_meio_ambiente/Julia%20S%20Guivant.pdf
- GRAZIANO DA SILVA, J. O Novo Rural Brasileiro. (Coleção Pesquisas 1) Campinas,SP: Instituto de Economia/Unicamp, 1999. http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1993. 152 p.
- FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. São Paulo: Paz e Terra, 1997. 96 p.
- RUAS, Elma Dias et al. Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR. Belo Horizonte, março 2006. 134 p.
- SEN, AMARTYA. Desenvolvimento como Liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo, 2010. Disponível em <https://profapatriciamartinez.files.wordpress.com/2013/03/sen-desenvolvimento-como-liberdade.pdf>
- Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de ATER – PNATER. Brasília, maio 2004. Disponível em: www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos
- Ministério do Desenvolvimento Agrário. Lei nº 11.326, de 24 de julho DE 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimento. Onde encontrar: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm
- Casa Civil. Lei de Ater nº 12.188/2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER. Disponível em: www.mda.gov.br/portal/institucional/novaleideater

2. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

- BRASIL. Ministério da Saúde. Dicas em Saúde. Alimentos Funcionais. 2009. Brasília. (disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/dicas/220_alimentos_funcionais.html)
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia Alimentar para a População Brasileira. 2014. 2. ed. Brasília. 156 p. (disponível http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf ou <http://migre.me/oZz1b>)
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. 2011. Brasília, Caisan. 132 p. (disponível http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/Plano_Caisan.pdf)
- BRASIL. LEI FEDERAL nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 19 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. SCHILLING, Magali. Qualidade em nutrição: métodos de melhorias contínuas ao alcance de indivíduos e coletividade. 3ª edição. São Paulo: Varela, 2008. SILVA JR, Eneo Alves da. Manual de controle higiênico sanitário em serviços de alimentação. 7ª edição. Varela. 2014. SILVA, Margarida Maria Santana, CAMPOS, Maria Tereza Fialho de Sousa. Segurança alimentar e nutricional na atenção básica a saúde. Viçosa: UFV, 2003. Capítulos 3, 7, 10 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17. EVANGELISTA, José. Alimentos em estudo abrangente. 1ª edição. São Paulo. Rio de Janeiro. Belo Horizonte: Atheneu – 1994 450 p. SÁ, Neide Gaudenci. Nutrição e dietética. São Paulo: Nobel, 1986 174 p. BARCELOS, Maria de Fátima Piccolo. Fundamentos Básicos em Nutrição Humana. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000 38 p. www.fnde.gov.br : Lei 11.947, de 16 de junho de 2009 e Resolucao do FNDE no 38, de 22 de

julho de 2009. <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar>
http://www.fnnde.gov.br/pls/simad/internet_fnnde.liberacoes_01_pc. Valores (recursos do PNAE repassados para prefeituras e estado): www.consea.pr.gov.br, www.fomezero.gov.br, www.mds.gov.br, CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. Brasília, DF: MDS; Consea, 2011. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa de Orçamento Familiar – POF 2008-2009. Despesas, rendimentos e Condições de vida. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. INTITUTO FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Tabelas de composição QUÍMICA DOS ALIMENTOS. Estudo Nacional de despesa familiar. Rio de Janeiro: 1977. MINISTÉRIO DA SAÚDE- Secretaria de Atenção a Saúde – Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição – Guia Alimentar para a População Brasileira. Série A Normas e Manuais Técnicos – Brasília - : 2005 (Retificado em 16/02/2016)

3. AGROINDÚSTRIA DE ALIMENTOS

SILVA JR, Eneo Alves da, Manual de controle Higiénico Sanitário de alimentos. Varela, 1995.
Jay, James M. Microbiologia de Alimentos, Trad. Eduardo Cesar Tondo – et al. – 6 ed. – Porto Alegre: Artmed, 2005.
Andrade, Nélio José de, 1952 Higiene na Indústria de Alimentos: Avaliação e Controle da Adesão e Formação de Biofilmes Bacterianos/Nélio José de Andrade São Paulo: Varela, 2008. 400 p.: il Cap. 4 e Cap. 5
Resolução 10 do Ministério da Agricultura e Pecuária- MAPA
Portaria 275 /2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA
Legislações Estaduais aplicadas a agroindústria de pequeno porte- Lei. 19476 de 2011,
Decreto 45821 de 2011, Lei 14185 de 2002
Rotulagem de Alimentos.. RDC 259, RDC 359, RDC 360, Lei 10674 de 2003.
Projetos de empreendimentos agroindustriais: produtos de origem vegetal, volume 2/Carlos Arthur Barbosa da Silva, Aline Regina Fernandes, Viçosa: Ed. UFV, 2005
Projetos de empreendimentos agroindustriais de origem animal/Carlos Arthur Barbosa da Silva, Aline Regina Fernandes, Viçosa; Ed. UFV; 2003
Gomes, José Carlos –Legislação de Alimentos e Bebidas–3ª edição, rev. e ampl.–Viçosa- MG, ed .UFV, 2011. 663p.
Recomendações básicas para a aplicação das boas práticas agropecuárias e de fabricação na agricultura familiar//organizador, Fénelon do Nascimento Neto- Brasília, DF: 243p.–(Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar)

4. HABITAÇÃO RURAL E SANEAMENTO

LOPES, Alyne de Resende Franco, MAIA, Mariza Silveira. Orientações Básicas para o trabalho com habitação rural. Belo Horizonte, EMATER MG, 1995.
MINISTÉRIO DA SAÚDE – Fundação Nacional da Saúde – Departamento de Saneamento – Manual de Saúde. Brasília: 1999. FUNASA. - Manual de Saneamento Orientações Técnicas, Brasília, 2009. LEI No 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999- Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. (Retificado em 16/02/2018)

5. ORGANIZAÇÃO E MERCADO

Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa! Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf. Acessado em: 13 de outubro de 2015.
Manual: Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/agricultura-familiar>. Acessado em: 13 de outubro de 2015.
Decreto 46.712/2015. Disponível em: http://www.agricultura.mg.gov.br/images/DECRETO_N%C2%BA_46.pdf. Acessado em: 13 de outubro de 2015.
BADUE, A. F. E GOMES, F. F. F. Parceria entre Consumidores e Produtores na Organização de Feiras. São Paulo: Instituto Kairós, 2011. Disponível em: <http://institutokairós.net/wp-content/uploads/2012/04/Organizacao-de-Feiras.pdf>. Acessado em: 13 de outubro de 2015.
BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. de. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. BATALHA, MO Gestão do agronegócio: textos selecionados. São Carlos: EDUFSCAR, 2005. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/02O122.pdf>. Acessado em: 13 de outubro de 2015.

6. ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

Incisos XVII ao XXI do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.
Artigos 44, 45, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60 e 61 da Lei 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.
Capítulos II e III da Lei 5.764/1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.
Artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da Lei 12.690/2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.
LECHAT, Noëlle M. P.; BARCELOS, Eronita S. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. In: Revista Katálysis, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v11n1/09.pdf>. Acessado em 13 de outubro de 2015.

7. ARTESANATO

www.eduardobarroso.com.br/design_artesanato.htm
Curso módulo I e módulo II
www.eventosufrpe.com.br/jepex2009/cdresumos/r1312-1 (14/10/2014)
Portaria nº29 de 05/10/2010 do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior MIDIC;
(Torna pública a base conceitual do artesanato brasileiro para padronizar e estabelecer os parâmetros de atuação do Programa do Artesanato Brasileiro PAB em todo o território nacional).
Portaria nº31 de 31/08/2011 do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior MIDIC;
(Torna pública o rol de técnicas de produção artesanal).

8. TURISMO RURAL

Manual para o desenvolvimento e a integração de atividades turísticas com foco na produção associada. - Brasília : Ministério do Turismo, 2011. 100p.: il.: 28 cm www.turismo.gov.br/turismo/o_ministério/publicações
Turismo rural de desenvolvimento sustentável/Joaquim Anércio Almeida, José Marcos Frohlich, Mário Riedl (orgs.) - Campinas, SP: Papirus 2000. - (Coleção Turismo- 4ª edição)
III Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável – CITURDES -2002 - A ação extensionista em turismo no ambiente rural. Cléa Venina Ruas Mendes Guimarães.

9. AGROECOLOGIA

AQUINO, A. M. de. ASSIS, R. L. Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2005.
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-capttec/pol%C3%ADtica-nacional-de-assist%C3%A2ncia-t%C3%A9cnica-e-extens%C3%A3o-rural-pnater>
CAPORAL, F.R. COSTABEBER, J. A. AGROECOLOGIA E EXTENSÃO RURAL - Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, RS. 2004.